



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Rosane Reis de Oliveira

Concordância verbal:
uma visão crítica sobre questões de concurso público

Rio de Janeiro
2009

Rosane Reis de Oliveira

**Concordância verbal:
uma visão crítica sobre questões de concurso público**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^a Doutora Darcília Marindir Pinto Simões

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

O48 Oliveira, Rosane Reis de.
Concordância verbal – uma visão crítica sobre questões de concursos públicos / Rosane Reis de Oliveira. – 2009.
130 f.

Orientador: Darcília Marindir Pinto Simões.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Concordância – Teses. 2. Língua portuguesa - Concursos – Teses. 3. Língua portuguesa – Estudo e ensino - Teses. I. Simões, Darcília Marindir Pinto. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-564

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

Assinatura

Data

Rosane Reis de Oliveira

**Concordância verbal:
uma visão crítica sobre questões de concurso público**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em: 25 de março de 2009

Banca Examinadora:

Prof^a Doutora Darcília Simões (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Doutor José Carlos de Azeredo
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Walmirio Eronildes de Macedo
Faculdade de Letras da PUCRS

Rio de Janeiro

2009

DEDICATÓRIA

Ao

Sistema Elite de Ensino, na pessoa de seus diretores- Flávio Rocha, Rogério Gonçalves, Rodrigo Piraciaba e Haroldo Filho-, em sua visão de vanguarda, por acreditarem na proficiência deste trabalho, permitindo que o curso constituísse o grande celeiro para obtenção dos dados da pesquisa que deu origem a esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Darcília Simões, detentora de tantos saberes, senhora da luz, mas que não cega seus orientandos, agradeço pelo respeito ao meu trabalho, pelas profícuas interferências e pelo *design* das melhores rotas a seguir;

Aos Doutores Walmírio Macedo e José Carlos Azeredo, orgulho extra-pátria, por toda a contribuição teórico-pedagógica e por emprestarem alta conceituação ao meu trabalho;

Às “irmãs” de carreira, Caroline Lucena, Fernanda Carneiro, Paula Santanna, Evelyn Marinho, Luciana Ramos e Maria Cecília Souza, pela utilíssima colaboração nesta dissertação, seja na colheita de dados, seja nas tabulações ou resumos;

Sem, no entanto, secundarizar, aos meus pais (*in memoriam*) Milton Oliveira e Marly Oliveira, por sempre incentivar minhas aspirações e inocular-me o amor aos estudos e à minha avó Daltiva Reis, pela mais palpável representação de coragem para se obter um ideal de vida;

À minha amiga-irmã Mércia Saloes, pelas palavras mais firmes e doces nos momentos de desânimo, pela cumplicidade incondicional e parceria na longa caminhada intelectual e pessoal;

Por fim, às minha filhas Carolina Oliveira e Natália Oliveira, pela paciência e por toda demonstração de admiração pela minha *persona* intelectual.

EPÍGRAFE

Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama *pesquisar*. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de *desaprender*, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: *Sapientiae*: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria, e o máximo de sabor possível.

(Barthes, Roland. In Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária, pronunciada em 7 de janeiro de 1977 no Colégio de França)

RESUMO

OLIVEIRA, Rosane Reis. *Concordância verbal: uma visão crítica sobre questões de concursos públicos*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em língua portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Encontrar caminhos para ensinar a concordância verbal a candidatos ao provimento de vagas no Serviço Público, a despeito de seu desconhecimento da estruturação sintática do português, tornou-se meta de trabalho e, portanto, baldrame para esta Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Consideraram-se questões de provas de concursos públicos das principais bancas examinadoras cuja análise, comparada ao resultado das pesquisas com textos discentes orais e escritos, permitiu traçar as linhas de atuação didática com turmas competitivas. Com a apreciação dos dados da pesquisa, percebeu-se a necessidade de ensinar não apenas o que os alunos não sabem, mas analisar e refletir sobre aquilo que eles pensam que sabem, para que possam se interessar de fato em ser orientados a descobrir e dominar as diversas modalidades da língua e assim ampliarem seus horizontes lingüísticos e socioculturais. Esta dissertação traça planos de ação semiótico-funcionais a fim de garantir aos alunos a escolha das ferramentas certas, que lhes permitam enfrentar os múltiplos desafios, propostos pela condição de competidores, com alguma segurança. Busca-se, em última análise, propor a implantação de uma metodologia nova e especial nas aulas preparatórias, com recursos eficientes para capacitar esses sujeitos, independentemente de suas deficiências escolares pregressas. Essa é uma meta cuja consecução exige um olhar ampliado e obrigatório do docente pelos certames do concurso, para sustentar uma teoria gramatical mais produtiva ao desenvolvimento das capacidades de leitura de questões de prova e escritura de redações.

Palavras-chave: Concordância verbal. Ensino de Língua Portuguesa. Questões de concurso

ABSTRACT

Finding ways to teach verbal concordance to the candidates aiming at filling the vacancies in Public Service, despite their being unaware of the syntactic structure of Portuguese has become a goal of my work and, therefore, the basis for this Dissertation regarding the Master Degree in Portuguese Language. It has been taken into account the analysis of questions of prior examinations considering the main examining boards as compared to the results taken from researches from students' essays either written or oral to elaborate ways to act didactically with competitive groups. With the analysis of the research data, it has been noticed the need to teach not only what the students don't know but also to analyze and reflect on what they think they already know, so that they can be really interested in being oriented on how to discover and master the various ways of the language and by doing this, open up their linguistic, social and cultural horizons. This dissertation outlines semiotic and functional action plans in order to give the students the choice of the right tools, the ones that will allow them to face multiple challenges offered by their condition as competitors, with a relative degree of safety. It is being searched ultimately to suggest the introduction of a new special methodology in preparatory classes with profuse resources to enable these subjects, regardless of their previous scholastic deficiencies. The success of this goal demands a magnified and mandatory look on the part of the teacher at the disputes of the contest, to give support to a grammatical theory which is more productive in relation to the development of the ability to read the questions on examinations and the writing of essays.

Keywords: Verbal concordance. Teaching of Língua Portuguesa. Questions of prior examinations

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	A REPROVAÇÃO NOS CONCURSOS E A DESCONEXÃO COM O ENSINO OFICIAL	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-GRAMATICAL & AS QUESTÕES DOS CONCURSOS	17
2.1	O que pedem os concursos	17
2.2	O que dizem os autores citados sobre o conteúdo destacado das questões?	18
3	APRESENTAÇÃO DO CORPUS E DISCUSSÃO DOS DADOS	54
4	RESULTADOS DAS PESQUISAS COM AS GRAVAÇÕES	58
4.1	Relato dos fatos apurados	58
4.1.1	<u>Presente do subjuntivo</u>	59
4.1.2	<u>Mistura de tratamento</u>	59
4.1.3	<u>Pronome de tratamento</u>	60
4.1.4	<u>Verbo fazer indicando temporalidade</u>	61
4.1.5	<u>Afastamento entre sujeito e verbo</u>	61
4.1.6	<u>Sujeito plural e verbo no singular</u>	62
4.1.7	<u>Verbo haver com sentido de existir</u>	63
4.1.8	<u>Silepse de número</u>	64
5	RESULTADO DA PESQUISA COM AS REDAÇÕES	66
6	RESULTADO DA PESQUISA COM AS QUESTÕES ESCOLHIDAS PARA SIMULADO	69
7	A AVALIAÇÃO PRATICADA E O IMPERATIVO DA MUDANÇA DE ESTRATÉGIA DIDÁTICA	72
8	ORGANIZANDO CONCLUSÕES ESPECÍFICAS	83
8.1	Técnica: o que se ensina & o que se cobra	83
8.2	Didática: um ensino menos nomenclatural e mais prático	86
8.3	Semiótica: A iconicidade sintagmática como pista orientadora para a solução das questões	91
8.4	Pedagógica: A formulação de questões e as pistas desorientadoras	94
9	CONCLUSÃO	98

REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A	103
APÊNDICE B	104
APÊNDICE C	107

INTRODUÇÃO

Esta dissertação relata pesquisa sobre as regras de concordância cobradas em questões objetivas de concursos públicos. Partiu-se de dois problemas interligados: (1) o subjetivismo das bancas e (2) o despreparo dos candidatos. Do primeiro, decorre a cobrança de dados não trabalhados no ensino regular nem nos cursos preparatórios para concursos; do segundo, o não-domínio da língua pela maioria dos candidatos, segundo nível estabelecido nos certames.

Buscou-se produzir, a partir desse corpúsculo, um material de apoio a docentes e discentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, para que tenham êxito no certame com o qual se envolvam ou de que participem. Consoante o que ensinam Evanildo Bechara (2005-2003), Rocha Lima (2007), Walmírio Macedo (1979 - 1987- 1991), Maria Helena de Moura Neves (2000-2002), Ana Maria Brito (2003), José Carlos de Azeredo (2004), Adriano da Gama Kury (1964) e Darcília Simões (2006-2008), foi composta uma fundamentação teórica de base, com vista a apontar fatos linguístico-gramaticais relevantes que viessem a promover uma reconfiguração conceitual do objeto de ensino em questão – o mecanismo da concordância verbal - com foco na resolução das questões levantadas para análise. A partir desse escopo, os envolvidos no processo de seleção poderão, analogamente, resolver outras tantas questões com maior segurança e eficácia.

Selecionaram-se, das provas de concursos públicos, as questões de concordância verbal, para levantamento de dados linguístico-gramaticais que lhes subsidiassem a resolução de acordo com o modelo de avaliação determinado pelas bancas. Notam-se, com frequência, divergências quanto às normas estabelecidas pela gramática entre as várias instituições examinadoras. Para resolver esse óbice, realizou-se um estudo comparado das questões de concurso de cada banca examinadora em referência, buscando delinear uma análise indutiva que permitisse o mais próximo conhecimento possível sobre o modo de cobrança de cada uma, seus critérios e suas feições teóricas.

As diferentes bancas não só variam a tipologia de suas questões, como também a escolha dos conteúdos da matéria, divergindo em alguns casos quanto à corrente teórica ou mesmo quanto à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). É co-

mun que se encontrem divergências em relação à bibliografia informada como subsidiária das questões ou como referência de estudo para os candidatos.

Pretende-se, então, com esta dissertação, fornecer subsídios gramaticais não só aos candidatos a concursos públicos, bem como aos docentes que preparam tais candidatos. Espera-se que os dados apresentados neste relato possam facilitar o entendimento da matéria - a concordância verbal - e de seus pré-requisitos morfosintáticos, sem desvio focal do conhecimento fundamental sobre esse tema gramatical. Almeja-se também que as técnicas demonstradas de resolução de questões de provas subsidiem a preparação dos candidatos. Buscou-se não só analisar criticamente as diferenças e semelhanças do modo de cobrança do conteúdo em pauta de cada banca examinadora observada, como também dividir e classificar as questões em foco segundo o grau de complexidade do conteúdo e segundo as estratégias aplicáveis para solução dos problemas propostos.

Para dar conta dessas variáveis, partiu-se da apresentação prévia de algumas questões que focalizam a concordância verbal, propostas recentemente pelas seguintes bancas examinadoras: Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE), Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CespeUnB), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Cesgranrio e Fundação Carlos Chagas (FCC).

O estudo comparado desse material deu suporte para que se traçassem diretrizes para a avaliação dos principais tópicos abordados nas provas em questão. Assim, a caracterização dos componentes semântico-sintáticos da concordância verbal concretizados nas questões, que constituem o *cópus* da pesquisa ora em relato, fornece subsídios para explicar como se trabalha a concordância verbal nas provas de concurso público atuais. Este foi o ponto de partida para a elaboração da fundamentação teórica e para a produção das hipóteses que orientaram o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Dessa forma, buscando compreender melhor as formas de cobrança, o conteúdo exigido pelas bancas examinadoras em pauta, bem como os motivos que levam os candidatos a cometerem erros na identificação da norma, apresenta-se, em primeiro lugar, uma pesquisa norteadora das hipóteses que serviram de *égide* na formulação dos questionamentos relatados na sequência deste trabalho: uma descrição do *cópus* e, subsequentes, a fundamentação linguístico-gramatical e os procedimentos empregados no levantamento e na análise dos dados; a análise das ques-

tões separadas por tipo e por banca e, finalizando, os resultados alcançados com a pesquisa.

1. A REPROVAÇÃO NOS CONCURSOS E A DESCONEXÃO COM O ENSINO OFICIAL

As turmas preparatórias para concursos de provimento de vagas no Serviço Público do tipo em análise atendem a uma clientela de candidatos que, em sua maioria, estão afastados dos estudos desde o término do ensino médio. Esse despreparo se materializa em dúvidas sobre questões fundamentais da normatização da língua portuguesa.

O conhecimento da norma gramatical da língua portuguesa apresenta falhas e lacunas conceituais que se refletem na não-fixação ou numa fixação incorreta das estruturas da língua. Destarte, ainda no período de estudo, o sujeito se afasta do que lhe é realmente importante e direciona seu foco a questões irrelevantes da prática discursiva, sem ater-se aos conteúdos que efetivamente contribuem para a prática linguageira mais próxima da norma padrão, cobrada nos concursos públicos. Outro empecilho é a escassez de material didático de qualidade, que contivesse não somente o apoio gramatical pertinente ao conteúdo e modo de cobrança dessas provas, mas principalmente uma leitura crítica, que alertasse os candidatos para as tendências de cada concurso na abordagem dos conteúdos.

Somente nos dois últimos anos, editoras especializadas na área passaram a publicar material específico com vistas a minimizar essa deficiência de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em seu uso formal, conforme o que se espera do candidato nos Concursos Públicos. Ainda assim, esse mercado carece de uma pesquisa pormenorizada sobre aspectos mais pontuais, como a concordância, que, por sua frequência nas provas, mereceu um estudo específico, com apoio numa fundamentação teórica consistente, de modo que se tornasse possível desvelar o que se encontra por trás dos enunciados e das opções de resposta a cada questão de prova.

O conhecimento das normas de concordância verbal cobrado pelas principais bancas examinadoras que realizam concursos públicos deve ser ajustado de acordo com cada tipo de questão. O candidato que tiver o conhecimento prévio do que deve ser levado em conta para cada situação de avaliação terá, pois, maior segurança na

hora de apreciar as opções e, em consequência, o tempo de realização da prova será mais bem aproveitado.

A informação relativa à *identificação de categorias funcionais como sujeito e predicado, bem como a de verbos impessoais, voz passiva pronominal e verbos transitivos indiretos ou intransitivos seguidos do “se” (índice de indeterminação do sujeito)* é fundamental para o reconhecimento do sistema de concordância verbal no Português.

A prática linguageira dos candidatos (quase sempre afastada do uso culto) interfere na identificação da resposta correta para o problema contido na questão de prova, pelo simples fato de não haver coincidência entre a experiência linguística do falante e as estruturas eleitas pela banca para avaliação do domínio do vernáculo. A ordem dos termos na produção das orações é quebrada pela intersecção de termos adjuntos que afastam os termos nucleares, obnubilando a relação entre os termos do sintagma verbal.

Verificou-se o quanto a ausência dessas informações pode interferir nos resultados obtidos pelos candidatos em foco. Os diversos tipos de questões de provas dos concursos foram comparados a fim de estabelecer distinções entre as várias formas de cobrança do conteúdo-objeto desta dissertação, com a finalidade de auxiliar os docentes na condução do ensino e os candidatos na construção da aprendizagem do conteúdo em tela. Espera-se com isso possibilitar-lhes a identificação das opções corretas das questões de concordância verbal, ainda que não detenham todo o conhecimento das regras, uma vez que nem sempre o candidato é egresso de uma escolarização regular.

A língua portuguesa cobrada nas questões de concurso não é a mesma língua utilizada pelos candidatos no falar cotidiano. A língua, muitas vezes desprestigiada e estigmatizada, que os candidatos levam para a sala de aula dos cursos preparatórios gera, nos aprendizes, de um modo geral, pré-conceitos como o de não saberem a língua nacional e o de julgarem-na muito difícil.

Para constatar essa afirmação, ocorrências de concordância verbal foram levantadas para verificar as influências da língua falada na resolução das questões que abordam o tema nos concursos públicos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-GRAMATICAL & AS QUESTÕES DOS CONCURSOS

2.1.O que pedem os concursos

Pela análise de dados compilados com o estudo do cópuz deste trabalho, pode-se inicialmente dizer que os conteúdos de concordância verbal circunscritos às provas das bancas examinadas aqui são bem delimitados e não correspondem ao conjunto total de regras estabelecidas pelas gramáticas da língua.

Cumpra, antes de tudo, indicar quais conteúdos de concordância são mais exigidos nas questões, para que os candidatos não desvirtuem do que realmente é necessário para compreender as questões e o modo como devem estudar a matéria a fim de alcançarem o resultado esperado.

O quadro a seguir busca demonstrar de forma bem didática os conteúdos levantados com o cópuz desta dissertação:

Casos de concordância mais cobrados nas provas
A concordância com sujeito seguido de adjunto adverbial de companhia (uso da preposição “com”)
A concordância com as expressões “um e outro” e “nem um nem outro”
A concordância de verbos em utilização impessoal: ser, fazer, haver (este último em oposição ao “existir”)
A concordância na locução verbal: a- Com o verbo “parecer”; b- Com os verbos “haver” e “existir”
A concordância com os pronomes relativos: a- Sou eu que b- Substantivo e pronome relativo c- Com o pronome “quem”
A concordância de verbos na passiva pronominal em oposição aos verbos seguidos de índice de indeterminação do sujeito
A concordância do verbo “ser” com o predicativo
A concordância com o sujeito simples ou composto: a- Em ordem direta; b- Em ordem indireta; c- Afastados dos verbos com intercalação de termos ou orações
A concordância com “mais de um” e “menos de dois”

A concordância do verbo “dar” associado à hora
A concordância de verbo no infinitivo
A concordância dos verbos “ter” e “vir” envolvendo acentuação
A concordância nas expressões de porcentagem
A concordância com os pronomes de tratamento
A concordância com dupla possibilidade, envolvendo sentido
A concordância com a expressão “a maioria de” e similares

Embora haja uma boa quantidade de regras envolvidas nas questões analisadas, a essência de quase todas elas está no reconhecimento do sujeito, termo que nem sempre se mostra na ordem direta e, por isso, é fator de dificuldade para realizar a concordância.

2.2.O que dizem os autores citados sobre o conteúdo destacado das questões?

Neste capítulo, serão descritas as concepções teóricas sobre concordância verbal de renomados linguistas e gramáticos da língua portuguesa. São eles: Evanildo Bechara, Walmírio Macedo, Darcilia Simões, Rocha Lima, Adriano da Gama Kury, José Carlos de Azeredo.

Os itens selecionados e descritos pelos autores, em seguida, são discutidos quanto às dificuldades que geram na solução das questões propostas pelas bancas examinadoras dos concursos.

Ainda nesta oportunidade, propomos o ensino das regras de concordância pela teoria da iconicidade verbal (vocábulos de base icônico-diagramática sintagmática) para promover a facilitação da aprendizagem dos mecanismos gramaticais. Isso porque algumas formas linguísticas atuam como ícones ou índices de categorias ou mecanismos gramaticais, ou seja, palavras e expressões que funcionam como âncoras de apoio à aplicação das regras de concordância, por exemplo. Ensinar os fatos da língua ajustados pelos valores icônicos e indiciais das formas da língua consolida uma aprendizagem pela assimilação das estratégias de estruturação verbal. O professor que quiser se alinhar ao ensino gramatical de base semiótica deve ensinar os alunos a ler semioticamente a estruturação sintática dos períodos e dos textos que servem de contexto a questões de concurso. Com essa estratégia didática, o sujeito

aprende a seguir a iconicidade diagramática sintagmática identificando alguns vocábulos como pistas icônicas e indiciais¹ por apresentarem marcas específicas cujas combinações conduzem à identificação de categorias e funções dos vocábulos, para que se possa chegar aos valores gramaticais exigidos na construção sintática dos períodos. Algumas dessas pistas facilitam a identificação de marcas gramaticais orientadoras da concordância verbal. Outras, no entanto, por sua baixa iconicidade, acabam tornando-se pistas desorientadoras, provocando dúvidas quanto à utilização de uma ou outra flexão verbal. Daqui em diante, dentro das abordagens teóricas, tecem-se comentários pontuais sobre essas pistas.

Começaremos a abordagem teórica da regra geral de concordância. Todos os teóricos são unânimes: o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito. Com sujeito simples e singular ou substantivo coletivo, o verbo irá para o singular; com sujeito simples e plural, o verbo irá para o plural. Macedo (1991, p. 21), para mostrar a relação que há entre sujeito e verbo, diz o seguinte: “O sujeito se atualiza no verbo. Essa atualização chega a tal nível que a omissão do sujeito é suprida pela desinência verbal.”

A desinência número-pessoal é um signo indicial para a descoberta do sujeito. No caso de questões de múltipla escolha, em que algumas opções contêm formas inadequadas de concordância, a desinência verbal é uma pista desorientadora. Nesses casos, cabe ao professor orientar seus alunos a identificarem o sujeito pela semântica do verbo e comparar com a flexão apresentada pela questão. Vejamos um exemplo:

FCC (2006):

A violência contra os homens, a quem perseguia como se persegue animais, pareciam ao czar mais natural do que a dirigida contra borboletas e andorinhas.

O candidato deve, primeiramente, destacar os verbos para identificar-lhes as desinências número-pessoais. Feito isso, busca-se, pela semântica verbal, o termo que se adapta ao projeto de dizer inscrito no verbo em estudo. Para realizar esse tipo de estratégia, o candidato precisa sempre voltar ao texto de onde se extraíram as opções. Isso porque, em alguns casos, o sujeito está *oculto*, ou seja, implícito na desinência verbal. A identificação depende de uma volta ao texto.

¹ Seguimos a orientação de Simões (2007) que entende por signos icônicos os representativos, fundados na similaridade, de fundo analógico e por indiciais os indutores, fundados na contiguidade, consecutivos.

Assim, para o verbo “perseguir”, em sua primeira ocorrência, atribui-se a ação ao *czar*. Pelo texto sabe-se que o czar perseguia homens. Então, o sujeito desse verbo é “o czar”; o que confirma a flexão verbal em P3². Na segunda ocorrência, o verbo “perseguir” está na voz passiva sintética. Este caso será comentado mais adiante.

A terceira forma verbal, *pareciam*, tem seu significado e sentido atribuído à *violência*: a violência parecia ao czar mais natural. Portanto, a flexão verbal está inadequada: está em P6, quando deveria estar em P3, como violência exige em função de sujeito.

Muitas questões de provas se limitam a essa regra, no entanto, há candidatos que não identificam a resposta correta por não conseguirem identificar o sujeito. Essa dificuldade decorre de, na maioria dos casos, haver orações ou termos acessórios intercalados entre o sujeito e o verbo. Ou ainda pela inversão destes termos.

As questões de concordância mais cobradas pela Fundação Carlos Chagas - FCC - exigem o conhecimento de algumas normas básicas; contudo, a forma de cobrança apresenta dificuldades que, por isso, merecem ser estudadas com mais cautela.

Vejamos um exemplo:

Caberia aos cidadãos ocidentais, cujas leis se estabeleceram em sua própria tradição, **o direito de reclamar**.

Este período foi retirado de uma questão onde figurava como a opção correta. A inversão do sujeito com o verbo e a intercalação de uma oração subordinada adjetiva entre eles são dificuldades que o candidato enfrenta para o reconhecimento das relações sintáticas entre esses termos. Por conta dessa dificuldade, a busca pela resposta certa fica comprometida.

Muitas vezes, o fato gerador dessa dificuldade é a explicação de um aspecto gramatical por meio de um só critério – o sintático. A identificação do sujeito e do predicado, por exemplo, pode ser trabalhada também pelo critério nocional (ou semântico), conforme já explicitamos anteriormente. É preciso chamar a atenção do aluno para a necessidade de se recorrer a vários critérios no tratamento dos fatos gramaticais; aqueles operam nas formas, nas noções, nas articulações etc. Esta é uma proposta de integração entre os ditames da gramática e da linguística textual.

² Usamos aqui a nomenclatura mattosiana dos pronomes pessoais (Eu, P1; Tu, P2; Ele, P3; Nós, P4; Vós, P5; Eles, P6)

Pode-se concretizar essa integração na junção tema/rema ou tópico/comentário, formando a estrutura temática e a estrutura informacional (Mateus, 1983, p.207).

Como fazer o aluno entender esse binômio? Ele precisa entender o texto como um conjunto de informações compartilhadas entre o enunciador e o interlocutor. No texto se introduzem elementos novos (rema) que se integram aos já conhecidos (tema). Esse processo é responsável pelo encadeamento das estruturas do texto e está diretamente relacionado à estruturação sintática. Assim se dá a sintonia entre semântica e sintaxe.

Na frase citada como exemplo, o aluno que conhece a relação tema/rema reconhece que o tema da frase é “o direito de reclamar”; a seguir, detecta o que se acrescentou como informação nova sobre ele, ou seja, o comentário: “caberia aos cidadãos”. Então, pelo encadeamento das informações estarão reconhecidas as funções de sujeito e predicado, é gíde para a flexão que compõe a concordância entre o verbo “caber” e o sujeito “direito”.

Como segunda regra, apresentaremos a de **sujeito composto**. Vamos aos teóricos:

1- Se o sujeito for composto, o verbo irá, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua posição em relação ao verbo:

1) Pode dar-se a concordância com o núcleo mais próximo, principalmente se o sujeito vem depois do verbo:

2) Quando o núcleo é singular e seguido de dois ou mais adjuntos, pode ocorrer verbo no plural, como se tratasse na realidade de sujeito composto

A concordância do verbo no singular é a mais corrente na língua padrão.

Pode ocorrer o verbo no singular ainda nos casos seguintes:

- se a sucessão dos substantivos indicar gradação de um mesmo fato
- se se tratar de substantivos sinônimos ou assim considerados

se o segundo substantivo exprimir o resultado ou a consequência do primeiro (BECHARA, 2005, pp. 554-555)

2- O verbo ocorre no singular se o sujeito, mesmo composto, é formado de substantivos no singular que sejam co-referenciais ou tenham significado equivalente:

O educador e autor de vários livros sobre o tema “autocontrole alimentar” esteve no Rio na semana passada para uma série de palestras. (O Globo, 31.10.99)

Todo conhecimento, toda ciência, toda tecnologia se baseia no conhecimento de relações entre causas e efeitos. (R. Alves, 1981) (AZEREDO, 2007, p.160)

A diferença que se pode apontar está centrada apenas na forma como conduzem a teoria. Walmirio Macedo (1979, p. 253), de uma forma muito didática e clara, instrui o leitor sobre as possíveis diferenças de concordância dependendo do tipo de sujeito. Vejamos como ele formula a regra para o sujeito composto:

1º caso: o sujeito está antes do verbo e seus elementos são da mesma pessoa.

Regra: o verbo vai para o plural.

2º caso: sujeito composto de elementos de pessoas diferentes.

Regra: se houver primeira pessoa, o verbo vai para a primeira pessoa do plural.

Se não houver primeira pessoa, mas segunda e terceira, o verbo vai para a segunda pessoa do plural.

Resumindo: Eu + Tu ou Ele = NÓS

Tu + Ele = VÓS

3º caso: sujeito composto

Quando o sujeito composto vier posposto ao verbo, este pode concordar com o elemento mais próximo.

Ainda sobre sujeito composto, recorremos a Rocha Lima (2007, pp.388-389) e verificamos que o posicionamento teórico da regra geral é o mesmo de Azeredo e Bechara. O aluno que tiver como referência qualquer um dos três teóricos, pelo menos nesse assunto, não terá dúvidas na escolha da opção correta da questão. Rocha Lima, no entanto, aborda as questões teóricas com uma linguagem muito distante do leigo. Sua Gramática é possuidora de um tom artístico ao lidar com os fatos da língua e talvez por isso menos apropriada aos estudos preparatórios que exigem muito mais uma abordagem didática.

Havendo mais de um núcleo (sujeito composto), o verbo vai para o plural e para a pessoa que tiver primazia, na seguinte escala:

a) A 1ª pessoa prefere todas as outras.

b) Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe à 2ª.

c) Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa. Exemplos:

a) "Eu e o papai queremos aproveitá-lo para conversar" (CYRO DOS ANJOS) '.

b) "Robeno e o milagreiro chegaram logo." (RACHEL DE QUEIROZ)

Quanto ao caso b), deve notar-se que não é fácil documentar a sintaxe canônica (isto é: tu + ele ou eles = vós) na linguagem contemporânea do Brasil.

Uma construção como esta de Vieira:

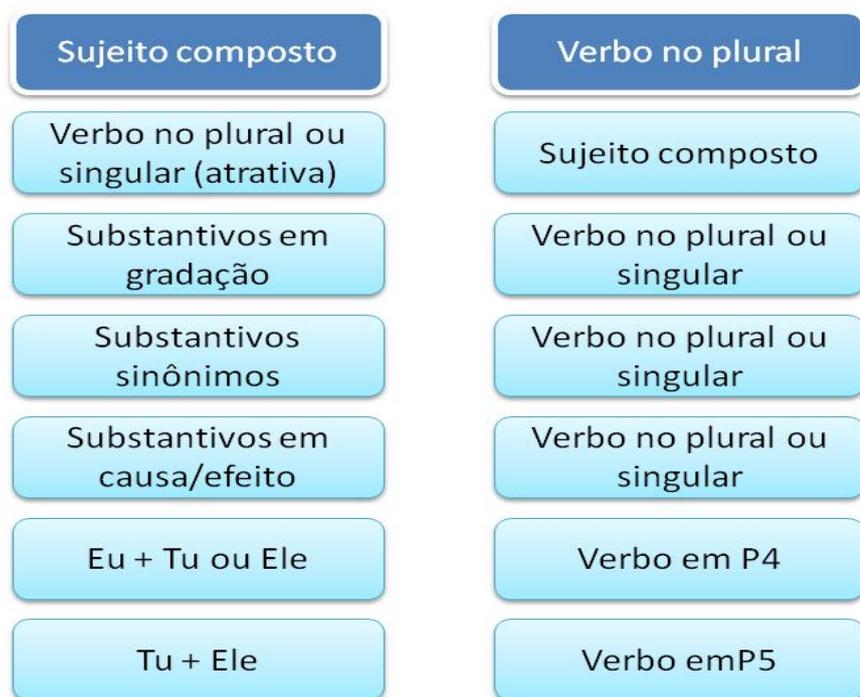
"Neste caso tu e mais eles todos sereis salvos." -, toa-nos um tanto artificial em razão do pouco uso do tratamento de vós* e, além disso, da preponderância de você sobre tu em grande parte do território nacional.

Entre nós, o uso corrente culto, assim oral como escrito, parece inclinar para a concordância na 3ª pessoa do plural, a exemplo deste lanço de Coelho Neto:

"Juro que tu e tua filha me pagam."

Uma forma interessante de ajudar os alunos a assimilarem essas regras seria um quadro demonstrativo em que o estudante pudesse raciocinar diante de cada caso. A conclusão é que todo sujeito composto leva o verbo ao plural. Há casos específicos em que também pode ocorrer a flexão verbal no singular.

Apresentamos uma sugestão.



Um caso que também merece destaque, principalmente para a banca da FCC, é o **sujeito oracional**. Por ser de identificação mais complexa, é o preferido nas questões de concordância verbal. Vejamos esta opção de uma questão da referida banca:

Subentendem-se, nas palavras do índio jivaro, que a morte e a redução da cabeça de alguém se dá como represália contra um inimigo.

Nesse caso, o candidato precisa reconhecer que o sujeito do verbo *subentender* é a oração *que a morte e a redução da cabeça de alguém se dá como represália contra um inimigo*. Mas a opção que estamos avaliando é muito complexa, pois além de ter de reconhecer o sujeito oracional, o que leva o verbo da oração principal ao singular, o candidato deve identificar outro sujeito: *a morte e a redução da cabeça de alguém*. Este, composto, deveria levar o verbo *dar* ao plural. Mas não para por aí a complexidade da questão. O verbo *dar* está na forma passiva. Então, o conhecimento da regra de concordância com verbos na passiva pronominal também foi exigido nessa opção.

Como são duas regras muito cobradas nos concursos, um olhar cuidadoso nas palavras dos teóricos se faz necessário.” O problema das vozes não pode ser

resolvido de forma simplória. Trata-se de problema complexo que tem sido muito mal estudado e ainda pior apresentado.” (MACEDO, 1987, p. 159)

Como bem observa MACEDO, a questão da voz passiva tem sido simplificada demais, o que pode determinar o insucesso de candidatos que dependem desse conhecimento para reconhecer orações de verbo passivo das de verbo ativo.

É prática comum dos falantes da língua portuguesa a utilização da construção passiva sintética como modo de indeterminar o sujeito. Desvendar os motivos que os levam a essa prática linguageira abre caminhos para uma mudança de comportamento dos professores da língua portuguesa quanto ao ensino da Gramática. A fim de facilitar a apreensão de assunto tão complexo, propõem-se algumas considerações sobre o aspecto da voz verbal que veremos a seguir.

As frases de voz passiva possuem uma atividade ou processo ativo em que se reconhece um agente sem as atribuições de tema ou sujeito. Os verbos na chamada voz passiva adquirem uma forma específica capaz de integrar o agente ao predicado e destacam o termo objeto direto da voz ativa, transformando-o em tema e, portanto, ponto de partida da ação verbal. Essa modalidade de voz passiva reduz o sujeito da voz medial reflexiva³ ao que nele há de paciente.

No domínio das línguas indo-européias, a voz passiva estabeleceu-se na forma reflexivo-pronominal, trazendo para as línguas românicas uma confusão mental entre as duas interpretações possíveis retiradas de frases na forma medial reflexiva, cuja indistinção mórfica confunde-se na oposição semântica com a forma passiva. Daí, em português, haver problemas de identificação de reflexividade ou passividade em frases como *Abre-se a porta*, *Quebrou-se o tinteiro* e *Ouviram-se pessoas*, como aponta Mattoso (1981, p. 231). A dupla interpretação que nos aponta o autor é marcada pela partícula pronominal, uma forma de fazer a distinção mórfica das frases passivas.

Assinala-se, nas línguas românicas, uma tendência à impessoalização do sujeito nas frases passivas com a integração do sujeito ao predicado. No português popular, a falta de concordância entre o nome e o verbo nestes casos, deixando-o na P3, evidencia essa tendência. Esse é o caso de *vende-se carros*, por exemplo, encontrado nos principais jornais da cidade nas páginas dos classificados.

³ Mais adiante, encontrar-se-á uma explicação mais detalhada da voz medial.

Mattoso (1981, p. 232) explica a origem da confusão entre frases passivas pessoais e impessoais pela presença do pronome num tipo de frase “que omite o agente tanto nos verbos transitivos quanto nos intransitivos, elevando o paciente a sujeito nos verbos transitivos (norma literária) ou não (norma popular)”. Assim contrastam-se as frases de forma passiva impessoal - *vive-se, pensou-se e vende-se carros* (pop.) - com as de forma passiva pessoal – *alugam-se casas* (em identidade mórfica com a voz reflexiva). Essa confusão se explica melhor quando fazemos a leitura semiótica das frases. Como distinguir um caso do outro se a palavra em foco, o pronome *se*, demonstra um caso de baixa iconicidade (de difícil compreensão). Isso se dá por estar-se diante de um vocábulo que pode atualizar-se em valores distintos. Para extinguir o problema, anuncia-se outra marca para servir de pista para a identificação do mecanismo em questão: *a transitividade verbal*. Como só existe voz passiva de verbos transitivos diretos, a simples presença de uma preposição exigida pela regência verbal já elimina a possibilidade de concordância do verbo com o termo subsequente, deixando-o flexionado em P3. Esse tipo de construção impessoal é normal com verbos intransitivos ou transitivos indiretos, uma vez que a ausência de um objeto direto no predicado não permite a transformação da voz ativa em passiva por meio da topicalização do termo paciente em função de sujeito. Apresentam-se, como exemplos dessas construções, as frases a seguir: *morria-se de amor antigamente e precisa-se de dinheiro* .

Para expressar a passividade do sujeito, as línguas românicas usam também uma construção perifrástica que foi adotada pela nossa gramática como voz passiva analítica ou verbal. O agente é apresentado no predicado numa estrutura de oposição de termos já criada na voz ativa:

1. sujeito-agente + verbo + objeto-paciente = voz ativa
2. sujeito-paciente + verbo + agente da voz passiva = voz passiva

Convém ressaltar que a voz passiva valoriza mais o processo que o próprio agente, pois este fica omitido (na voz passiva pronominal) ou incluído no predicado (na voz passiva de construção perifrástica).

Na língua portuguesa, a voz passiva (*stricto sensu*, ressalvemos) é um fato especial dos verbos transitivos diretos, em que o paciente (objeto direto da ativa) é posto em evidência (topicalização) e, portanto, ponto de partida da frase. Figura, por

isso, como sujeito, enquanto o ser que seria, a rigor, o sujeito agente do verbo na voz ativa é relegado a um plano inferior ou é ignorado. Mattoso Câmara Jr.(1981, p. 233) não se satisfaz com essa interpretação que “não abarca sequer os nossos próprios fatos portugueses” e continua:

Consequentemente, vários pesquisadores têm chegado à conclusão de que, em muitas e distintas línguas do globo, só há na realidade a voz passiva, porque é o paciente, e não o agente, que é sistematicamente arvorado em sujeito da frase.

Vale observar a teoria de Meillet para dar à voz passiva outro alcance e conteúdo. Para Meillet (1921, p. 136), a oposição básica é entre *voz ativa* e *voz impessoal*. Em outros termos, o processo: 1) pode ser referido a um ser preciso, que é a causa, ou motivo ou ponto de aplicação (sujeito); 2) pode ser apresentado em si mesmo, independentemente de um nome ou ser que lhe servia de marco de referência. Daí venha talvez a dificuldade do sujeito em identificar a voz passiva pronominal da ativa com sujeito indeterminado pela partícula *se*.

Para Mattoso Câmara (1981, p. 233), a frase impessoal assim compreendida pode assumir três principais variantes mórficas:

1) a da forma ativa pura, sem sujeito explícito ou implícito, como é o caso do nosso existencial *haver*. A ausência de sujeito é indicial.

2) a impessoalidade caracterizada na forma de nome do ser a que se refere a ação e

3) a impessoalidade expressa por um morfema verbal, como o sufixo *-r-*, por exemplo.

Nesses casos, a ausência do termo sujeito é índice para a impessoalização do verbo.

Desse último tipo de *voz impessoal* sai uma *voz passiva* de sujeito-paciente, quando nos verbos transitivos se passa a dar a forma nominativa ao ser paciente. E conclui: “É esta a teoria de Meillet sobre a voz passiva latina. Para ele tratou-se de início de uma voz impessoal, que só tinha 3ª pessoa do singular.” (Mattoso Câmara, 1981, p. 233)

É exatamente aqui que o desvio da norma gramatical em relação à concordância da voz passiva pronominal encontra interseção com a história da língua: a tendência popular a impessoalizar o sujeito nessa voz decorre da sua natureza semântica, em que o agente ou é desconhecido ou não se quer retratar. Portanto, o pronome *se* acaba sendo um signo indicial de impessoalização, quer na situação de

índice de indeterminação do sujeito, quer na de pronome apassivador. Para explicar esse evento linguístico, recorramos a Mario Barreto que o caracteriza como “cruzamento sintático”.

Por cruzamento sintático, processo também conhecido pelo nome de fusão ou contaminação, e que é uma forma, um aspecto da ANALOGIA, explicam-se as notáveis construções de que tratamos no presente capítulo. A fusão ou contaminação define-a o douto hispanista e insigne filólogo Dom Rufino José Cuervo como consistente em que, "oferecendo-se simultaneamente ao entendimento dois termos ou expressões sinónimas, em vez de escolher uma delas formamos outra mesclando os elementos de ambas." As duas construções de valor sensivelmente idêntico acabam por se combinar e fundir uma na outra. (Barreto. 1964, p.250) [mantivemos a grafia original]

Infelizmente, as gramáticas da língua portuguesa especializadas em concurso ou mesmo as escolares abordam de maneira muito sucinta o assunto *categoria de voz*. Apenas distinguem, por exemplo, voz passiva analítica de sintética pelas marcas morfológicas: se há o *auxiliar de estado seguido de particípio do verbo principal* ou se há *pronome apassivador*. Há muito o que se discutir, no entanto, sobre as formas de expressão que depõem o sujeito na intenção de enfatizar o objeto passivo. No primeiro caso, o português apresenta o verbo principal no particípio a que se junta um auxiliar temporal (ser, estar, ficar), conforme explicita Evanildo Bechara em *Lições e Português pela Análise Sintática* (2003). Ele observa que, na forma analítica, o verbo pode ser conjugado em qualquer pessoa e vem normalmente acompanhado de agente da passiva: 1) *Fomos procurados pelos amigos*. 2) *O artigo estava assinado pelo chefe*. 3) *O colega ficou prejudicado pelo irmão*. No segundo caso, ao verbo na forma ativa se junta o pronome átono *se*, caracterizando o que ele chama de voz passiva pronominal. Bechara acrescenta que o sujeito do verbo na voz passiva pronominal é geralmente um nome de coisa, um ser inanimado, incapaz de praticar a ação expressa pelo verbo e aparece normalmente posposto ao verbo. Neste último caso, o agente da passiva geralmente não vem expresso. Essa talvez seja a outra explicação para que a prática languageira não encontre nestas construções a necessidade de identificação de um sujeito agente e, portanto, utilize o verbo na sua forma impessoal, ou seja, na P3, deixando clara a idéia de que o que configuraria, na norma culta, o sujeito paciente seria tão somente o alvo da ação verbal.

Ainda Bechara (2005, p. 222) nomeia a passiva de duas maneiras, um pouco distintas das que foram consagradas pelos gramáticos da língua portuguesa. Ele chama de *voz passiva* apenas a forma analítica, ou seja, a construção perifrástica com os auxiliares temporais. E nomeia de *voz reflexiva de sentido passivo* a chama-

da passiva pronominal. Enfatiza de forma bastante esclarecedora que há duas maneiras distintas de diferenciá-las:

1 - a voz *passiva* (analítica) pode apresentar o verbo em qualquer pessoa, ao passo que a *reflexiva de sentido passivo* (pronominal) só se constrói na 3ª pessoa com o pronome *se* (apassivador):

Eu *fui visitado* pelos parentes.

Nós *fomos visitados* pelos parentes.

2 - A *passiva* (analítica) pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a *reflexiva* (pronominal), no português contemporâneo, o dispensa:

Eu *fui visitado* pelos parentes.

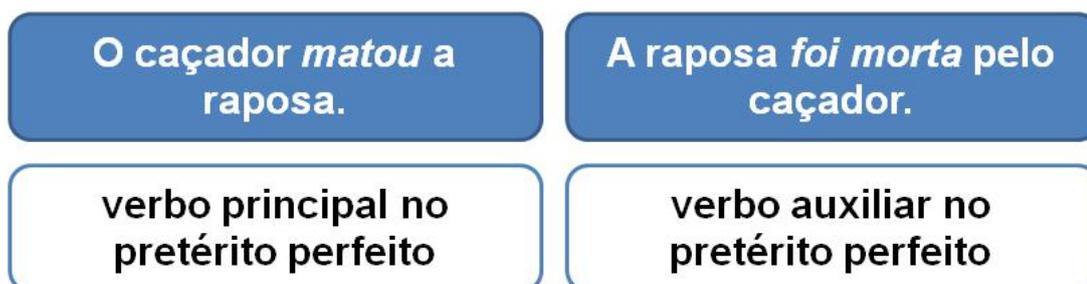
Aluga-se a casa. (não se diz: aluga-se a casa pelo proprietário)

O modo como se decide usar uma ou outra construção depende necessariamente do propósito comunicativo do enunciador. Se o enunciador pretende esclarecer ao interlocutor quem é o agente do processo verbal, então deve optar pela construção analítica. Esta é uma construção icônica, porque o verbo auxiliar de passiva só aparece em construções de passividade. Ele é a *marca de voz* mais representativa. Tanto é verdade que dizemos que um verbo está na voz ativa quando não possui nenhuma *marca de voz*, ou seja, a voz ativa não possui marca icônica, mas indicial. No entanto, se a intenção é obliterar o agente, a melhor redação será a de passiva pronominal. Não se deve desconsiderar, neste caso, que não haverá signo icônico, mas indicial (o pronome *se* como clítico de um verbo transitivo direto).

É preciso também levar em conta que a escolha por uma ou outra formulação de frase pela categorização de voz verbal, se dá não só no aspecto sintático, mas igualmente no semântico⁴.

A rigor, somente os verbos transitivos diretos admitem construção de voz passiva. Isso porque o objeto direto da ativa passa a sujeito da passiva, e o sujeito da ativa, a agente da passiva. É importante observar que o tempo verbal da voz ativa deverá ser repetido pelo verbo auxiliar da voz passiva.

Exemplo:



⁴ Bechara (2005, p. 222) enfatiza a necessidade de distinguir voz passiva de passividade. Na frase O menino levou uma surra do pai, pode-se ver nitidamente a passividade do sujeito diante do sentido passivo do verbo, ainda que indicado por uma voz ativa. Não há, neste caso, nenhuma marca morfológica de voz em levou.

A seguir, apresentaremos uma formulação prática de transformação de voz ativa em passiva, conforme se ensina em sala de aula na maioria dos cursos preparatórios, com o intuito de facilitar a absorção da matéria. O que não é necessariamente garantia de sucesso nas provas, porque o aluno é levado, mais uma vez, a memorizar esse transporte, sem desenvolver a capacidade crítica de pensar sobre os fatos da língua.



Note-se

que:

- 1-O que era sujeito ativo transformou-se em agente da passiva.
- 2-O verbo de *tempo simples* passou a *locução verbal*.
- 3-O objeto direto transformou-se em sujeito paciente.
- 4-Surgiu, na voz passiva, a preposição *por* (em alguns casos aparecerá no lugar de *por* a preposição *de* - *Estava rodeado de várias pessoas*)

Seria necessário que o professor deixasse claro para o aluno que alguns verbos transitivos diretos repugnam a construção passiva por mera questão de uso, independente de aplicação na norma culta. Em geral, são verbos em cuja significação não repousa nenhuma atividade para que se possa depreender um sujeito ativo, i. e., já possuem sentido passivo (*aguentar, sofrer, querer, poder*). Essa ausência de atividade é, por si só, um signo indicial para a idéia de que tais verbos não participam de construção em voz passiva. Assim, não se diz: *O doce é querido por mim, Tudo é*

podido pelos netos, Uma grande perda foi sofrida por mim', mas tão somente Eu quero o doce, Netos podem tudo, Sofri uma grande perda.

Outro cuidado que se deve ter a respeito da identificação de construções passivas está nas orações do tipo *Esse exercício é fácil de resolver*. Nestes casos, o infinitivo aparece com noção de passividade (*fácil de ser resolvido*), mas não se pode confundir com voz passiva, pois o verbo está na voz ativa, ou seja, não há nenhuma *marca de voz, ou signo icônico de voz passiva*.

Da mesma forma como o infinitivo com noção de passividade, algumas locuções verbais colocadas na voz passiva pronominal, por seu valor semântico, podem gerar entraves na realização da concordância. O auxiliar, na locução verbal, também pode ser o verbo da oração principal de um período composto. Para que essa dupla possibilidade se confirme, é preciso uma análise semântica do caso, sem a qual uma impossibilidade de sentido ou até mesmo uma incorreção de concordância serão evidenciadas.

Com *poder e dever* seguidos de infinitivo, a prática mais general considerar a presença de uma locução verbal, isto é, fazendo-se que o *poder e dever* concordem com o sujeito plural:

Podem-se dizer essas coisas. Devem-se fazer esses serviços.

Todavia aparece o singular, corretamente:

Não é como a embriaguez que *se deve celebrar* os sucessos felizes I Maricá, 3326).

São ambas construções corretas e correntes que se distinguem por apresentar diferentemente a ênfase sobre o sujeito da oração.

Quando, porém, o sentido determinar exatamente o sujeito verdadeiro, a concordância não pode ser arbitrária. Ex.: "Quer-se inverter as leis, e querem-se inverter as leis. Neste caso é evidente que o único sujeito p é inverter" [IR. 1, 322]. (BECHARA, 2005, p.564)

Esse fato da língua ocorre com os auxiliares modais (*desejar, querer, poder, dever, pretender, tentar, parecer* etc.) ou aspectuais (*começar a, tornar a, gostar de, costumar, andar, ficar* etc.).

Vamos observar alguns casos de uma forma didática, que seria mais uma estratégia de ensino para os docentes envolvidos com os cursos preparatórios:

Podem costurar duas blusas.

Podem costurar

duas blusas

Sujeito
indeterminado

Locução verbal
Voz ativa

Objeto direto

Podem costurar duas blusas.

Podem

costurar duas blusas

Oração principal

Sujeito
indeterminado
Voz ativa

Oração subordinada
objetiva direta

Podem-se costurar duas blusas.

Podem-se costurar

duas blusas

Locução verbal

Voz passiva pronominal

Sujeito paciente

Pode-se costurar duas blusas.

Pode-se

costurar duas blusas

Oração principal

Voz passiva
pronominal

Oração subordinada
subjativa

Pretendem cumprir as leis.

Pretendem cumprir

as leis

Sujeito indeterminado

Locução verbal
Voz ativa

Objeto direto

Pretendem cumprir as leis.

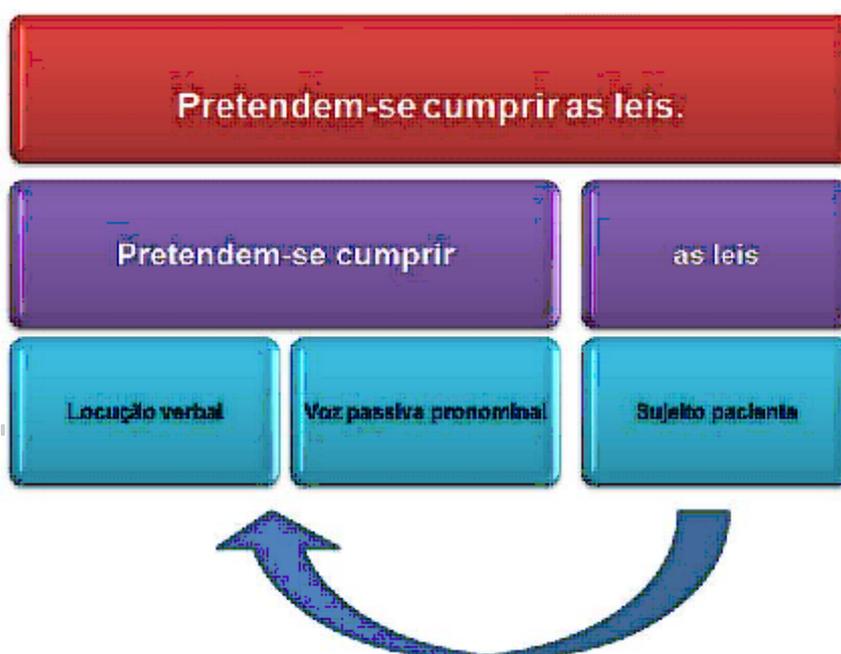
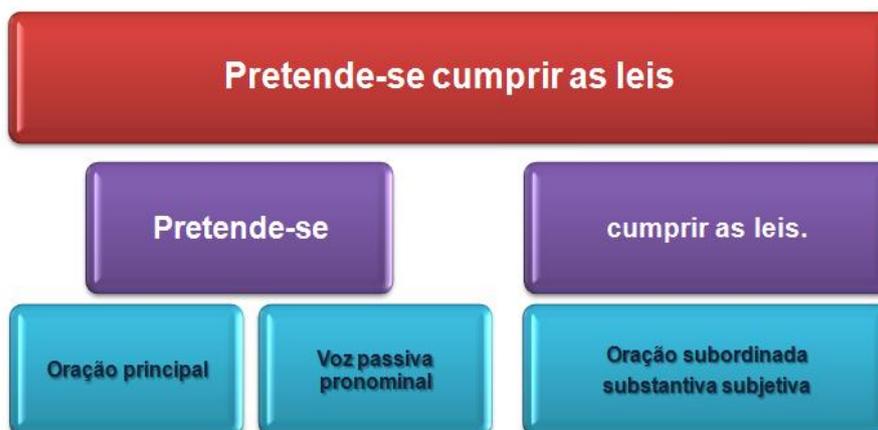
Pretendem

cumprir as leis.

Oração principal

Sujeito
indeterminado
Voz ativa

Oração subordinada
objetiva direta



OBS: Esta construção é inaceitável porque não há lógica em dizer *As leis pretendem ser cumpridas.*

Como conclusão a esses estudos, aliados aos resultados das pesquisas com as gravações e as redações dos alunos relatadas nesta dissertação, afirma-se que a frequência linguageira do emprego de uma construção pronominal com verbos transitivos indiretos e intransitivos (*Precisa-se de enfermeiras para C.T.I. / Vive-se bem no campo / Trata-se de uma piada.*) levou o falante a estender esse uso aos verbos transitivos diretos empregados intransitivamente ou com objetos preposicionados (*Estuda-se muito nesta escola; Comeu-se do bolo.*). Na evolução da língua, passou-se, então, a usar o verbo na 3ª pessoa do singular seguido do pronome se, em construções que a gramática latina nomeou de *passiva impessoal*: passiva quanto à for-

ma, impessoal porque desprovida de sujeito. Essa terminologia, segundo Kury (1989, p.182), parece não ter bom senso. Para ele, não é possível que uma forma linguística seja ao mesmo tempo impessoal, isto é, sem sujeito, e de sujeito indeterminado. No entanto, se observarmos as frases *Precisam de enfermeiras* e *Precisa-se de enfermeiras*, vemos claramente dois propósitos comunicativos diferentes no que se refere à identificação do sujeito. Na primeira frase, sabemos que há um sujeito agente, mas que aparece diluído no conjunto de pessoas envolvidas no processo cuja informação está no verbo. Ele existe, mas não se pode ou não se quer identificar. A segunda frase apresenta um caso distinto, pois o enunciador se prende à própria ação expressa pelo verbo, **excluindo** da informação a importância da identificação de um sujeito agente. Essa seria a explicação plausível para que se nomeassem as frases de *passiva impessoal* quando com uso do pronome *se*.

Embora haja nomenclaturas diferentes para as construções frasais com verbo associado à palavra “se” (voz passiva sintética e voz ativa com índice de indeterminação do sujeito), os desvios de concordância são frequentes. A flexão inadequada dos verbos dessas frases deve-se à palavra “se” que acaba sendo um signo desorientador por sua baixa iconicidade sintagmática. A posição do sujeito-paciente em frases com verbo na passiva pronominal torna-se um signo desorientador, visto ser idêntica à das frases com verbo na voz ativa acrescido de índice de indeterminação do sujeito. Isso pode ser fato determinante para a confusão do falante no momento de realizar a concordância. O sujeito da passiva é confundido, por seu papel de paciente e pela posição posterior ao verbo, com o objeto direto. A partir desse evento, torna-se natural que se realize a concordância de forma a indeterminar ou até mesmo impessoalizar o sujeito.

Assim, essas construções do registro coloquial aqui levantadas e discutidas parecem, aos olhos leigos, servir ao propósito de tornar a linguagem mais elevada, mais impessoal e, por vezes, mais formal. Dessa maneira, acabam tornando-se rotineiras e preferidas pelos falantes de um modo geral. E, como a linguagem é a própria afirmação de identidade, essas formas equivocadas de uso da voz passiva passam a ser constatações de que seus usuários não dominam efetivamente o discurso formal.

O professor que quiser fazer uso desse desvio como forma de despertar o interesse do seu aluno para as curiosas incorreções da mudança da linguagem tem material farto de análise em quase todas as páginas dos jornais, revistas e cartazes

espalhados por toda a cidade, que se prestam à difusão de informações, ao mesmo tempo que exercem o constante avivamento da linguagem humana.

Seguem-se, então, comentários específicos sobre cada regra de concordância verbal que se listou neste trabalho a partir do que mais se cobra nos concursos.

- **A concordância com sujeito composto ligado pela preposição *com* em confronto com sujeito seguido de adjunto adverbial de companhia.**

Conforme se pode comprovar pelas palavras dos teóricos, no caso de os núcleos do sujeito composto estarem ligados pela preposição *com*, o verbo poderá ficar tanto no singular quanto no plural. Há, no entanto, uma diferença no sentido do que se pretende dizer ao agir de uma ou outra forma. Primeiro, analisemos o que diz Bechara (2005, p. 556) sobre esta regra:

Se o sujeito no singular é seguido imediatamente de outro no singular ou no plural mediante a preposição *com*, ou locução equivalente, pode o verbo ficar no singular, ou ir ao plural *para realçar a participação simultânea na ação*:
 "El-rei, *com* toda a corte e toda a nobreza, *estava* fora da cidade, por causa da peste em que então Lisboa ardia" [AR.2, 84].
 "Estas explicações não evitaram que o desembargador, *com* os seus velhos amigos, *prognosticassem* o derramamento do morgado da Agra..." [CBr.1,108].
 "Nesta conjuntura, um deputado dileto da rainha, por nome Antônio José da Silva Peixoto, *coadjuvado pelo* foliculário José Acúrsio das Neves, *levantaram-se e prorromperam* em 'vivas'..." [CBr *apud* MBa.1, 206].

Observa-se que pela leitura desta regra o candidato pode apresentar as seguintes dúvidas: (1) o primeiro núcleo do sujeito deve estar sempre no singular para que a regra seja consolidada? (2) os núcleos sempre serão separados por vírgula?

O candidato precisa ter um raciocínio lógico bem apurado para perceber que, se o sujeito inicial for plural, independentemente de ser seguido de outro termo sujeito ou não, o verbo irá normalmente para o plural.

A leitura da Gramática não é o bastante para que o aluno tenha suas dúvidas sanadas; porque o professor comenta tão somente este caso, sem maiores explicações sobre a concorrência entre *sujeito composto* e *sujeito simples acrescido de adjunto adverbial de companhia* e sobre a pontuação em cada caso.

Para um detalhamento da regra, recorreremos a Rocha Lima (2007, p.396)

Emprega-se (mas raramente) o verbo no singular quando o segundo sujeito é posto em plano tão inferior, que se degrada à simples condição de um complemento adverbial de companhia. Por este meio - mais pertencente à linguagem afetiva - dá-se relevo especial ao primeiro sujeito, como fez Camões no seguinte lanço, referindo-se a Vênus:

“Convoca as alvas filhas de Nereu,
 Com toda a mais cerúlea companhia:
 Que, porque no salgado mar nasceu,
 Das águas o poder lhe obedecia:
 E propondo-lhe a causa a que desceu
Com todas juntamente se partia,
 Pera estorvar que a armada não chegasse
 Aonde pera sempre se acabasse.”

Ao pressentir a cilada traiçoeira que os mouros armavam à gente portuguesa, Vênus – figura central de todo o trecho, e cujo auxílio faz Camões questão de realçar – convoca “as alvas filhas de Nereu” para, juntamente com elas, impedir o desastre iminente.

Pondo o verbo no singular, ao dizer que Vênus

“Com todas juntamente se PARTIA”,

consegue o poeta alcançar o efeito que buscava, isto é, encarecer principalmente a ação da formosa deusa, deixando na penumbra as que com ela se foram também em auxílio aos bravos nautas do Gama.

Temos aqui mais um problema para os candidatos: nenhum outro teórico citado neste trabalho detalha esta regra, e a leitura de Bechara precisa ser complementada com a de Rocha Lima, para que se assimile a idéia de adjunto de companhia. Ainda assim, o candidato pode ter dúvidas se não tiver uma leitura erudita, visto que o exemplo dado para esclarecimento foi retirado de Camões.

Acresce que a dúvida relativa ao uso da vírgula permanecerá. Sabe-se que não se separam sujeito e verbo por vírgula. Então, como considerar sujeito composto se o termo precedido da preposição *com* está isolado por vírgula e, portanto, separado do verbo? É uma exceção da regra de pontuação, ou a vírgula isola o adjunto adverbial de companhia? Essas perguntas não encontram respostas nas gramáticas. Atualmente, o que se vê nas provas de concurso demonstra que as bancas consideram que, para sujeito singular seguido de outro elemento precedido da preposição *com*:

- 1- e isolado por vírgula, o verbo ficará no singular;
- 2- e, se não houver vírgula entre os termos, o verbo ficará no plural.

Assim, para melhor apresentar a regra ao aluno, propomos a seguinte explicação:



Observe-se que a vírgula funciona como índice e passa a ser o elemento orientador para decidir a concordância verbal e o sentido do texto.

Para confirmar a postura da banca CESGRANRIO, por exemplo, apresentamos uma questão

1- Aponte a opção em que se encontra um uso INACEITÁVEL de concordância

- (A) Uma e outra coisa merece nossa atenção.
- (B) Nem um nem outro candidato conseguiram se destacar.
- (C) O médico, com sua enfermeira, foi ao Congresso.
- ➔ (D) No relatório da OMS, tinham vários erros de tabela.
- (E) Os cientistas haviam tido muito cuidado nos experimentos.

A resposta à questão é a letra D, portanto a banca entende que a oração da letra C está correta. Por essas reflexões, o professor que trabalha com turmas competitivas deve ficar atento às questões já realizadas por diversas bancas, para formar, assim, seu próprio material de consulta.

- **A concordância com as expressões “um e outro” e “nem um nem outro”.**

Não há divergência quanto à regra de concordância com a expressão *um e outro*. Todos os teóricos são unânimes entre si, e as banca examinadoras seguem rigorosamente seus princípios. A fim de deixar registrado o que se disse, lemos Rocha Lima (2007, p.392)

O substantivo que se segue à expressão *um e outro* só se usa no singular, mas o respectivo verbo pode empregar-se no singular ou no plural. [...]
Exemplos:

“Uma e outra coisa lhe *desagrada*.” (MANUEL BERNARDES)

"De repente, um e outro *desapareceram*, como se a terra os houvera engolido."
(ALEXANDRE HERCULANO)

"Um e outro é sagaz e pressentido;
Um e outro aos ladrões *declaram* guerra." (ANTÔNIO FELICIANO DE CASTILHO)

Corroborar o professor Walmírio (1979, p. 256)

"Um e outro" pode deixar, indiferentemente, o verbo no singular ou no plural.
Ex.: "Um e outro *contiveram-se*." (M. de Assis, "Quincas Borba")
"Um e outro *acompanharam* com os olhos o par de valsistas." (ibidem)

Observe-se, no entanto, que com a expressão *nem um, nem outro* há uma dúvida provocada pelo texto explicativo da Gramática de Rocha Lima (ibidem).

Também a expressão *nem um, nem outro*, seguida ou não de substantivo, exige o verbo no singular. *

*Só excepcionalmente se encontrará o verbo no plural.

Exemplos:

"Afirma-se que *nem um, nem outro falou* verdade." (FREI LUÍS DE SOUSA)

"Nem uma, nem outra diligência se *pôde* fazer." (MANUEL BERNARDES)

"No entanto, *nem uma nem outra se surpreendeu*, abstendo-se mesmo de fazer o mais leve comentário." (OCTÁVIO DE FARIA)

"Nem um, nem outro *havia* idealizado previamente esse encontro." (TASSO DA SILVEIRA)

Observe-se que o professor Rocha Lima provoca uma dúvida quando afirma que há casos em que a expressão *nem um nem outro* pode aceitar o verbo no plural, excepcionalmente. Com esse tipo de comentário, o candidato se vê diante de um dilema na hora de escolher a opção correta numa questão. Para dirimir a dúvida, terá de recorrer a outro teórico.

Bechara (2005, pp.547 e 548) afirma categoricamente que, com a expressão *nem um nem outro*, o verbo ficará rigorosamente no singular. Deve-se, contudo, salientar que o faz no capítulo de concordância nominal, o que dificulta a consulta do aluno.

- **A concordância de verbos em utilização impessoal: ser, fazer, haver (este último em oposição ao "existir")**

Para ensinar aos alunos a concordância verbal dos verbos impessoais, é preciso, primeiramente, fazê-los reconhecer quais são os verbos impessoais e como diferenciá-los dos verbos de sujeito indeterminado. Feito isso, torna-se simples reconhecer a regra de concordância. Como bem expõe Walmírio (1991, p. 19)

Um problema a definir é a não-existência de sujeito e os graus de indeterminação. Algumas línguas resolvem o problema da ausência do sujeito colocando um elemento formal: *il pleut, il y a; it rains*. O Português assume a ausência de sujeito nos verbos de fenômenos atmosféricos, nos indicadores de tempo e no verbo *haver* existencial.

Como regra geral de concordância com verbos impessoais, diz Bechara (2005, p. 562)

Nas orações sem sujeito o verbo assume a forma de 3ª pessoa do singular:

Há vários nomes aqui.

Deve haver cinco premiados.

Não o vejo *há* três meses.

Não o vejo *faz* três meses.

Para uma análise mais minuciosa dos casos em que os verbos citados assumem uma natureza sintática de impessoalização, sugerimos uma exposição didática, baseada na teoria de Bechara (2005, PP. 559 e 560) e de Rocha Lima (2007, PP. 401 e 402).

VERBO	USO IMPESSOAL	COMPORTAMENTO SINTÁTICO	EXEMPLOS
SER	Designações de hora, distância, data	Concorda com a expressão numérica.	São dez horas? Hoje são 15 de agosto.
SER	Designação de hora, distância, data acompanhada da expressão perto de	Concorda com a expressão numérica OU fica no singular.	Era perto de quatro horas quando ele saiu. Eram perto de dez quilômetros.
CHOVER, GEAR, NEVAR, ALVORECER, AMANHECER, ANOITECER, etc.	No sentido denotativo, designam os fenômenos naturais	Ficam sempre na 3ª pessoa do singular.	Chove sempre no fim do dia. No verão, amanhece mais cedo.
CHOVER, GEAR, NEVAR, ALVORECER, AMANHECER, ANOITECER, etc.	Em sentido figurado, eles podem-se personalizar:	Concordam com o sujeito.	Choveram lágrimas após sua declamação. Os dias amanhecem nublados no inverno.
FAZER	Indica fenômenos devidos a fatos astronômicos (faz sol, frio, calor etc.)	Fica sempre na 3ª pessoa do singular.	No verão, faz sol todos os dias.
FAZER	Indica tempo decorrido.	Fica sempre na 3ª pessoa do singular. Combinando-se a um auxiliar, transmite a este sua impessoalidade.	Faz quatro meses que meu filho nasceu. "Vai fazer cinco anos que ele se doutorou." (ANTÔNIO VIEIRA)
HAYER	Significando a existência de uma pessoa ou coisa.	Fica sempre na 3ª pessoa do singular.	Havia muitas casas naquela vila.

- **A concordância na locução verbal:**
 - 1- **com os verbos “haver” e “existir”**
 - 2- **com o verbo “parecer”;**

Sobre a concordância do auxiliar nas locuções verbais cujo verbo principal é *haver*, diz Rocha Lima (2007, p. 401):

A impessoalidade deste verbo estende-se também aos auxiliares que com ele formam perífrases, como se vê nos exemplos seguintes:
 “Então convosco também, senhores meus, *pode haver pactos?*” (ANTÔNIO FELICIANO DE CASTILHO)

No caso de o verbo principal ser o *existir*, o auxiliar concordará com o sujeito. Pode-se minimizar a complexidade do entendimento dessa regra para o aluno, apresentando exemplos em confronto como faremos a seguir.

Tomamos como exemplo a oração citada no exemplo de Rocha Lima.



Para os demais casos de concordância verbal em locuções, a instrução é de que caberá ao auxiliar concordar com o sujeito (Bechara, 2005, p. 563). Vejamos o exemplo citado pelo mestre.

“Bem sei que me *podem vir* com duas objeções que geralmente se *costumam fazer*” [AC.II *apud* MBa.1, 215].

Se se considera *costumar fazer* como dois verbos principais sem que haja locução verbal, o *costumar* terá como sujeito a 2ª oração que, considerada materialmente, vale como substantivo do número singular:

“Não se *costuma punir* os erros dos súditos sobre a efigie venerável dos monarcas” [RS *apud* MBa.1, 215]

Assim se poderá dizer:

As estrelas {

parecem brilhar (loc. verbal)
parece brilhar [as estrelas]

Em *as estrelas parecem brilhar* temos a contaminação sintática das duas construções, prática que deve ser evitada como norma.

Segundo Mario Barreto (1964, p.228), há uma construção sintática do verbo *parecer*, em cujo uso *pode-se entrever um cruzamento sintático* das formas pessoal e impessoal dos verbos. O que não lhe parece estranho, já que essa é uma prática comum entre os falantes de uma língua.

(...) a influência mútua das acepções, pessoal e impessoal, do vb. *parece as aves aquáticas redemoinhavam...* e *pareciam, nos seus voos incertos ... folgarem com os primeiros dias da estação dos amores* (Herc., Eur., 42 e passim)." - Acêrca da dupla sintaxe "as montanhas parece fugirem" ou "parecem fugir" e da mescla das duas construções, veja o meu livro intitulado *Novos estudos da língua port.*, cap. XIII. - São correntes e vernaculíssimas ambas as formas: *Os moiros parecia esperarem firmes o encontro*, onde o sujeito de *parecia* é a oração de *esperarem*, e também *os moiros pareciam esperar*, etc. Uma fusão entre as duas é que levou o poeta do Eurico a inovar : *as aves pareciam folgarem* .[mantivemos a grafia original]

A necessidade de eleição de uma forma entre várias alternativas aceitas pela norma culta gera a insegurança do candidato.

Analisemos a questão abaixo, constante da prova da Petrobras, 2006, Banca CESGRANRIO.

"Os mares parecem guardar a resposta sobre a origem da vida..."

4- Indique a opção que NÃO reescreve adequadamente a sentença acima, de acordo com a norma culta.

- (A) Os mares parecem que guardam a resposta sobre a origem da vida.
- (B) Os mares guardam – parece – a resposta sobre a origem da vida.
- ➡ (C) Parecem os mares guardarem a resposta sobre a origem da vida.
- (D) Parece que os mares guardam a resposta sobre a origem da vida.
- (E) Que os mares guardam a resposta para a origem da vida parece.

Para identificar a reescritura inadequada da frase original, o candidato deve ter conhecimento das várias possibilidades de concordância de locuções com o verbo "parecer" seguido de infinitivo. Para isso, deve saber qual é o elemento desorientador, qual seja a desinência de P6 nos dois verbos da locução.

- **A concordância com os pronomes relativos:**

Esta é uma regra muito discutida por todos os teóricos e também constante em muitas questões de concursos. Começamos a nossa discussão a partir da exposição de Azeredo (2004, p. 160).

Se o sujeito da oração é o pronome relativo *que*, o verbo varia de acordo com o número e a pessoa do antecedente do pronome.
Chegaram às mãos do ministro da Defesa [...] os projetos de lei que mudam o Código Brasileiro de Aeronáutica. (Época, 6.12.99)
 Neste exemplo, já que o antecedente do *que* é *projetos*, o verbo ocorre na terceira pessoa do plural.

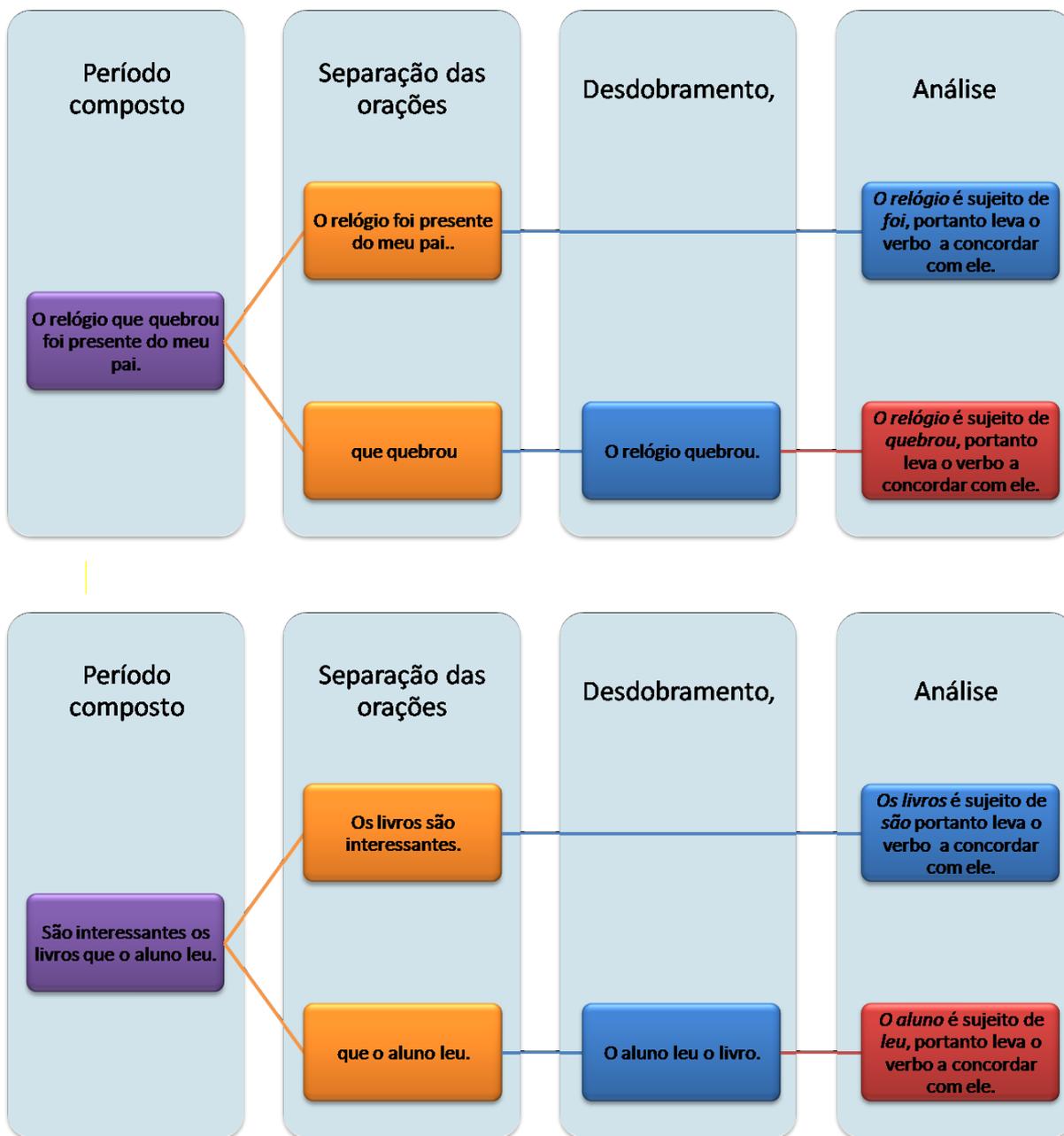
Bechara (2005, p. 561) complementa dizendo que o verbo concordará com o antecedente desde que este não funcione como predicativo de outra oração. Vejamos os exemplos apontados pelo autor:

"Não gastava ele as *horas* (Grifo meu) *que* lhe *sobejavam* do exercício do seu laborioso ministério numa obra do senhor?" [AH.I, 18].

"Ó *tu* (Grifo meu), *que tens* de humano o gesto e o peito" [LC.I, III, 127].

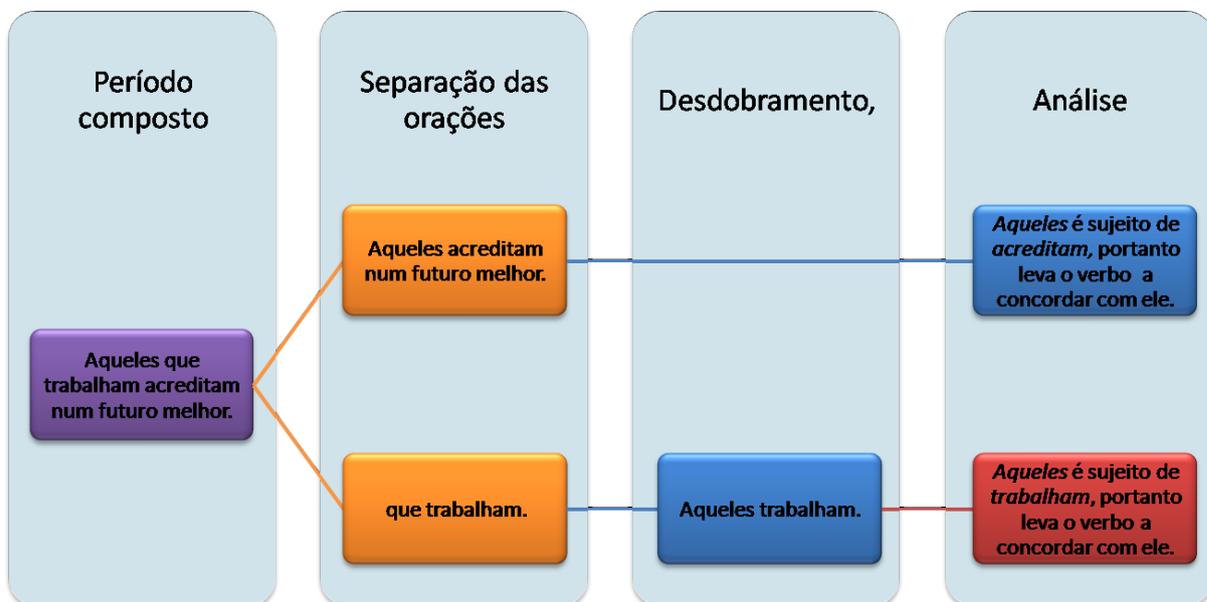
O problema para o aluno está em compreender a regra quando depende do reconhecimento das orações componentes do período composto por subordinação e, conseqüentemente, do reconhecimento da função sintática do pronome relativo. Ainda para dificultar o entendimento, o candidato se vê diante de exemplos complexos de autores consagrados da literatura, distantes no tempo e por isso representando outra prática languageira, o que difere substancialmente das orações que serão submetidas à análise nas questões de provas. É importante levar o aprendiz a entender o desdobramento das orações componentes do período composto, substituindo o pronome *que* pelo termo a que ele faz referência, colocando a oração adjetiva na ordem direta.

Vejamos um exemplo:



É importante que o professor peça ao aluno para isolar os verbos no período composto. Após esse procedimento, deve propor que as orações sejam desmembradas, para depois haver a substituição do pronome *que* pelo termo que ele representa na oração adjetiva. Feito isso, o docente conduzirá o raciocínio do estudante pela regra básica geral, qual seja, o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito. Dessa forma, fica mais fácil de o aluno compreender os detalhes da regra.

- 1- Quando o antecedente é um pronome demonstrativo, o verbo da oração adjetiva vai para a P3 ou P6, conforme seja o antecedente.



- 2- Se o antecedente do pronome relativo funciona como predicativo, o verbo da oração adjetiva pode concordar com o sujeito de sua principal ou ir para a 3ª pessoa.



- 3- Em expressões de tipo *sou eu que, és tu que, foste tu que*, etc. o verbo concorda rigorosamente com o sujeito do ser.

Fomos **nós** que **fizemos** o trabalho.



Bechara (2005, p.562) ressalta que há diferença no uso do pronome *quem*.

Se ocorrer o pronome *quem*, o verbo da oração subordinada vai para a 3ª pessoa do singular, qualquer que seja o antecedente do relativo, ou concorda com este antecedente:

"Eram as paixões, os vícios, os afetos personalizados quem fazia o serviço dos seus poemas" [AH *apud* SA.5, 77].

"És tu quem me dás rumor à quieta noite, És tu quem me dás frescor à mansa brisa, Quem dás fulgor ao raio, asas ao vento, Quem na voz do trovão longe rouquejas" [GD *apud* SA.5. --

Assim,

Eram os alunos **quem** **fazia** o trabalho.



o A concordância do verbo “ser” com o predicativo

Sabe-se que, pela regra geral, sujeito e verbo concordam em número. Diferente não seria com o verbo *ser*. Assim, o usual é dizer “João era um aluno aplicado” (BECHARA, 2005, p.558). Não obstante, há casos em que “o verbo *ser* se acomoda à flexão do predicativo especialmente quando se acha no plural”. (ibidem)

Abaixo, relacionamos os casos:

SUJEITO	COMPORTAMENTO DO VERBO SER	PREDICATIVO	EXEMPLOS
Pronomes <i>isso, isto, aquilo, tudo, ninguém, nenhum.</i>	Concorda com o sujeito ou com o predicativo.	Plural Singular	<i>Aquilo eram manifestações de alegria.</i> <i>Aquilo era manifestações de alegria.</i>
Pronomes interrogativos <i>Quem, que, o que</i>	Concorda com o predicativo	Plural	<i>Quem são essas pessoas?</i> <i>O que eram aqueles sinais?</i>
Pronome pessoal	Concorda com o sujeito	Plural Singular	<i>Eu sou as expectativas de ascensão da família.</i> <i>Eles são a única alegria da mãe.</i>

Plural singular	Concorda com o predicativo	Pronome pessoal	Aqui em casa, o chefe <i>sou eu</i> .
Pessoa	Concorda com o sujeito	Qualquer caso	<i>O menino era</i> as alegrias da família.

Acrescentamos às regras acima a observação de Rocha Lima (2007, p.405) que esclarece um caso de concordância do verbo *ser* relacionado ao propósito comunicativo do enunciador da frase.

Estando o verbo *ser* entre dois substantivos de números diversos, ambos comuns -, o que vai orientar a concordância é o sentido da frase: ela se fará com o termo a que se quiser dar maior relevo, isto é, com o elemento mais importante para quem fala.

Exemplo:

"Justiça é tudo, *justiça é as virtudes todas*, justiça é religião, justiça é caridade, justiça é sociabilidade, é respeito às leis, à lealdade, é honra, é tudo enfim." (ALMEIDA GARRETT)

É importante que o candidato, além das regras básicas do verbo *ser*, conheça também alguns comentários que se fazem necessários. Para isso, apresentamos as palavras do professor Bechara (2005, pp.559 e 560)

1- Na expressão, que introduz narrações, do tipo de *era uma princesa*, o verbo *ser* é intransitivo, com o significado de *existir*, funcionando como sujeito o substantivo seguinte, com o qual concorda:

Era uma princesa muito formosa que vivia num castelo de cristal.

Eram quatro irmãos tatibitates e a mãe delas tinha muito desgosto com esse defeito [CC.I, 292].

Com a expressão *era uma vez uma princesa*, continua o verbo *ser* como intransitivo e o substantivo seguinte como sujeito; todavia, como diz A.G.Kury, "a atração fortíssima que exerce o numeral *uma* da locução *uma vez*", leva a que o verbo fique no singular ainda quando o sujeito seja um plural:

Disse que *era uma vez* dois (...) compadres, um rico e outro pobre [CC.I, 31].

Era uma vez três moças muito bonitas e trabalhadeiras [CC.I, 120].

2- A moderna expressão é *que*, de valor reforçativo de qualquer termo oracional, aparece em geral com o verbo *ser* invariável em número:

Nós *é que* somos brasileiros / Nós somos brasileiros.

Esses livros *é que* não compraremos agora.

Afastado do *que* e junto do termo no plural, aparece às vezes o verbo, no plural:

São de homens assim *que* depende o futuro da pátria / De homens assim *é que* depende o futuro da pátria.

Foram nesses livros *que* estavam as respostas / Nesses livros foi *que* estavam as respostas.

A respeito desta última regra, apresenta Rocha Lima (2007, p.406) "Um caso de realce com o verbo 'ser'".

A serviço da ênfase ou realce, pode o verbo *ser* (vazio de significação e sem papel sintático) figurar em frases assim:

Esta criança quer *é* dormir.

b) Visitei a Europa *foi* durante o verão.

Nestas construções, o termo intensificado é o que está à direita do verbo *ser*; e provavelmente terão elas resultado da elipse de elementos requeridos pela estruturação gramatical plena das frases-fontes respectivas.

No exemplo *a*), essa frase-fonte teria sido a seguinte:

O *que* esta criança quer, é dormir.

No caso *b*), há para notar que, se o verbo *ser* vier ANTES do verbo principal, aparecerá, em correlação obrigatória com ele, uma partícula *que*, igualmente parasitária:

Foi durante o verão que visitei a Europa.

Como elemento de realce, vale-se a língua da locução *é que*, idiotismo português de grande poder expressivo.

Tal locução é invariável, e, por isso, não se altera a concordância do verbo da oração - a qual se faz normalmente com o seu sujeito:

eu (é que) coso ele (é que) cose vós (é que) coseis

tu (é que) coses nós (é que) cosemos eles (é que) cosem

Este último caso pode levar o candidato a se confundir quando separa orações. Se não souber identificar a expressão de realce, facilmente vai marcar o verbo *ser* como sintagma verbal de uma das orações do suposto período composto, entendendo o *que*, constante da expressão, como pronome relativo. Para dirimir essa dúvida, o professor pode retirar a expressão de realce e mostrar que a frase se mantém com integridade sintática e semântica.

o **A concordância com “mais de um” e “menos de dois”**

Vejamos o que dizem alguns teóricos.

Depois de *mais de um* o verbo é em geral empregado no singular, sendo raro o aparecimento de verbo no plural:

"... *mais de um* poeta *tem* derramado ..." [AH.2, 155].

"*Mais de um* coração de guerreiro *batia* apressado ..." [AH.2, 169]. "Sei que há *mais de um* que não se *envergonham* dela" [AH.2, 169]. BECHARA (2005, p. 560)

Se a expressão *mais de um* estiver *repetida*, ou se for intenção do escritor inculcar idéia de *reciprocidade*, é ao plural que recorrem os bons autores.

Exemplos:

"Mais de um oficial. *mais de um* general, *foram* mortos nesta batalha." (CARNEIRO RIBEIRO)

"Mais de um político de princípios adversos deram-se as mãos naquela crise medonha do país." (Idem)

Esta regra oferece dificuldade de memorização por ferir a lógica maior (ou de raciocínio), que é a praticada na matemática. As expressões *mais de um* e *menos de dois* levam o verbo a flexionar-se de acordo com os numerais *um* e *dois*. Numa análise semântica, porém, o aluno pode facilmente perceber que na lógica matemática *mais de um* é necessariamente um número plural e que *menos de dois*, singular. Não se encontrou em nenhuma Gramática menção a esse detalhamento da regra.

Abaixo, apresentamos uma questão da Banca NCE (UFRJ), em que esse conhecimento foi cobrado do candidato.

➡ **A língua portuguesa e os conhecimentos matemáticos nem sempre estão de acordo. Abaixo em que a concordância verbal contraria a lógica matemática é:**

- (A) 50% da torcida brasileira gostaram da seleção;
- (B) mais de três jornalistas participaram da entrevista;
- (C) menos de dois turistas deixaram de participar do passeio;
- (D) são 16 de outubro;
- (E) participaram do congresso um e outro professor.

- **A concordância do verbo “dar” associado à hora**

É de simples compreensão a concordância verbal com o verbo *dar*.



O professor precisa orientar o aluno a identificar o sujeito com expressão numérica pela presença da preposição *em* antecedendo *relógio*.

Vamos aos teóricos:

Se aparece o sujeito relógio, com ele concorda o verbo da oração:
O relógio deu duas horas.

Não havendo o sujeito *relógio*, o verbo concorda com o sujeito expresso pela expressão numérica:

No *relógio deram* duas horas. (BECHARA 2005, p. 563)

Em frases assim, estes verbos têm por sujeito o número que indica as horas.

Exemplos:

"*Deram* dez horas." (EÇA DE QUEIRÓS)

"*Deram* agora mesmo as três da madrugada." (GUERRA JUNQUEIRO)

"*Deram* três horas da tarde." (ALUÍZIO AZEVEDO)

"*Iam* dar seis horas." (MACHADO DE ASSIS)

"Na igreja, ao lado, *bateram* devagar dez horas." (EÇA DE QUEIRÓS) (ROCHA LIMA, 2007, p.400)

Numa forma bem didática, Walmírio Macedo (1979, p. 257) explica:

Na expressão "*dar horas*", o verbo concorda com "*horas*".

Exs.: *Já deu uma hora.*

Já deram três horas.

Se a palavra "*relógio*" vier como sujeito, é claro que a concordância é a normal.

- **A concordância de verbo no infinitivo**

Vamos iniciar a regra de concordância de verbo no infinitivo com uma consideração do professor Rocha Lima (2007, p. 411

Por ser um verbóide, o infinitivo carece normalmente de flexão. No entanto, a língua portuguesa apresenta, em relação às mais línguas neolatinas, esta riquíssima particularidade: nela, desde os mais antigos tempos, pode o infinitivo referir-se a determinado sujeito, graças às desinências de número e pessoa: *amar eu, amares tu, amar ele, amarmos nós, amardes vós, amarem eles*. É um *idiotismo* nosso, de alto valor estilístico, e cuja sistematização tem dado margem às maiores controvérsias. [...]

A partir dessa reflexão, recorremos também a Said Ali (1966, p.55)

Fato muito positivo é que este infinitivo se encontra nos mais antigos monumentos da língua portuguesa, parecendo ter nascido com o próprio idioma. E o que mais surpreende é que, apesar do íntimo parentesco do português com o castelhano, ficasse este desprovido do infinitivo pessoal, e apesar do contacto da nossa literatura com o castelhano e mais tarde com o francês e outros idiomas, nenhuma língua, absolutamente nenhuma, influenciasse o português no sentido de restringir-lhe de algum modo o uso do infinitivo flexionado. Pelo contrário. Esta forma resistiu a todas as influências estranhas desde que apareceu, e o seu uso, quando muito, tem-se ampliado nos nossos escritores modernos.

Vem a propósito mencionar um fato muito significativo, observado por Frederico Diez. Houve, como se sabe, um tempo em Portugal, em que os poetas escreviam as suas obras parte em português, e parte em espanhol, língua que lhes era bastante familiar. Pois bem: todos eles, excetuando unicamente Camões, cometeram o erro de empregar o infinitivo flexionado em espanhol, como se também o castelhano conhecesse semelhante forma.

Ao lado do *infinitivo impessoal*, temos um *infinitivo pessoal*, que, referido a um sujeito, pode, ou não, flexionar-se.

De um modo geral, os gramáticos não formularam um conjunto de regras fixas, capazes de determinar o emprego de uma e outra forma.

Nesta dissertação, como seu objetivo maior está centrado na didática, tentamos sintetizar o que dizem os gramáticos citados.

1- USO DO INFINITIVO NÃO FLEXIONADO

Casos	Exemplos
Verbo nominalizado com valor indeterminado, sem se referir a nenhum sujeito.	" <i>Viver é lutar.</i> " (GONÇALVES DIAS)
Com sentido de imperativo	<i>Abrir as comportas!</i>
Regido da preposição <i>de</i> com sentido passivo de complemento de um adjetivo	As regras de concordância são difíceis <i>de decorar.</i>
Em locução com um verbo auxiliar, precedido da preposição <i>a</i> , equivalendo a um gerúndio.	Os alunos <i>estavam a estudar</i> na sala de aula. = Os alunos <i>estavam estudando</i> na sala de aula
Quando forma com um verbo auxiliar uma unidade semântica. ⁵	Todos já <i>podem sair.</i>

Quando seu sujeito é um pronome pessoal oblíquo átono, concomitantemente servindo de complemento a um dos cinco verbos - *ver, ouvir, deixar, fazer e mandar*

Mandei-os sair da sala.

O professor *viu-nos chegar* atrasados.

2- USO DO INFINITIVO FLEXIONADO

Emprega-se obrigatoriamente o infinitivo flexionado quando este verbo apresenta sujeito próprio, diferente do sujeito da oração principal.⁶

Ex.: Recebemos a notícia de *estarem* aprovados os *candidatos* com nota acima de oito.

3- CASOS QUE ADMITEM DUPLA CONSTRUÇÃO

Casos	Exemplos
Quando o infinitivo estiver afastado do auxiliar.	<i>Devem os professores</i> de cursos preparatórios, sempre no final do mês, <i>aplicarem</i> um teste simulado
O sujeito do infinitivo é um substantivo que serve ao mesmo tempo de complemento a um dos cinco verbos: <i>ver, ouvir, deixar, fazer e mandar</i> .	O professor <i>ouviu</i> os alunos <i>chamarem</i> . OU O professor <i>fez estudar</i> os alunos.
Apesar de possuir sujeito igual ao da oração principal, há necessidade ou propósito em evidenciar o agente da ação.	<i>Saíram dois alunos</i> da sala, a fim de <i>chamarem</i> o diretor da escola.

Na maioria dos casos, o uso do infinitivo flexionado ou não flexionado é mais uma questão de estilo do que propriamente de Gramática.

o **A concordância nas expressões de porcentagem**

Em sua gramática, Bechara não esclarece com precisão o que o candidato deve marcar como norma culta, uma vez que apenas comenta o que as linguagens

⁵ Em português, esses verbos auxiliares são os seguintes: Poder / Saber / Querer / Dever (auxiliares modais) e Ir / Principliar a / Começar a / Costumar / Acabar de / Cessar de / Tornar a / etc.(auxiliares acurativos

⁶ Salvo o caso dos verbos *ver, ouvir, deixar, fazer e mandar*.

modernas apresentam com tendência. Azeredo já é mais cuidadoso, demonstrando tanto a norma quanto a prática linguageira.

Para Azeredo (2004, p.163):

Se o SN sujeito é quantificado por expressão de porcentagem, o verbo vai regularmente à terceira pessoa do plural:

Em 1996, 70% do capital proveniente dos Estados Unidos e Japão para investimento na Comunidade Européia acabaram na Grã-Bretanha. (O Globo, 12.12.1999)

Estima-se que, em 1920, 35% dos habitantes da capital haviam nascido no exterior. (N. Sevcenko, 1998)

Apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, só 10% admitem tê-lo. (L.M. Schwarcz, 1998)

Mas o verbo pode, opcionalmente, ficar na terceira pessoa do singular se o substantivo que denota a coisa quantificada estiver no singular:

Até os anos 40 cerca de 30% do seu corpo funcional [do Mappin, loja de departamentos de São Paulo] era composto de empregados aparentados. (N. Sevcenko, 1998)

Se voltarmos o olhar para Bechara (2005, p. 566) veremos que faltam informações.

Nas linguagens modernas em que entram expressões de porcentagem, a tendência é fazer concordar o verbo com o termo preposicionado que especifica a referência numérica:

Trinta por cento *do Brasil assistiu* à transmissão.

Trinta por cento *dos brasileiros assistiram* aos jogos da Copa.

Dois por cento *da assistência detestou* o filme.

Dois por cento *dos espectadores detestaram* o filme.

○ **A concordância com os pronomes de tratamento**

Esta é uma regra bem simples e de fácil memorização. O verbo, cujo sujeito é um pronome de tratamento, flexiona-se em P3 ou P6.

Ex.: Vossa Excelência *quer* que levemos seus documentos para o cartório?

Uma dificuldade nesta regra surge de um signo desorientador – o pronome vossa – que induz o falante a usar o verbo flexionado em P5, supondo estar assim usando a norma culta.

Cabe ao professor demonstrar que os pronomes de tratamento equivalem a você.

Vejamos o que diz Azeredo (2004, p.160)

O núcleo do seu sujeito está no singular, representado por um substantivo, um pronome de 3ª pessoa ou um pronome de tratamento:

O vento soprava forte.

Alguém esqueceu um chapéu na sala.

Vossa Excelência governa o maior país deste continente.

○ **A concordância com a expressão “a maioria de” e similares**

Esta é uma regra que tem sido muito cobrada nos concursos. Com a expressão *a maioria de* e similares, o verbo poderá concordar com a expressão núcleo do sintagma, ficando no singular, ou com o termo partitivo, ficando no plural.

Vejamos AZEREDO (2004, p.162)

Se o sujeito é formado por expressão partitiva do tipo "a maioria dos candidatos", o verbo concorda ordinariamente com o núcleo sintático da construção:

Como opção estilística faz-se a concordância com o substantivo (núcleo referencial) que, no plural, denota o conjunto:

Pelo menos um terço dos vestibulandos entregaram a prova em branco.

Neste terremoto político, que teve seu epicentro em Paris, tiveram papel de destaque um número enorme de escritores e intelectuais (JB, 9.10.99)

A maioria das máquinas apreendidas, procedentes da Espanha e dos Estados Unidos, entraram regularmente no Brasil. (JB, 9.10.99)

Já em BECHARA (2005, p.557)

Se o sujeito é representado por expressões do tipo de *a maioria de*, *a maior parte de*, *grande parte de*, *parte de* e um nome no plural, o verbo irá para o singular ou plural:

"a maior parte deles *recusou* segui-lo com temor do poder da regente" [AR.2,38].

"e a maior parte dos esquadrões *seguiram-nos*" [AR.I, III].

Para ROCHA LIMA (2007, p. 394)

Se a um nome ou pronome no plural antepomos uma expressão quantitativa como *grande número de*, *grande quantidade de*, *parte de*, *grande parte de*, *a maior parte de*, e equivalentes, o verbo fica no singular ou no plural.

Exemplos:

a) Singular:

"A maioria dos condenados acabou nas plagas africanas." (CAMILO CASTELO BRANCO)

"Uma nuvem de setas respondeu ao sibilar dos esculcas árabes." (ALEXANDRE HERCULANO)

b) Plural:

"A maior parte das suas companheiras eram felizes." (CAMILO CASTELO BRANCO)

3. APRESENTAÇÃO DO CÓRPUS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Realizadas as buscas por provas de concursos públicos já encerrados, coletaram-se, para esta pesquisa, algumas amostras dos concursos organizados pelas bancas NCE, ESAF, Cespe, Cesgranrio e FCC entre 2002 e 2008. Embora os editais dos concursos divulguem os seus programas, contendo quase todo o conteúdo da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, elegeu-se apenas as questões de Concordância Verbal como cerne do estudo, por ser esse um dos tópicos mais problemáticos segundo os resultados dos certames e, principalmente, por não ser exaustiva e criticamente abordada nos livros didáticos específicos, cuja meta seria a de preparar os sujeitos para enfrentar com sucesso os concursos de ingresso ao serviço público. Assim sendo, analisadas preliminarmente as provas coletadas, optou-se por separar as questões de concordância verbal segundo as regras gramaticais e o tipo de cobrança. As questões de 2005 a 2008 possibilitaram se delineasse uma realidade diferente do que se vinha encontrando em concursos anteriores. Por isso, decidiu-se abordar tão somente as desse intervalo para que não se afastasse do que, hoje, caracteriza as bancas em observação.

As questões selecionadas e a análise minuciosa de tipologia e modo de cobrança de cada banca examinadora indicaram os dados discutidos na formulação teórica em tela.

A seguir, apresentam-se as considerações sobre a análise das questões que compuseram este corpus. (Em anexo, encontram-se formatadas todas as questões analisadas uma a uma.) Este procedimento ofereceu baldrame para a formulação:

- (1) do estudo comparativo entre as questões de cada banca;
- (2) da análise das diferenças e semelhanças no modo de cobrança e, finalmente,
- (3) dos fatos linguístico-gramaticais relevantes para a reconfiguração conceitual dos mecanismos de concordância com foco na resolução das questões de provas de concurso.

A proposta central deste trabalho exige sejam consideradas as produções textuais verbais e escritas de alunos envolvidos em concursos públicos, para a detecção dos motivos que os levam ao desvio da norma — especificamente a de concor-

dância verbal — e que acabam por interferir na descoberta da opção certa nas questões de múltipla escolha.

Nesta pesquisa, portanto, a busca pela identificação dos motivos que levam os candidatos a errar essas questões funda-se em ocorrências desses desvios não apenas em textos argumentativos escritos produzidos por eles, assim como em seus diálogos com sequências narrativas.

Participaram do experimento alunos do Sistema Elite de Ensino nas unidades da Tijuca, Madureira e Campo Grande e alunos do Curso Souza Neto na unidade da Candelária (Centro da Cidade), todos no Rio de Janeiro. Os alunos das unidades do Sistema Elite moram em bairros adjacentes aos do colégio onde estudam, e os do curso Souza Neto moram em diversos bairros da Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste.

A realização desta pesquisa contou com a abordagem indutiva dos fatos estudados e com o procedimento de estudo de caso, por meio de observação sistemática, estruturada e controlada, com planejamento prévio, plano de ação e avaliação dos resultados, o que permitiu conhecer a realidade empírica em questão e descrevê-la para a formulação da hipótese deste trabalho.

Com a utilização de uma metodologia sociolinguística, buscou-se observar as linguagens oral e escrita de alunos de ensinos médio e superior, objetivando descrever quais conteúdos, sobre a concordância verbal, eles puderam apreender e utilizar em suas produções textuais e quais os que, por desconhecimento ou inobservância das regras tê-los-iam levado ao desvio da norma.

Cumprida uma intervenção teórica. Simões (em HENRIQUES & SIMÕES [orgs.] 2008, p. 187) assevera que:

Urge, portanto, entender que o estudante detém uma modalidade de língua com que se comunica, mas carece de ampliação de seu potencial verbal. Veja-se o quadro a seguir, que utiliza as instâncias propostas por Geraldi (1996).

LÍNGUA ORIGINAL	Transmitida
Típica da comunicação em instâncias privadas	Falada
	Informal
LÍNGUA PADRÃO	Adquirida
Típica da comunicação em instâncias públicas	Escrita
	formal

O docente deve orientar os alunos a organizar a fala segundo suas instâncias pública e privada; ensinar-lhes a modalidade escrita; demonstrar a variação linguística, a importância do uso padrão, as várias possibilidades de estilo, o uso do jargão, os usos artísticos literário e publicitário, além de identificar semelhanças e diferenças entre os usos.

Portanto, a pesquisa tinha por baliza a discrepância presente entre a fala cotidiana e as formas de escrita, sobretudo na prática dos potenciais candidatos aos concursos em questão. Estes, em geral, são usuários da fala popular e, salvo exceções, dificilmente escrevem, e quando o fazem, usam a escrita informal, que corresponde ao uso oral coloquial distenso. E isso tem sido objeto de estudo de muitos linguistas. Mattos e Silva (em ABRAÇADO e RONCARATI [orgs.], 2008, p. 392) lembra denominações atribuídas ao Brasil tais como “um grande país de analfabetos” (antes) e atualmente um país de analfabetos funcionais, segundo dados do INAF citados por Paulo Bearzotti Filho, na Revista *Discutindo a língua portuguesa*. Logo, os problemas apontados nesta dissertação não só documentam essa afirmação, como também podem servir de referência técnico-didática para uma reformulação no ensino regular da língua portuguesa e nos cursos preparatórios para concursos. Propõe-se apontar dificuldades na prática da concordância verbal em questões de provas de concursos, buscando apontar signos que servem de ícones e de índices tanto para a identificação das pistas falsas que levam a respostas erradas, como para a de signos verbais que poderiam servir de orientadores da produção de respostas corretas.

Veja-se o que diz SIMÕES (2008₁):

Temos buscado ler semioticamente a seleção lexical e a estruturação sintática, entrando assim na iconicidade diagramática no plano gramatical. Entendemos que o vocabulário ativado no texto (saindo do paradigmático para o sintagmático) organiza-se em pistas icônicas (representativas, fundadas na similaridade, de fundo analógico) e indiciais (indutoras, fundadas na contiguidade, consecutivas). Explicamos a estruturação sintática como o arranjo das peças icônicas e indiciais de cuja combinação formar-se-ão as imagens semântico-pragmáticas que subsidiarão a leitura e a compreensão.

E o arranjo sintático foi observado na trilha da concordância no material coletado nas provas e nos textos produzidos especificamente para composição do *cópus* dessa pesquisa.

Os exemplos observados e relatados por esta pesquisa foram colhidos durante três meses de gravações e realização de propostas de redações. Os dados colhidos por meio de narrativas orais gravadas em áudio somaram três horas de gravação em cada grupo de vinte pessoas, em sequências de vinte minutos com sujeitos alternados. Os diálogos foram provocados por alguns comandos, induzindo o tema da conversa. Outros dados foram capturados a partir de redações realizadas em sala de aula, com temas pré-determinados e tempo delimitado em sessenta minutos.

Apresentamos neste capítulo, os resultados da pesquisa empírica, materializada na análise do corpus e, em seguida, os procedimentos empregados na análise dos dados, sua análise propriamente dita e, por fim, os resultados observados.

Supomos que essa parte do relato possa indicar como se deve preparar adequadamente os candidatos, para o reconhecimento das normas de concordância, com base em uma análise que leva em conta a constituição dos discursos desses indivíduos.

4. RESULTADOS DAS PESQUISAS COM AS GRAVAÇÕES

A coleta dos desvios observados nos textos das gravações demonstra que os alunos, ao realizarem a concordância verbal, o fazem de forma diversa da regra existente na gramática normativa. Inicialmente, foram observados fatos da fala que interferem na escrita. São eles:

- (1) alterações fônicas, trocando, por exemplo, *prenderam* por *prendero* ou ainda *fazendo* por *fazenu* (tecnicamente, a monotongação do ditongo fonético /awN/);
- (2) consequências gráficas como tomar as desinências número pessoais por pronomes oblíquos. Ex. *canta-mos*; *disse-mos*;
- (3) preferência pelo singular e por P1 e P3 (indicação mattosiana), conforme o uso oral.

A alteração fonética não é frequente na produção da concordância verbal na linguagem oral dos candidatos de nível superior; no entanto, estes violam regras de concordância verbal da norma padrão da seguinte maneira:

- (1) confusão quanto ao número (silepse),
- (2) flexão do verbo *haver* impessoal e,
- (3) mistura de tratamento entre P2 e P3.

A partir dessas constatações, percebe-se a necessidade de ensinar não apenas o que os alunos não sabem, mas analisar e refletir sobre aquilo que eles pensam que sabem, para que possam se interessar de fato pela orientação didática, para descobrir e dominar as diversas modalidades da língua e assim ampliarem seus horizontes linguísticos e socioculturais.

4.1. Relato dos fatos apurados

Passa-se então à apresentação dos problemas gramaticais, correlatos à concordância verbal, apurados na pesquisa empírica com gravações e redações.

4.1.1. Presente do subjuntivo

Este tempo verbal é esquecido em construções interrogativas com o verbo *querer*, por exemplo, em comunidades diversas, principalmente as de bairros da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Inclusive, as letras das músicas - Funk – que se mostram preferência dessas mesmas comunidades, evidenciam o não-uso das formas do subjuntivo na prática linguageira contemporânea (“Você quer que eu te **chamo** do quê?”). Ou seja, a concordância não se faz com o presente do subjuntivo como rege a norma, mas com o do indicativo.

Exemplos:

Quer que eu bato a foto?

Quer que eu chego mais perto.

Essa ocorrência contraria a norma gramatical que afirma ser o presente do subjuntivo o tempo verbal adequado em orações subordinadas substantivas quando o verbo da oração principal encerra vontade, ordem, consentimento, aprovação, proibição, receio, admiração ou surpresa.

Ex.: Proibi que ele viesse.

Quero que estudes.

4.1.2. Mistura de tratamento

A maior ocorrência de desvio de norma em concordância verbal ficou por conta da mistura de tratamento. Os candidatos empregam P2 associada ao pronome de tratamento de P3 com verbos flexionados também nesta pessoa. Cf. Exemplo (1)

Outra ocorrência frequente nos grupos observados é a presença da P2 em discordância com o verbo, que aparece flexionado na P3. Cf. exemplo (2)

Exemplos:

(1) Nós queríamos te dar isso porque você é nosso amigo.

(2)Tu não tá sabendo de nada?

Nesses casos, o falante se afastou da norma que prega o uso constante da mesma pessoa do discurso num mesmo texto. Assim, se o texto começar com tratamento em P2, por exemplo, todos os verbos e pronomes relativos à mesma pessoa devem estar em concordância gramatical.

4.1.3. Pronome de tratamento

Nas turmas preparatórias para os tribunais (eleitoral, de justiça, de contas etc.), é comum os candidatos fazerem uso de pronomes de tratamento como forma de comunicação diária, em decorrência da formalidade das relações hierárquicas. Ocorrem, no entanto, equívocos na concordância como: flexiona-se o verbo em P5 em decorrência da confusão com o tratamento “Vossa” conferido aos superiores e que é pista falsa nesse caso, já que Vossa Ex^a. e demais formas de tratamento se referem ao sujeito com quem se fala (que é de P2) mas leva o verbo para P3 – quando singular – e P6 – quando plural.

Exemplo:

Vossa Excelência podeis atestar o que estou dizendo...

Conforme nos ensina o mestre Bechara (2005, p. 165)

Existem ainda as formas substantivas de tratamento indireto de 2ª pessoa que levam o verbo para a 3ª pessoa. São as chamadas formas substantivas de tratamento ou formas pronominais de tratamento:

Você, vocês (no tratamento familiar)

O Senhor, a Senhora (no tratamento cerimonioso)

A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam:

Vossa Alteza (V.A., para príncipes, duques)

Vossa Eminência (V.Em^a, para cardeais)

[...]

4.1.4. Verbo *fazer* indicando temporalidade

A maioria dos candidatos que atuaram como informantes dessa pesquisa, ao usar o verbo *fazer* no sentido de tempo decorrido, o fez no plural, seguindo pista falsa de concordância com o numeral que o sucede. Nesses casos, as orações não têm sujeito. Nas palavras de Bechara (2003, p.35)

(...) a verdade é que nas referidas orações não se pensa em atribuir a declaração expressa no predicado a quem quer que seja (...) A rigor trata-se de centrar o intento da comunicação no comentário. Os verbos destituídos de sujeito se chamam *verbos impessoais* (...)

Sabe-se que os verbos impessoais, como

- (1) os que denotam fenômenos atmosféricos ou cósmicos
- (2) *fazer*, *haver* e *ser* nas indicações de tempo
- (3) *haver* e *ser* em orações sinônimas às construídas com o verbo *existir*

só se flexionam na P3, independente de qualquer termo a ele relacionado.

A maior ocorrência de desvios cometidos com esse verbo está entre os estudantes com o ensino superior concluído há pelo menos 5 anos e, portanto, afastados do ensino da língua desde o vestibular.

Exemplo:

Já fizeram dois meses que eu comecei a estudar aqui; mais ou menos isso.

4.1.5. Afastamento entre sujeito e verbo

Em quase 100% dos casos apurados com as gravações, notou-se a discordância entre o sujeito e o verbo em decorrência da inserção de outros elementos sintáticos — como adjuntos adverbiais, apostos e orações subordinadas e intercaladas — entre aqueles termos.

Exemplos:

Os rapazes daquela turma, sem exceção mesmo, já viu? É tudo bonito!

Já percebeu que os comentários que ele faz da apostila é sempre para denegrir o trabalho do curso?

Nas construções frasais com sujeito afastado do verbo por intercalação de outros termos nos atos de fala, a questão da coesão interfrástica fica comprometida. A falta de concordância se dá pela dificuldade de recuperação do item fórico no texto falado, porque tal item se perde no tempo. No texto escrito, que se imobiliza no espaço, há um mecanismo gramatical que sustenta o processo coesivo e garante, se reconhecida a função de sujeito da oração, a concordância verbal.

4.1.6. Sujeito plural e verbo no singular

As gravações realizadas nas comunidades menos favorecidas economicamente e, por isso, pouco escolarizadas (a maioria permanece na escola por apenas cinco anos), mostraram a utilização apenas de P1 e P3 nas flexões verbais, e de P3 na correlação pronominal reflexiva, a despeito de todas as pessoas gramaticais como sujeitos. A única concordância entre sujeito e verbo ocorre com a P1.

Sabe-se que a regra geral de concordância verbal preconiza que o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito. Os verbos reflexivos estendem a concordância para o clítico, ficando todo o sintagma em acordo com o sujeito. Diz Bechara (2003, p. 42):

A relação íntima entre o sujeito e o verbo determina que este se acomode ao número (singular ou plural) e à pessoa (1ª, 2ª ou 3ª) daquele. Dizemos, por isso, que o verbo *concorda* com o sujeito em *número* e *pessoa*.

Para entender melhor o motivo dessa discordância, vamos a Mattoso Câmara (1989, p. 177)

(...) pode suceder que o processo seja apresentado em si mesmo, independentemente de um ser que lhe sirva de marco de referência. Dá lugar então ao aparecimento de FRASES IMPESSOAIS, ou SEM SUJEITO. Em vez de estabelecer um sintagma sujeito-predicado, o falante focaliza logo a essência da sua comunicação, e formula uma frase reduzida a um predicado.

Pode-se supor, então, que o falante usa uma frase impessoal porque não entende o sujeito gramatical como sujeito psicológico. Não constrói uma forma vazia,

tão somente o faz por total incompreensão exclusivamente linguística de que “o sujeito é o ponto de partida ou de referência na formulação da frase” (Mattoso Câmara, 1989 p. 176).

Exemplos:

E aí, <u>tu</u> <u>foi</u> com ele ou não?
<u>Nós</u> <u>foi</u> pra lá bem cedo.
Desde ontem que <u>eu</u> <u>fiquei</u> com essa folha dele. Se <u>tu</u> <u>encontrar</u> ele, fala que tá comi-go.
... quando <u>eu</u> dei por <u>si</u> ela já estava lá ...
...(eu) to <u>se</u> sentindo mal ...

4.1.7. Verbo *haver* com sentido de *existir*

Em todas as gravações, sejam as realizadas na periferia da cidade ou as nos centros urbanos, os falantes flexionam o verbo *haver*, desconhecendo o seu valor impessoal em certas construções. Há inclusive quem o faça pensando ser a concordância pela regra geral: sujeito e verbo na mesma pessoa.

Conforme já se disse, o verbo impessoal, no caso o *haver*, flexiona-se apenas na P3. Esse desvio pode ser entendido como contaminação sintática do *existir* — seu sinônimo. Assim, o que acontece é a transferência da regência do verbo *existir* para o verbo *haver* — com o mesmo significado. Os sinônimos de certas palavras acabam recebendo o mesmo tratamento sintático na gramática de usos. No padrão formal da língua, no entanto, deve-se observar a diferença gramatical entre eles.

Exemplos

“Sempre <u>houveram</u> muitas preocupações relativas ao conteúdo dessas provas...”
“Me disseram que <u>havam</u> questões para anular no último concurso ...”

4.1.8. Silepse de número

A discordância entre o número do sujeito da primeira oração e o verbo da segunda evidencia a prática da concordância ideológica.

Essa é uma concordância muito comum entre os falantes da língua portuguesa. Talvez por figurar no processo mental uma idéia de conjunto em relação ao referente temático – o sujeito da oração. O fato de um signo verbal indicar um grupo de pessoas leva o falante a relacionar o verbo com o sentido de conjunto e não com a categoria gramatical de número. Esse raciocínio confirma a tricotomia do signo considerada por Peirce (2000) em sua teoria semiótica: a palavra é um significante; sua designação, o significado; e a coisa em si, o referente.

Em Kury (1989, p.178)

(...) o sentido nos faz relacionar o termo regido não com o seu regente expresso na oração, mas com uma idéia que dele temos, implícita em nossa mente – é a concordância **ideológica**, chamada **silepse** ou **sínese** (...)

Também encontramos uma excelente referência à silepse em Bechara (2005, p. 555):

Quando o sujeito simples é constituído de nome ou pronome que se aplica a uma coleção ou grupo, pode o verbo ir ao plural. A língua moderna impõe apenas a condição estética, uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido construções do tipo:

O povo trabalham ou A gente vamos.

Se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a idéia de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor exemplos como os seguintes:

“Começou então *o povo* a alborotar-se, e pegando do desgraçado cético o *arrastaram*, e queimaram, *com incrível presteza*”

[...]

Com isso, pode-se afirmar que, neste caso, os falantes fazem uso do plural porque os nomes que abrigam a idéia de plural levam-nos a pluralizar os verbos. Fazem por intuição de usuários da língua e por sua capacidade comunicativa e não linguística. Para que reconheçam a diferença entre a concordância rígida e a ideológica, o professor deverá introduzir um estudo mais rigoroso do léxico, mostrando a distinção entre noções semânticas (no caso a idéia de plural) e noções sintáticas (a concordância em número com o singular)

Exemplo:

“Meu grupo já está com o trabalho todo dividido, agora só falta fazerem os textos para juntar e entregar.”

5. RESULTADO DA PESQUISA COM AS REDAÇÕES

Para proceder à análise dos principais desvios de concordância, 90 redações foram submetidas à leitura e correção. A partir da leitura minuciosa, listaram-se os desvios de concordância verbal mais frequentes que ora se expõem na tabela a seguir:

ANÁLISE DE CASOS		QUANTIDADE DE DEVIOS
Discordância entre sujeito e verbo	Com termos intercalados	48
	Com inversão	21
	Com orações subordinadas	18
Uso do infinitivo flexionado		09
Mistura de pessoas gramaticais		06
Passiva pronominal flexionada sempre em P3		06
Flexão dos verbos TER e VIR na P6 sem uso do acento		23
Verbo HAVER impessoal com flexão em P6		11
Concordância com o termo determinante		39

A observação dos dados da tabela permite inferir que a prática linguageira dos sujeitos foi fator peremptório nas escolhas gramaticais de escrita. Ao cruzarem-se os desvios de fala com os de escrita, o que se apresenta é uma interseção bastante explicável para as ocorrências analisadas com a pesquisa das redações.

Neves (2004, p 227) afirma que

Em geral, toma-se, como orientação, a língua escrita pela sua modalidade mais tensa, e a língua falada pela sua modalidade mais frouxa, e traça-se um quadro de incompatibilidade total, estabelecendo-se uma polarização irremediável. Entretanto, só se pode falar em “registro oral” e “registro escrito” se se tiver em mente que esse eixo de estabelecimento de registros intersecciona com outros eixos que a sociolinguística bem nos ensina a considerar.

Desse modo, deve-se considerar a dependência entre as modalidades escrita e falada. Se pensarmos em um texto falado, por exemplo, veremos que em certos tipos de situação comunicativa, o discurso ficará mais, ou menos, tenso. No texto escrito, no entanto, sempre haverá um pouco mais de preocupação com a rigidez gramatical. Compreender que a relação entre fala e escrita não será resolvida simples-

mente por oposições, diz Neves (2004, p.227), pode auxiliar a adequação dos textos a uma ou outra modalidade.

Confirmando a relação entre as duas modalidades, observou-se, nos textos escritos dos alunos, que o pouco conhecimento das regras de concordância verbal e dos recursos expressivos de escrita comprometeu a qualidade dos textos, permitindo, por vezes, uma interpretação ambígua do projeto de dizer do candidato.

Os fatos que se puderam coligir acerca do uso da língua entre os sujeitos submetidos a esta pesquisa mostram-nos que o ensino da gramática de forma tradicional não permite aos estudantes compreenderem os fatos da língua. Esse ensino apresenta como principal característica o abuso da memorização, que certamente tem seu lugar no processo de aprendizagem, desde que acompanhada da compreensão do significado do objeto do conhecimento. O que a escola tradicional explorou com mais ênfase — e algumas ainda hoje exploram — é a repetição como forma de memorizar e acumular informações, em grande parte sem muito significado para os alunos. Nesse modelo, eles são levados a repetir inúmeras vezes as conjugações verbais, por exemplo, reproduzindo modelos e informações, sem, no entanto, procurar uma aplicação com sentido em frases para aqueles verbos flexionados. Esta visão **equivocada** de que a repetição enfadonha gera aprendizagem se apóia nos desvios encontrados na fala e na escrita de alguns sujeitos, quando não flexionam corretamente o verbo no presente do subjuntivo em orações subordinadas substantivas. Esses sujeitos, muito provavelmente, copiaram a conjugação de vários verbos no presente do subjuntivo, induzida pela inserção do auxiliar “que” (que eu faça, que tu faças, que ele faça...), repetiu sucessivas vezes com outros verbos, mas não aplicou o conhecimento a nenhuma situação discursiva. O esforço de quem ensina deve ser sempre o de fazer com que os estudantes desenvolvam a capacidade de atribuir significado ao que estão fazendo.

Nas escolas, e principalmente nos cursos preparatórios, ainda está presente um paradigma: o professor (aquele que sabe e fala o tempo todo), diz ao aluno (aquele que não sabe) o que deve copiar e decorar para depois reproduzir em provas. Os estudantes, então, fazem cópias exaustivas da matéria posta no quadro de giz, memorizam regras e “bizus”, “dicas” ou macetes” (conforme os professores de cursos preparatórios nomeiam os pontos fulcrais da matéria lecionada e que julgam importante o aluno memorizar) para reproduzir esse falso conhecimento nas provas.

6. RESULTADO DA PESQUISA COM AS QUESTÕES ESCOLHIDAS PARA SIMULADO

Para melhor constatar como as inadequações de fala e escrita interferem no reconhecimento das respostas certas de questões objetivas, realizou-se um simulado com os mesmos alunos que se submeteram às gravações e redações. As questões escolhidas para o simulado⁷ são as do córpus deste trabalho, assim distribuídas:

- 1) 01 a 05 = questões fáceis
- 2) 06 a 10 = questões intermediárias
- 3) 11 a 15 = questões difíceis

Os resultados obtidos com a análise do córpus mostraram alguns aspectos interessantes. Em primeiro lugar, notou-se que algumas questões objetivas abordaram justamente as regras de concordância usadas inadequadamente pelos alunos que redigiram os textos provocados por esta pesquisa. Esse evento se transformou em comando de raciocínio equivocado, resultando em interferências gramaticais na marcação das respostas certas.

Outro aspecto interessante foi a proximidade de resultados entre os alunos de nível médio e os de nível superior. As questões difíceis para os candidatos com ensino médio concluído (grupo A) também o foram para os candidatos com nível superior concluído (grupo B). O mesmo aconteceu com as questões fáceis.

O terceiro aspecto observado foi a proximidade dos resultados dos candidatos do grupo A com os do grupo B: acertaram, em média, 04 questões das 05 fáceis e 02 das 05 difíceis.

Esses resultados demonstraram que os candidatos do grupo B não avançaram no conhecimento da língua no curso universitário (exceto no curso de Letras, Jornalismo e Comunicação e Marketing). Pode-se inferir, a partir disso, que a maior quantidade de informações sobre a língua escrita ocorre no ensino médio, quando docentes e instituições se preocupam em aprovar alunos no concurso Vestibular. Posteriormente a esse evento, os recém-egressos no curso universitário só terão acesso, na faculdade, a textos científicos se sua área de conhecimento. Durante es-

⁷ Resultado tabulado em quadro anexo. [Anexo 2]

se período, são submetidos a uma linguagem funcional, às vezes distanciada da norma padrão. Soma-se a isso o fato de alguns candidatos estarem afastados da sala de aula tanto do ensino médio quanto do curso universitário. Esse afastamento acaba dificultando o reconhecimento dos elementos sintáticos envolvidos na relação de concordância. Esse fator constitui o mais importante evento estudado neste trabalho, visto que o seu objetivo é criar mecanismos de aprendizagem que direcionem o estudo do candidato com vistas a minimizar a memorização de regras. O novo modelo de ensino aqui proposto tem ligação direta com outras duas variáveis analisadas neste estudo, qual seja a influência da fala na escrita e a falta de conhecimento do que é relevante para a apreensão da matéria.

Visa-se assim, instrumentalizar o falante de modo que ele possa conhecer e selecionar os signos verbais para que os estruture de forma adequada, eficiente.

Muitas vezes, pela falta de expediente linguístico, o candidato julga o que é relevante para seus estudos mediante um rol de leituras propostas pelos próprios editais dos concursos. Equivocadamente, ele se arremete aos livros, decora as regras sem que, no entanto, consiga aplicá-las posteriormente aos casos propostos pelas bancas. Isso porque não há uma uniformidade discursiva concernente aos casos estudados por ele. Para cada nova oração, há um novo sujeito e um verbo diferente. Acresce que os exemplos dos livros didáticos são bem simples, o que facilita o entendimento da regra, mas distancia os estudantes do discurso literário, por exemplo, em que os casos de concordância estão internamente vinculados à semântica do texto e, extratextualmente, à pragmática. Nesses casos em especial, a concordância estilística se faz presente, tornando difícil o reconhecimento da regra principal.

Salvos os casos em que há treinamento do aluno em algum curso preparatório, o que se vê é um resultado pouco satisfatório nas provas de Língua Portuguesa.

Como então conquistar uma boa nota na prova se não há conhecimento de um fato gramatical - a concordância verbal - responsável pela identificação de muitas opções certas ou erradas?

A resposta está no conhecimento dos resultados obtidos com as pesquisas realizadas para esta dissertação cujos estudos conduzirão os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem a uma nova concepção de ensino de língua e a uma tomada de decisão de docentes do ensino preparatório em suas atividades letivas.

Por fim, os estudos realizados sobre as questões de concursos que compõem o corpus deste trabalho evidenciam que há uma necessidade iminente de se remodelar a didática de ensino da língua. O comportamento do aluno em relação à escrita está intimamente relacionado com a fala que ele reproduz no cotidiano, como já se viu aqui demonstrado. Então, por causa de formas variáveis utilizadas, o professor deverá adequar o discurso oral de seus alunos, conscientizando-os de que essa é uma influência decisiva na aprendizagem da norma. Para tanto, propor algumas análises discursivas com vários gêneros textuais, apresentando as diferenças e variações linguísticas, o maior ou menor grau de rigidez, pode ser uma ótima estratégia de redução dos problemas linguísticos.

Para finalizar esta seção, trazemos um excerto de SIMÕES, 2008₂:

Ainda que se dê valor indiscutível ao conhecimento da variedade linguística e que se lhe respeitem os papéis sociais que desempenham, é indiscutível a indispensabilidade do domínio da variedade padrão, que se faz presente nos escritos técnicos, científicos, legais, etc. Cumpre enfatizar que o exercício profissional demanda esse conhecimento, o qual constitui o diferencial na inserção no mercado de trabalho.

Por conseguinte, é lícita e legítima a exigência do domínio do uso padrão nos concursos, pois é essa modalidade verbal que atravessará a prática profissional dos contemplados com a vaga pretendida.

Toda essa reflexão nos permite inferir que a atividade metalinguística torna-se fundamental para a construção do saber linguístico dos sujeitos; no entanto, não se pode enxergar nela um caminho autônomo para alcançar o objetivo final do ensino da língua portuguesa nas escolas de ensino médio. A gramática ensinada preponderantemente pela e para a nomenclatura, não ajuda os alunos a entender o funcionamento da língua, por conseguinte, diminui sua capacidade de atuação linguística na resolução de questões de português instrumental das novas provas dos concursos aqui estudados.

7. A AVALIAÇÃO PRATICADA E O IMPERATIVO DA MUDANÇA DE ESTRATÉGIA DIDÁTICA

A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender

A linguagem
na superfície estrelada de estrelas,
sabe lá o que ela quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.

Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério.

Carlos Drummond de Andrade

O poema de Drummond nos permite uma reflexão sobre a escola brasileira que transmitia o padrão prescritivo da tradição gramatical lusitana, idealizado pelos gramáticos. Com vistas a essas palavras do poeta e aos desvios cometidos pelos sujeitos submetidos a esta testagem, espera-se fornecer subsídios para novos e renovados instrumentos pedagógicos voltados para um ensino mais eficaz da concordância verbal portuguesa.

Os resultados da pesquisa demonstraram que as regras do padrão prescritivo não se aplicam categoricamente nas falas cultas ou nas populares, com taxas de frequência diferentes, dependendo do nível social e da escolaridade dos indivíduos. Nem nos textos escritos formais de sujeitos com escolaridade alta estamos livres de encontrar problemas semelhantes aos que são objeto desta dissertação.

Para alterar esse quadro que sustenta o insucesso dos candidatos nas provas de concursos, a atitude linguística do professor de português deve ser adaptada aos novos padrões de prova recentes. Estas vêm sendo constituídas principalmente pela interpretação e compreensão de textos e da gramática contida nesses textos. Percebe-se que tem havido uma tendência para o ensino de português como língua instrumental, todavia, o trabalho com a gramática aplicada não tem obtido o sucesso de-

sejado. Conseqüentemente, o sujeito não vem sendo instrumentalizado para que saiba pensar a língua e sobre a língua.

Se observarmos o percurso do ensino-aprendizagem da língua portuguesa no Brasil, veremos uma realidade bifurcada ou mesmo equívoca: de um lado, docentes ortodoxos mantêm o ensino tradicional com ênfase na nomenclatura; de outro, docentes que se pensam modernos abandonam a gramática e “trabalham” os textos de forma pouco produtiva, uma vez que deles não exploram a estruturação nem a discursividade. Ademais, há uma polarização entre a língua que o aluno traz para a escola e a que o professor ensina.

Tal suposição ganha corpo com informações autorizadas, como mostra SIMÕES (2001, p. 36)

Sabidamente, Silvio Elia (1989: 64-5) pronunciou-se sobre as possibilidades de avanço político dos povos lusófonos, muito especialmente do brasileiro, uma vez que o nosso temperamento não é guerreiro, mas de preservação. No então, é preciso que se fique atento a esse potencial de preservação, para que não cultivemos o parasitismo, a complacência e a indolência. Isto porque, diante da variedade de realizações linguísticas captáveis na fala (sentido saussuriano) brasileira não há como expulsar da escola os falares diferentes do chamado uso culto.

À luz do poema de C.D.A., cabe pensar sobre os três planos da língua: o *universal*, que nos traz a dimensão do saber pensar (a lógica do pensamento e o conhecimento de mundo), o *histórico*, que é o conhecimento de uma língua determinada (no caso, o português) e o *individual*, que se refere à construção do texto.

Cada indivíduo já traz consigo um *saber elocutivo*, ou seja, um conhecimento de mundo que lhe possibilita entender, por exemplo, a diferença entre *aquela mulher não deu bola pra ele e ficou dançando sozinha* e *o centro-avante não deu bola pro atacante e fez o gol sozinho*. A orientação para a mensagem de cada sintagma não está no dicionário, que traz o *saber idiomático*. É o conhecimento de mundo que vai delimitar a diferença entre as duas mensagens: um significado de *dar bola* relacionado à idéia de *não se importar; não dar confiança*, e o outro, à de *não passar a bola no jogo*. Esses dois saberes possibilitarão ao sujeito concretizar seu discurso em texto — o *saber expressivo*.

Vejamos o que diz o Professor Bechara (2000⁸, p. 12) sobre os planos de língua:

⁸ Esse texto é uma transcrição da conferência proferida pelo Professor Evanildo Bechara na abertura do IV Fórum de Estudos Linguísticos da UERJ, ocorrida em 21 de outubro de 1999, no Teatro Odylo Costa, filho.

A dimensão universal é a dimensão do pensar, do saber pensar, do domínio das regras elementares do pensamento. Esse conceito é importante para o professor em geral, que precisa cultivar essa dimensão da linguagem. A segunda dimensão, que é a dimensão que tem sido mais trabalhada tradicionalmente, é a dimensão da língua. E a terceira é a dimensão do texto. Essas três dimensões devem ser preocupações permanentes do professor que pretenda desenvolver a competência linguística do aluno.

Os professores de português devem, pois, partir de uma realidade que têm em sala de aula, considerando um saber que se compartilha entre eles e seus alunos. Desde as séries iniciais, deve-se desenvolver um processo contínuo de diálogo e de discussão entre o conhecimento que trazem os estudantes (transmitido informalmente antes da escola) e o saber idiomático e já elaborado que traz o professor. Com isso, não se pretende afirmar que o docente deve abandonar a gramática e passar para um estudo das ocorrências individuais. Ele deve promover um paralelo entre a *gramática de usos* e a *gramática prescritiva*.

Um padrão de língua precisa ajustar-se ao seu contexto. Portanto, os modelos gramaticais praticados pela escola precisam aproximar-se da fala contemporânea. Os exemplos textuais encontram fontes ricas no texto hodierno, a partir dos quais se podem construir pontes estratégicas pelas quais se chegue ao texto literário, ao texto clássico. (SIMÕES, 2001, p37)

Ilustrando:

TRABALHANDO LETRAS DE MÚSICAS	O QUE DIZ A GRAMÁTICA PRESCRITIVA
(1) Beija eu Beija eu Beija eu (2) Me beija (Marisa Monte)	(1) Pronomes retos não podem exercer função de complementos verbais. (2) Não se inicia frase com pronome oblíquo átono – próclise proibida. Correção: Beija-me
<p style="text-align: center;">Você₍₁₎ quer que eu te₍₁₎ chamo₍₂₎ de quê? (Funk)</p>	(1) Mistura de tratamento: Você (3ª pessoa) pede os seguintes pronomes oblíquos átonos: o, a, os, as; Tu (2ª pessoa) , te. (2) O verbo da oração subordinada substantiva cuja principal encerra um desejo, uma volição deve estar flexionado no presente do subjuntivo. Correção: Você quer que eu o chame de quê? OU Tu queres que eu te chame de quê?

Com esse procedimento, além de demonstrar respeito pelas variantes da língua, o professor vai construindo e possibilitando a ampliação de *escolhas* além de ir reduzindo as *restrições*⁹.

Também compactua deste modelo didático o professor Bechara (2000, p.16):

A escola não pode — isso todo mundo já sabe — ficar no dogmatismo de uma gramática intransigente nem tampouco no populismo onde tudo se aceita. É preciso que haja uma integração dessas duas atitudes em benefício não só da educação linguística do aluno, mas também da sua adequada preparação para ocasiões em que ele precise bater à porta da sociedade.

Portanto, este trabalho deve servir como motivação para professores que pretendam conduzir seus alunos pelos caminhos da gramática, para que comecem a elaborar seus discursos com maior adequação a cada situação comunicativa. E saber, também, que a prova é uma situação real de demonstração dos saberes idiomático, elocutivo e expressivo. Ampliar o universo de escolhas dos sujeitos é o primeiro passo para a apreensão da língua no seu registro padrão. Os professores devem compreender que a *exemplaridade*¹⁰ é também um componente da educação linguística do discente dentro da sua trajetória na escola.

Dentro desse pensamento, Neves (2002, p. 231) diz que

Não existe, simplesmente, uma escolha entre norma culta padrão e registro (popular) do aluno. De um lado, não há dúvida de que é um papel da escola prover para seus alunos a formação necessária para que eles sejam usuários da língua no padrão necessário à ocupação de posições minimamente situadas na escala social. De outro, não há dúvida de que uma enorme parte da clientela de ensino fundamental e médio entra na escola com uma apropriação apenas de padrões linguísticos extremamente distantes dos que a sociedade aceita e respeita.

Decorre daí a preocupação das bancas examinadoras dos concursos para provimento de vagas no setor público em avaliar o nível linguístico de seus candidatos. Por isso, as provas visam à aferição do conhecimento da gramática, por ser a norma culta o uso linguístico esperado na prática dos serviços públicos e na produção de documentos oficiais.

Torna-se, pois, necessário e urgente que a norma culta seja ensinada na escola para que sirva de roteiro aos estudantes e para que não se dê sequência à falha

⁹ A dicotomia entre *restrições* e *escolhas* foi invocada a partir do suporte teórico do grupo da “Gramática do Português Falado” (GPF), sob coordenação da Professora Maria Helena de Moura Neves. A equipe de Sintaxe I da GPF tem definido como seu objeto mais amplo de estudo a competência comunicativa dos falantes da língua e está revelada num produto disponível para análise – o cópulo do NURC (Norma Urbana Culta).

¹⁰ Conceito do Prof. Bechara para o registro culto. Ele aponta a exemplaridade como a modalidade eleita pela tradição literária, pelas pessoas escolarizadas e trabalhada nas escolas, nas academias e preservada por agências de cultura. (2000, p. 15).

cultural de transpor a língua falada, com seus desvios e giros de linguagem popular, para a língua escrita.

Esse ideal acha-se claramente exposto num trecho de Serafim da Silva Neto (1963, p.265), até hoje explorado pelos estudiosos que se têm ocupado com o assunto:

O essencial é que os professores — sal da terra filológica — não esmoreçam no bom combate. Não no combate cego e desatinado, preso à servil imitação d'antanho, surdo às realidades da evolução — mas no combate bem orientado, que leva em conta os fatos da língua e não esquece a distinção entre a *língua escrita*, que é escolha e disciplina, e as *línguas faladas*, livres ao sabor das paixões.

Em sentido estrito, além da gramática normativa, há a gramática internalizada, a que todo falante possui e cujas regras interioriza desde criança a partir de suas experiências com a língua. É importante ressaltar que o conhecimento que os falantes têm dessas regras é, conforme nomeou Chomsky, a *competência linguística*. Essa *competência* permite ao falante *emitir, receber e julgar* enunciados, reconhecendo-os quando já realizados ou quando novos. Destarte, a efetiva comunicação não se dá pela competência linguística do falante, mas pelo seu *desempenho*. Ainda segundo Chomsky, é o *desempenho* que possibilita o sujeito fazer uso dessa *competência*, ou seja, a realização da comunicação propriamente dita.

A gramática internalizada é aprendida pelo falante independentemente de frequentar a escola, conforme comprovam os analfabetos que se comunicam verbalmente com relativa eficiência. Ao serem expostos a uma língua na infância, os sujeitos aprendem intuitivamente a sua gramática. Chomsky diz que a criança nasce munida de um *dispositivo de aquisição de linguagem*, o que lhe permite descobrir as regras da gramática de sua língua, observando os dados linguísticos de seu ambiente. Uma criança cresce ouvindo frases como *Você não pode fazer bagunça, Mamãe já vai chegar* etc. das quais subentende e extrai as regularidades da língua, aplicando posteriormente esses princípios na criação de suas próprias falas. Ou seja, a criança não apenas repete as frases que ouviu, mas a partir delas deduz regras que a permitem construir frases novas.

Sendo isso verdade, a escola tradicional, que despreza a gramática internalizada, desconsiderando o conhecimento prévio que o aluno tem das regras gramaticais intrínsecas de sua língua, está, no mínimo, se revelando antieconômica, já que insiste em ensinar muitas coisas que os sujeitos já sabem. Essa perda de tempo vai gerar um vácuo no ensino, quando os professores, preocupados em ensinar o óbvio,

se afastam do que realmente é necessário que a escola ministre. No mais das vezes, o que a escola ensina não é língua, mas a nomenclatura gramatical desvinculada do uso cotidiano e de interesse para os alunos. E a nomenclatura pela nomenclatura.

Para resolver esse óbice, a escola deveria estimular a gramática internalizada, promovendo o amadurecimento linguístico do aluno, por meio de exercícios que comparassem o uso e a regra e que deixassem claro para o aluno em que circunstâncias essas manifestações são aceitas pela comunidade linguística. A partir dessas considerações, é preciso que se distinga aqui uma concepção linguística geradora de transtornos no processo de ensino-aprendizagem: a de que existem formas corretas e incorretas da língua.

Não há erro de português. Uma forma (ou construção) pode estar errada ou certa numa dada situação comunicativa. Visto que existem vários níveis de fala, é melhor que se diga *adequação* ou *inadequação* da língua a determinadas situações.

Ainda que aqui não tratemos do ensino regular, cuida-se dos cursos preparatórios para os concursos públicos, logo, não se pode deixar de estabelecer uma relação entre o ensino escolar e o ensino em situações especiais. Por isso, impõe-se um trecho dos PCN, cujo título é “Que fala cabe à escola ensinar”. “

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais¹¹. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (PCN – Língua portuguesa, p. 21)

¹¹ Variedades dialetais ou dialetos são compreendidos como os diferentes falares regionais presentes numa dada sociedade, num dado momento histórico.

Essa diretriz curricular veio para enfrentar o problema de que a norma gramatical é posta como imperativo categórico, isto é, ela diz como o sujeito deve se portar em relação à língua em *todas as ocasiões*. A escola, por privilegiar o ensino da gramática normativa, encara como “erro” todo discurso que se desvia da norma

Não queremos dizer aqui que a escola deve ensinar os desvios. Em primeiro lugar, o ensino escolar tem a função de sistematizar conhecimentos adquiridos empiricamente além de promover a descoberta e a assimilação de dados e instruções específicas da linguagem formal (uso culto ou padrão), pois ali é o lugar exclusivo para tal aprendizagem. As outras variedades são internalizadas a partir das experiências linguísticas vivenciadas pelos falantes. À escola cabe o papel de introduzir a sistematização do português para que os estudantes aprendam a modalidade padrão e que possam, assim, ampliar o universo de escolhas para seus propósitos comunicativos.

Com esse procedimento, mais facilmente os sujeitos, por ocasião de exames de língua portuguesa, poderão identificar nas questões o que desvia da norma e o que está de acordo com ela. Eles serão submetidos à comparação na fase da aprendizagem e, por isso, habituados a usar o olhar crítico necessário nas questões que exigem esse conhecimento.

Conclui-se que, concomitante ao ensino padrão prescritivo da língua, o professor deve demonstrar didaticamente que as variações de uma língua repousam nas diferenças: (1) *regionais* ou *geográficas*, (2) *sociais*, (3) *formais*, (4) *temporais* ou *históricas*. Coseriu (1987) nomeia, respectivamente, essas diferenças como: *diatópicas*, *diastráticas*, *diafásicas* e *diacrônicas*.

Para ilustrar, sugerimos que nas aulas de português, o professor deve deixar claro para os alunos algumas considerações sobre a língua, tais como:

- 1- Os textos possuem, na sua organização interna, maior ou menor espontaneidade em sua enunciação, variando do discurso mais coloquial e descontraído ao mais rígido e formal.
- 2- Essas variações são perfeitamente naturais no interior de uma mesma língua e decorrem de *fatores* como diferenças regionais, temporais, profissionais, culturais e socioeconômicas, e *diferentes graus de formalidade* sugeridos pela situação comunicativa.
- 3- *Todas as variedades constituem sistemas da língua totalmente aceitáveis*. Cada uma com a *adequação* linguística definida pelo *gênero textual* em que se insere o

texto verbal e pelas necessidades de comunicação entre seus atores, dadas as práticas sociais e os hábitos culturais de sua sociedade.

- 4- O nível de rigidez gramatical de uma petição judicial, por exemplo, não pode ser igual ao de um e-mail cujo destinatário compartilha certo grau de intimidade com o emissor.

É importante consolidar alguns conceitos sobre rigidez gramatical e variações linguísticas porque algumas questões de concursos abordam essa teoria, como vemos abaixo numa prova do ENEM/2002:

Só falta o Senado aprovar o projeto de lei sobre o uso de termos estrangeiros no Brasil] para que palavras como shopping center , delivery e drive-through sejam proibidas em nomes de estabelecimentos e marcas. Engajado nessa valorosa luta contra o inimigo ianque, que quer fazer área de livre comércio com nosso inculto e belo idioma, venho sugerir algumas outras medidas que serão de extrema importância para a preservação da soberania nacional, a saber:

- *Nenhum cidadão carioca ou gaúcho poderá dizer “Tu vai” em espaços públicos do território nacional;*
- *Nenhum cidadão paulista poderá dizer “Eu lhe amo” e retirar ou acrescentar o plural em sentenças como “Me vê um chopps e dois pastel”;*
- *Nenhum dono de borracharia poderá escrever cartaz com a palavra “borraxaria” e nenhum dono de banca de jornal anunciará “Vende-se cigarros”;*
- *Nenhum livro de gramática obrigará os alunos a utilizar colocações pronominais como “casar-me-ei” ou “ver-se-ão”.*

(PIZA, Daniel. Uma proposta imodesta. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 8/04/2001.)

No texto acima, o autor

- A) mostra-se favorável ao teor da proposta por entender que a língua portuguesa deve ser protegida contra deturpações de uso.
- B) ironiza o projeto de lei ao sugerir medidas que inibam determinados usos regionais e socioculturais da língua.
- C) denuncia o desconhecimento de regras elementares de concordância verbal e nominal pelo falante brasileiro.
- D) revela-se preconceituoso em relação a certos registros linguísticos ao propor medidas que os controlem.
- E) defende o ensino rigoroso da gramática para que todos aprendam a empregar corretamente os pronomes.

A resposta à questão é a letra B. Observa-se que, para responder com exatidão, o candidato deve perceber que o texto está ironizando o projeto de lei, porque trabalha com um discurso humorístico ao destacar usos da variante popular como formas que deveriam ser proibidas, como se isso fosse possível.

Isso reforça a idéia de que a escola moderna, que pretende preparar o sujeito para os concursos públicos, deve adequar seu ensino ao modelo sugerido nesta dissertação, fundamentado pelos teóricos do ensino de língua pontualmente citados.

Outro reforço capaz de sustentar a tese de que não se deve ensinar como forma correta apenas o que está em acordo com a gramática normativa e como forma errada o que se desvia dela é a observação das questões mais atuais. Na proposta enunciativa, as bancas têm tomado o cuidado de não mais cobrar: *Assinale a frase correta*. Essa preocupação é nítida em questões totalmente voltadas para o modelo atual que respeita as variantes da língua. Elas exigem que o candidato aponte a opção que apresenta correção gramatical ou que está de acordo com a norma culta. Vejamos alguns exemplos de enunciados de questões de concurso.

- 1- Assinale o segmento **morfossintaticamente correto**, sobretudo **quanto ao que estabelece a norma padrão da língua escrita** nos capítulos da concordância e da regência.
- 2- Os fragmentos abaixo foram adaptados do texto O sentido do som, de Leonardo Sá, para compor três itens. Julgue-os quanto ao **respeito às regras gramaticais do padrão culto** da língua portuguesa para assinalar a opção correta a seguir.
- 3- Assinale a opção **gramaticalmente correta**.
- 4- O verbo “há” seria mantido no singular mesmo que “risco” fosse empregado no plural, mas sua substituição pelo verbo existir manteria a coerência textual desde que seguisse a flexão de “risco” — no singular ou no plural — para que a **correção gramatical fosse preservada**.
- 5- O trecho abaixo contém **erros no que diz respeito ao emprego da norma gramatical padrão**. Para saná-los, foram propostas seis alterações. Analise-as e responda ao que se pede.
- 6- Indique a opção que NÃO reescreve **adequadamente a sentença** acima, **de acordo com a norma culta**.
- 7- Aponte a opção em que se encontra um **uso INACEITÁVEL de concordância**

Para concluir a questão do equívoco em ensinar a língua pelo viés do *erro* ou do *acerto*, apresenta-se outro excerto da conferência proferida pelo Professor Bechara (2000, p. 15):

(...) existem fracionamentos quer diatópicos, isto é, regionais, quer diastráticos, isto é, de níveis de língua, quer diafásicos, isto é, de estilo. Então a sociedade procura uma outra forma ideal de língua que é a *língua exemplar*. Na exemplaridade idiomática não há mais correto e incorreto, porque o correto se refere à estrutura de cada variante de uma língua histórica. Então só aí, em cada modo de falar uma língua, segundo suas características regionais, sociais ou estilísticas, há oposição entre o correto e incorreto. A exemplaridade, contudo, não sai dos hábitos dos saberes tradicionais, a exemplaridade sai de uma eleição. Essas formas são eleitas, isto é, são consideradas adequadas para a expressão do pensamento em momentos sociais muito definidos, em momentos em que a nossa consciência idiomática é avaliada circunstancialmente, como ao escrever uma carta solicitando um emprego.

Respeitando as considerações sobre adequação do discurso ao propósito comunicativo e às circunstâncias sociais de emprego da língua, a banca CESPE/UnB elabora suas questões. Em seus enunciados, ela propõe que o candidato opere algumas modificações no texto e julgue se as alterações respeitam a norma culta e os princípios da coerência. Observemos alguns exemplos:

CESPE - IBAMA 2005

A troca de conhecimento com os índios é, sem dúvida, enriquecedora. Além da convivência na aldeia — o ponto principal da viagem —, os passeios de barco e canoa pelo rio Von den Steinen **são** um deslumbramento. A mata preservada contrasta com o espelho formado na água, produzindo uma paisagem belíssima.

Preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao se substituir “são” (l.7) pela forma verbal “é”, pois a concordância com o verbo ser é facultativa: tanto pode se dar com o sujeito como com o predicativo

CESPE - ANS 2007

É possível comparar, por exemplo, o estresse oxidativo médio de um grupo que vive próximo de uma antena e o de outro que mora mais longe. Ainda que os efeitos do estresse oxidativo ocorram a longo prazo, a oxidação é quase imediata, e assim se poderia avaliar se **há** risco. Aliás, acho que todos os fatores que potencialmente podem provocar doenças deveriam ser controlados, em nome da precaução, mesmo que o malefício não esteja cientificamente comprovado.

O verbo “há” seria mantido no singular mesmo que “risco” fosse empregado no plural, mas sua substituição pelo verbo existir manteria a coerência textual desde que seguisse a flexão de “risco” — no singular ou no plural — para que a correção gramatical fosse preservada.

8 ORGANIZANDO CONCLUSÕES ESPECÍFICAS

8.1 Técnica: o que se ensina & o que se cobra

A partir dos tópicos analisados, notou-se uma relação entre discurso e gramática em que o falante se toma de liberdade organizacional, malgrado a necessidade do processamento de estruturas sintáticas, para compor um texto com coesão sequencial, tendo na concordância verbal seu principal apoio.

Na questão da articulação dos elementos constitutivos das orações, a dicotomia rígida entre norma culta e registro coloquial foi posta em xeque em todas as investigações que buscavam avaliar enunciados da língua, a partir da integração entre os diversos componentes envolvidos (sintáticos, semânticos e pragmáticos). Este estudo evidenciou a necessidade de uma visão sistemática, conforme vislumbra Neves (2002, pp.151-2), das diferentes possibilidades de relacionamento entre termos determinantes e determinados envolvidos nas relações de concordância e produção de sentido das frases. Essa visão sistemática, no entanto, se distancia da proposta das bancas examinadoras que somente corrigem visões parciais, mediante a postulação de adendos e ressalvas *ad hoc* aportados, por exemplo, na indicação de determinadas regras como variantes de concordância e aceitas pela norma padrão escrita. Um exemplo dessas ressalvas postuladas e aceitas pelas bancas é a concordância alternativa nas expressões coletivas “a maioria de”, “grande parte de”. Há perfeita anuência tanto da concordância com o elemento coletivo quanto com o partitivo: *A maioria dos alunos saiu / saíram da sala.*

Em toda essa complexidade a que se vincula a atividade de estruturação dos enunciados pelos falantes, emerge o fato de existir tal liberdade de organização em oposição às restrições de um sistema que representaria a sociedade privilegiada pela escolarização de qualidade. O que aqui se expôs representa, afinal, uma consideração sobre a língua como sistema dependente de forças externas – o falante – e que constitui uma estrutura cognitiva sensível às pressões do uso nas acomodações

moldadas por ele, isto é, pelas pressões discursivas. Daí o afastamento evidente entre o uso e a norma.

Assim, o candidato se vê diante de um antagonismo linguístico, que separa a língua pela barreira da intelectualidade, e entende como obrigação memorizar as regras da gramática — ainda que não faça uso delas na prática corrente — e tentar aplicá-las sem a menor “intimidade” na identificação de frases que desviam da norma culta, ou que estão de acordo com ela, e que compõem as questões objetivas das provas de concursos, por meio das quais se realiza o rito de sua passagem para a sociedade de prestígio, segundo a carreira e o cargo que irão ocupar.

Em outros termos: criou-se uma linguagem funcional e muito específica nessas provas, tornando-as um gênero textual bem particular. Os enunciados de cada banca adquirem um estilo próprio que deve ser estudado juntamente com o conteúdo. Caso contrário, o candidato pode perder a questão, não porque não saiba a regra exigida, mas principalmente por não identificar o que está sendo cobrado. Esse problema se agrava ainda mais quando na proposta da questão há uma palavra ou mais de difícil reconhecimento por não ser muito comum. Por exemplo, a banca Esaf cobra conhecimentos bem simples de concordância, mas o modo como avalia este conhecimento está emaranhado numa teia de significações nebulosas.

ESAF

Estão transcritos abaixo trechos do artigo “O Brasil tem futuro?”, de Jaime Pinsky. Assinale a opção que apresenta a paráfrase do segmento sublinhado que atende a estes dois requisitos: 1) mantém o sentido original e 2) constrói-se em linguagem *escorreita*.

A palavra *escorreita* pode dificultar o entendimento da questão. Então, ainda que o candidato saiba as regras de concordância envolvidas na questão, pode perdê-la.

Vamos ao aporte teórico:

Observados os textos produzidos pelos estudantes de Letras (Simões, 2006), verifica-se usualmente uma seleção vocabular deficiente, uma vez que o repertório desses falantes é mínimo. A falta de leitura, por conseguinte de conhecimento verbal e enciclopédico, faz com que a expressão seja restrita a uma meia dúzia de palavras. (SIMÕES, 2008,1)

A única solução é a de estudar as provas anteriores da banca que realizará o concurso a que o candidato vai-se submeter e, em paralelo a isso, estudar com ênfase os tópicos gramaticais mais cobrados. Isso pressupõe um trabalho mental, envol-

vendo um estudo comparativo de questões de provas com Gramáticas renomadas e livros didáticos da área de concursos.

Eis aqui uma circunstância abrangente, porquanto nos desloca para o âmbito das diferenças nomenclaturais das instituições envolvidas nesses eventos. Cada banca, de certa forma, associa-se a uma universidade federal ou estadual. O CESPE, por exemplo, é vinculado à Universidade de Brasília; O NCE, à Universidade Federal do Rio de Janeiro; a FUNDEC, à Universidade Federal Fluminense (RJ). Quando não está associada explicitamente, convida Doutores dessas universidades para elaborar as provas.

É verdade que um mesmo conteúdo pode ser visto por múltiplas concepções. Nesse ponto repousa o cerne da grande dificuldade que os docentes encontram em preparar alunos para a disputa de vagas no serviço público. Se adotam a nomenclatura e as concepções da Gramática de Evanildo Bechara, podem estar em desacordo com os que o fazem com a de Celso Cunha ou ainda Rocha Lima. Os adeptos de Bechara reconhecem, nos seus escritos, o ponto de partida para todas as teorias gramaticais. Como a UFRJ, por exemplo, adota francamente a Gramática de Celso Cunha, os pontos de distinção entre essas duas Gramáticas podem desencadear um problema no reconhecimento da resposta certa para os candidatos que farão prova realizada pelo NCE (Núcleo de Computação Eletrônica / UFRJ). Volta-se, destarte, ao pressuposto de que, sem antes examinar as questões, não há teoria gramatical capaz de indicar precisamente as respostas esperadas pelas bancas.

Com efeito, os cursos preparatórios se servem dessas divergências para abrir turmas exclusivas para cada concurso. Um sujeito que se candidatar a dois concursos diferentes sentirá necessidade de se matricular em cursos específicos para abranger todo tipo de conteúdo imperativo ao sucesso nos exames.

Os concursos exigem conteúdos diferentes, as questões têm tipologia específica de acordo com a banca examinadora, os cursos oferecem turmas diversas para cumprir as determinações de cada exame, os candidatos se matriculam por conta de sua ansiedade com a proximidade dos concursos e, assim, gerou-se uma dinâmica incessante que movimenta milhões de reais. Ou seja, os diversos procedimentos das bancas desencadearam uma corrida financeira para adequar os candidatos aos vários concursos.

A partir daí surgem algumas perguntas:

(1) A favor de quem se deve ensinar a norma culta da língua materna?

(2) Por que persistem os impasses entre o que se ensina de língua nas escolas e a língua contextualizada no ambiente social em que se inserem os sujeitos?

Apesar do empenho do professor de língua portuguesa, há uma resistência em considerar a fala para delimitar um estudo comparativo com a norma padrão, própria da modalidade escrita. Entrelaçar as variantes da língua amplia o universo linguístico do falante, redimensiona o estudo da língua a partir da linguagem.

Em diálogo com a contribuição dos teóricos, ressaltam-se ressonâncias na tentativa de compreender mais ampla e profundamente a questão. Ei-las:

Do fato de a escola privilegiar a escrita *a priori*, conclui-se que se trata de um procedimento, no mínimo, reducionista, pois o intercâmbio cultural — móvel do progresso — não se faz só por meio do código verbal (tampouco pelo escrito), mas por uma enorme variedade de códigos, que, por sua vez, requerem o desenvolvimento das inteligências específicas (...) (SIMÕES, 2002, p. 142)

Proponho, então, um caminho que traga para a sala de aula o **uso real** da linguagem, em manifestações várias, jornalísticas/literárias, verbais/não-verbais, formais/informais. De modo que, a partir daí, se possa comentar a validade da reflexão metalinguística como meio de consolidação argumentativa, razão de ser de boa parte de nosso tempo nesta dimensão terrena. (HENRIQUES, 2004, p. 56)

Cabe ao professor sensibilizar o aluno para essa adequação dos registros de linguagem aos gêneros textuais e ao propósito com que o texto é produzido, o que só é possível se o estudante for colocado em situações comunicativas reais ou bem simuladas. (OLIVEIRA, 2004, p. 192)

8.2 Didática: um ensino menos nomenclatural e mais prático

Faz-se necessário repensar até que ponto o ensino da língua deve ser emoldurado apenas pela norma culta e se ater aos limites dos elementos constitutivos da frase, como propunha a escola tradicional. Esse tipo de ensino está disforme em relação às novas tecnologias da linguagem e aos gêneros textuais cobrados nas provas de concursos da atualidade. Se compararmos questões do passado com as dos tempos modernos, veremos uma diferença bem significativa.

As questões antigas eram de puro reconhecimento das regras gramaticais, descontextualizadas. Para obter êxito nas provas, bastava o candidato memorizar um conjunto de regras gramaticais que dessem conta do que se impunha nos editais dos concursos. Felizmente, as provas modernas enfatizam um procedimento didático e pedagógico que parte da realidade da linguagem em uso para a exploração de

conteúdos gramaticais vários, associados como ferramentas combinadas na compreensão da mensagem.

Assim, as provas atuais têm suas questões de gramática formuladas a partir de um texto motivador. Como nem sempre esse texto é de um mesmo gênero, o professor de língua, nas palavras de Travaglia (2004 pp.115-116), deve trabalhar com textos pertencentes a categorias distintas (tipos, gêneros, modalidades, espécies) e implementar um estudo dos recursos linguísticos e de sua atuação na constituição e funcionamento da língua para a comunicação.

Com as novas propostas das bancas examinadoras, com questões de língua fundamentadas não só na gramática tradicional, mas também em estudos de Linguística Textual, surge a preocupação em adequar as aulas de Português de cursos preparatórios ao novo modelo, que aponta para uma aprendizagem mais significativa da língua, contemplando a linguagem de que se faz uso, estabelecendo relações entre os vários elementos de um universo simbólico, relacionando o conhecimento elaborado (o saber idiomático) com os fatos do cotidiano, vividos pelo sujeito da aprendizagem ou por outros sujeitos.

Os novos rumos da educação, que se instituem nas diretrizes curriculares nacionais e das avaliações que as bancas examinadoras propõem, trazem à baila o desenvolvimento de habilidades e a aquisição de conhecimentos que conduzem às competências¹² em vários campos do saber.

O conceito de competência relaciona três aspectos importantes. O primeiro é entender *competência* como uma capacidade do sujeito; o segundo é ligá-la ao verbo *mobilizar*, que significa *movimentar com força interior*, o que é diferente de deslocar de um lado para outro; o terceiro está ligado à palavra **recursos**. Por fim, o conceito de competência está ligado à abordagem e resolução de situações complexas.

Para resolver situações complexas, o primeiro recurso exigido é o conhecimento de conteúdos. Por exemplo, se a situação complexa for *interpretar um texto*, é preciso que o candidato tenha o conhecimento específico relativo às abordagens do texto: modo de organização discursiva, gênero textual, isotopia, intertextualidade, inferências, interlocução etc. Se a situação for *observar um desvio de norma*, o candidato deve ter disponíveis os conteúdos específicos ligados à regência, concordância, pontuação, crase, acentuação etc.

¹² Entende-se por competência a capacidade de o sujeito mobilizar recursos (cognitivos) visando abordar uma situação complexa. (MORETTO, 2002, p. 22)

Dessas abordagens, resulta o fato incontestável de que não se pode afastar o aluno da aquisição de conteúdos de sistematização da língua. O que se deve buscar, porém, é a relevância dos conteúdos ensinados para que eles tenham sentido para o sujeito dentro de seu contexto.

Ilustrando com questão da banca NCE/UFRJ

A língua portuguesa e os conhecimentos matemáticos nem sempre estão de acordo. A frase abaixo em que a concordância verbal contraria a lógica matemática é:

- (A) 50% da torcida brasileira gostaram da seleção;
- (B) mais de três jornalistas participaram da entrevista;
- (C) menos de dois turistas deixaram de participar do passeio;
- (D) são 16 de outubro;
- (E) participaram do congresso um e outro professor.

Para resolver a questão proposta pela banca NCE, o candidato necessita ter algum conhecimento sobre lógica matemática e regras específicas de concordância verbal. Neste caso, o sujeito deveria perceber que a expressão *menos de dois*, pelos conhecimentos matemáticos, é igual a *um*. Sendo isso, a concordância do verbo da oração deveria ser feita com a idéia de singularidade. Contudo, pela norma gramatical, o verbo deve concordar com o numeral *dois*, ficando no plural. É por isso que a concordância verbal, neste caso, contraria a lógica da matemática.

Associado ao termo *competências* está o segundo recurso que é a habilidade ao *saber fazer* algo específico, isto é, uma ação indicadora de uma capacidade adquirida. Assim, *identificar, relacionar, correlacionar, aplicar, analisar, avaliar* são verbos que podem indicar a habilidade do sujeito em campos específicos. A habilidade não é um recurso inato; é desenvolvida com treinamento, exercício para que o sujeito possa realizar tarefas com eficiência. Portanto, não basta ao professor ensinar regras e sugerir aos alunos que as memorizem para lograr êxito nas provas. É determinante que sejam feitos muitos exercícios baseados em provas anteriores, desenvolvendo, assim, a habilidade imperativa para a resolução dessas provas. Vamos à ilustração:

7- Assinale o segmento morfossintaticamente correto, sobretudo quanto ao que estabelece a norma padrão da língua escrita nos capítulos da concordância e da regência.

- a) O projeto de lei que visa melhorar a regulamentação da interceptação, da interrupção, da escuta e da gravação de comunicações telefônicas e das que lhes são equiparadas não representa, de modo algum, uma forma de censura à imprensa.

- b) Como vem sendo noticiada, a captação de dados de informática têm sofrido ataques constantes de criminosos que, com avançados meios tecnológicos, tem perpetrado grampos e gravações ilícitas de conversas e comunicações de dados.
- c) O projeto de lei tem não só a preocupação de punir àquele que realiza o ato ilícito mas também quem, de qualquer forma, utiliza do que é obtido com esse crime.
- d) Não se punem apenas o ato de furtar ou roubar bens, mas também o receptor que, sem praticar o furto ou o roubo, se valem do bem (objeto do crime) para uso pessoal ou para obter lucro.
- e) A imprensa brasileira, que tem atendido tão honradamente com os princípios de legalidade, não vai querer anuir a sedução de incentivar os grampos ilegais para utilizar o produto desse crime como matéria-prima de seu trabalho.
- (Trechos adaptados de Maurício Z. de Moraes, "Avanço para proteger os cidadãos", Folha de S. Paulo, 21/01/2006, A3)*

Como se pode constatar, a questão é por demasiado longa e trabalhosa. Além de o candidato ter de saber as regras de concordância e regência, precisa saber confrontar o uso inadequado com o normativo. Além da competência para resolver uma questão complexa, ele precisa ter desenvolvido a habilidade da leitura acurada para a identificação dos desvios. Outra habilidade exigida para esse tipo de questão é a leitura rápida, pois o tempo de prova deve ser bem administrado, sob pena de o sujeito não conseguir responder a todas as questões ou, ainda pior, respondê-las, mas não ter tempo para marcar o cartão-resposta.

Simões (2006, p. 15) afirma que,

Não queremos pregar nenhuma mudança radical no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, mas estimular um trabalho mais racional, menos memorizante, através do qual o aluno possa apropriar-se das estruturas da língua com mais facilidade, já que poderá compreendê-las melhor.

A discussão gira em torno do papel do professor nesse contexto marcado pela competitividade acirrada entre candidatos e, mais especificamente, entre as próprias bancas que querem apresentar provas especialmente elitizadas e cada vez mais por menorizadas com teorias que não se aplicam ao propósito dos concursos. Afinal, examinar candidatos a vagas no serviço público não significa testar sua capacidade de memorização de regras gramaticais, tampouco de teorias linguísticas que em nada contribuem para a seleção de servidores capazes de exercerem suas tarefas nas autarquias e estatais (excetuando-se os concursos para professores de Português da rede oficial de ensino). Isso porque a prática linguística exigida pela atuação profissional daqueles não é mais que a comunicação oral e escrita, sem qualquer hipótese de discussão teórica.

A respeito dessa prática, escreveu SIMÕES (2008₁)

A dificuldade apontada decorre de um ensino de língua ainda pautado numa preocupação excessivamente nomenclatural do qual não decorre o desenvolvimento das habilidades leitoras e expressivas. E isso se deve em especial à preocupação de preparar os estudantes para futuros concursos (públicos ou não) e que ainda insistem em cobrar domínio da nomenclatura gramatical.

Diante dessa febre de concursos, o professor deve ensinar ao aluno uma unidade maior que a frase, o discurso. Para Greimas (1989) trata-se de estudar as regras lógico-semânticas que estão além do quadro formal da frase. Ele vê a descrição das regularidades semânticas como coerência transfrasal (isotopia do discurso). Essa dimensão transfrástica constitui o postulado da linguística textual desenvolvida brilhantemente por Van Dijk, Gulich, Schmidt e aludida pela Retórica antiga e por teóricos do passado que já preconizavam o estudo do discurso, como Mikhail Bakhtin.

Parece ter sido essa também a concepção do mestre Agostinho, baluarte no ensino de língua para turmas competitivas:

Atualmente, parece definida a presença de uma linguística do discurso, agrupadas as suas diversas tendências em torno da enunciação e das condições de produção do discurso. Assim, a valorização do texto corresponde a um momento de superação da barreira entre a frase e o discurso, assim como a da aceitação do extralinguístico no terreno do linguístico. (CARNEIRO, 2004, p.159).

Por essas vias, considerar diversos tipos de textos, inclusive as próprias produções textuais dos sujeitos, é um caminho acertado que o leva a um melhor desempenho em língua escrita. O professor de Língua Portuguesa deve, pois, valorizar a interpretação de textos para que se observem comportamentos linguísticos baseados em dados culturais, históricos e toda sorte de influências pragmáticas que alinhavam o processo discursivo. Todo esse rol de sugestões não é novidade: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) já recomendavam em 1998 o estudo de diversos gêneros textuais para alcançar objetivos bem demarcados como baldrame do ensino de língua. Quando, então, as bancas examinadoras propõem questões de gramática envolvendo o texto não apenas como motivador, mas principalmente como fundamento e suporte para determinadas construções sintáticas, estão respeitando e considerando o que preconizam os PCN.

8.3 Semiótica: A iconicidade sintagmática como pista orientadora para a solução das questões

A espelho do que disse Saussure (CLG, 1910-1913), o estudo da iconicidade segundo Nöth (1995, pp. 95-124) também pode ser realizado na dimensão do sintagma. O pesquisador alemão apresenta a iconicidade em três níveis: *imagética*, *diagramática* e *metafórica*. Destas, a diagramática (que se divide em *paradigmática* e *sintagmática*) é de interesse imediato para a presente pesquisa, pois, entendendo-se a iconicidade como a representação do mundo pela língua em nossa mente, verifica-se no nível diagramático sintagmático (SIMÕES, 2006). Nesse plano, observa-se até que ponto os signos atualizados nos enunciados podem deflagrar semioses (processos cognitivos de produção de significação). Para tal, os sintagmas devem simular ou induzir a produção de imagens mentais que relacionem o mundo empírico com o que se diz dele. Quando isso se dá, tem-se um enunciado icônico.

Ilustrando:

O Portal G1 da Rede Globo apresenta as seguintes chamadas para um mesmo fato:

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Morte de alemão em Paraty foi causada por barco, diz polícia 2. Embarcação causou morte de alemão em Paraty, diz polícia |
|--|

A primeira encontra-se na seção MAIS LIDAS, e a segunda em INVESTIGAÇÃO. Observe-se que o tópico da primeira é *morte de alemão*, enquanto o da segunda é *embarcação*. Essas escolhas conduzem a observação do leitor da seguinte forma:

- (1) Na seção MAIS LIDAS, o destaque é para o fato – A MORTE; a classe do núcleo do sintagma é o substantivo e sua função é de um sujeito passivo.
- (2) Já em INVESTIGAÇÃO, o destaque vai para o agente gerador do fato – EMBARCAÇÃO; sintagma constituído por uma única forma, um substantivo, cuja função é um sujeito ativo.

Observe-se que os dois sujeitos se opõem em relação à atividade ou passividade, ao mesmo tempo em que fica clara a situação de vítima, para o primeiro. Assim, começam-se a levantar pistas sintagmáticas que vão orientando a compreensão do texto.

Assim sendo, o enunciador (o jornal) dirige o rumo do raciocínio do leitor. E é isso que se espera do estudante ou candidato: que ele seja capaz de identificar os dados dos enunciados segundo sua relevância, inclusive observando a iconicidade

das classes gramaticais e das funções sintáticas, a partir do que ele poderia compreender melhor as mensagens lidas e exprimir com precisão suas idéias quando fala ou escreve.

Vamos à teoria:

(...) a iconicidade diagramática, a partir da qual a similaridade entre o signo e o objeto imediato é apenas estrutural ou relacional, algo como uma correspondência entre uma “ordem natural das proposições” e a ordem dos eventos a que representam.

(...) A iconicidade diagramática, como fenômeno de secundidade (ela não simula objeto representado), é fundamentalmente indicial (atua como um vetor), por isso é indutora de raciocínios. Quando sua estrutura é falha, a indução também o será, e o intérprete (leitor externo) será prejudicado em sua leitura. (SIMÕES, 2006)

Por conseguinte, a instrução linguística hodierna deve prestigiar a observação da iconicidade dos enunciados, em prol da compreensão dos mecanismos da estruturação linguística. Desse modo, a norma pode ser assimilada e não mais decorada; e o falante poderia construir seus enunciados ou responder questões sobre a estruturação sintática de forma consciente, não mais mecânica.

Esaf - Avalie as seguintes afirmações a respeito das estruturas linguísticas do texto para assinalar a opção correta.	
I. O singular do verbo da primeira oração do texto deve-se à expressão “Uma das”; <u>se</u> , em seu lugar, <u>fossem</u> empregados termos que <u>mantivessem</u> o sujeito no plural, como por exemplo, Entre as , o verbo <u>deveria</u> ser flexionado <u>necessariamente</u> no plural.	As palavras se , fossem , mantivessem e deveria são signos indiciais da formulação de hipóteses. Com isso, o sujeito percebe que há uma condição imposta para a realização do objetivo da questão. Outro signo indicial é o verbo auxiliar deveria , que modaliza a ação obrigatória de flexionar o verbo assinalado. O termo necessariamente ratifica a obrigatoriedade do plural.
II. A opção pelo verbo “parece”, iniciando a oração, exige o emprego de uma forma impessoal de verbo no seu desenvolvimento; daí o uso de singular em “não haver como escapar”.	A palavra daí orienta o sujeito no caminho da consequência, ou seja, o fato de o verbo estar empregado numa forma impessoal provoca necessariamente o seu uso no singular.
III. O emprego da preposição de é obrigatória antes do pronome relativo “que”, pois aí se inicia uma oração subordinada que completa a idéia de “sugestão”.	O candidato deve perceber que a palavra “pois” sugere que a causa do uso da preposição é o fato de a oração iniciada pelo relativo completar a idéia de “sugestão”. Apesar de a preposição está bem colocada, o motivo não é o apontado pela banca.

<p>IV. A palavra “mesmo”, empregada com valor adverbial de ainda que, sugere que o autor antecipa uma rejeição ao argumento que explicita na oração anterior.</p>	<p>A iconicidade está na palavra adverbial. O candidato precisa avaliar primeiro se “ainda que” possui valor adverbial. Depois ele vai analisar o que se disse sobre a relação lógico-semântica que ela estabelece no argumento.</p>
<p>Observação: Todas essas orientações icônico-indiciais são fundamentais para a resolução das questões. Se o candidato não perceber, por exemplo, a modalização de obrigatoriedade no verbo “dever”, pode errar a resposta. Quando a norma diz que UM VERBO “PODE” FLEXIONAR-SE NO PLURAL <u>formula “uso facultativo”</u>, mas, se a norma diz “DEVE” FLEXIONAR-SE NO PLURAL, aponta um uso obrigatório. O importante é aprender a identificar os signos indiciais, pois estes são indutores de uma diagramação adequada, que é a estruturação sintático-semântica.</p>	
<p>A quantidade de itens corretos é</p>	
<p>a) 0</p>	
<p>b) 1</p>	
<p>c) 2</p>	
<p>d) 3</p>	
<p>e) 4</p>	

Veja que o candidato, a despeito de ter ou não decorado as regras, precisa raciocinar indutivamente, seguindo as pistas auferidas pelos ícones ou índices apresentados.

Desenvolver a compreensão dos mecanismos da estruturação linguística traz a oportunidade de o sujeito assimilar o conteúdo de forma coerente e não mais precisar perder tempo memorizando listas infinitas de regras e suas exceções.

É, pois, inegável o consórcio entre a rede sintática e o fio condutor da mensagem na constituição da frase e, conseqüentemente, do texto. Seria estratégia produtiva a aplicação das categorias semiótico-diagramáticas, que são sintáticas, na explicação das funções sintáticas em relação com as imagens que resultam da concordância, por exemplo. Essas seriam estratégias que iriam testar a iconicidade do texto, a partir de sua potencialidade indutora de significados. Não é, contudo, o que em geral se faz na sala de aula, onde se reduz o ensino da análise sintática à distinção de funções e à memorização de fastidiosa nomenclatura (completamente desnecessária ao reconhecimento da forma adequada de concordância).

Mais importante, também, do que decorar as regras de concordância verbal é captar os nexos que integram os elementos constitutivos do texto, por procedimentos diversos: identificar (1) relações de lógica (causa e efeito, agente e paciente, tema e rema), (2) traços característicos das orações adjetivas, (3) elementos de recu-

peração e de encadeamento, (4) processos circunstanciais expressos nas expressões e orações adverbiais, etc.

Há de reconhecer-se, então, que será possível recuperar, com esses procedimentos, a dimensão da língua em funcionamento — dimensão que não pode ser outra senão a resultante da harmonização dos elementos sintáticos no processo de organização textual. Dessa harmonização, emerge a concordância entre os termos da frase.

Parece-nos básico para o estudo gramatical ter sempre em mente os fatos da língua. Para tanto, torna-se necessária a adoção de critérios capazes de coligar esses fatos, o que requer a identificação um sistema coesivo marcado pelas pistas textuais — os ícones e os índices — indutores de raciocínio.

8.4 Pedagógica: A formulação de questões e as pistas desorientadoras.

Nos modelos atuais de provas, encontramos tanto questões classificatórias (sintaxe, morfologia, estilística etc.) como as de interpretação de textos com português instrumental. Estas últimas, com frequência, trazem mais de uma resposta possível ou nenhuma resposta. Isso demonstra que a própria banca examinadora apresenta problema na formulação de questões por falhas estruturais de língua.

Nesses casos, os signos representam pista desorientadora na formulação de questões. Dessa forma, a baixa iconicidade dos enunciados, prejudica a compreensão da questão. Vejamos o que dizem Simões e Dutra sobre iconicidade:

A iconicidade, no processo da leitura e da redação, a nosso ver, pode manifestar-se de dupla forma: a) como alta iconicidade — qualidade por meio da qual o texto orienta o leitor à produção de sentido em função da apresentação estratégica de pistas de leitura; b) como baixa iconicidade — qualidade por meio da qual o texto se torna opaco, porque não oferece pistas suficientes ou eficientes para o desenrolar da leitura. Convém esclarecer que a alta iconicidade tanto se presta à construção da eficácia quanto à da falácia textual. Nesta o leitor é driblado pelas pistas do texto; naquela, o leitor é conduzido por elas. (Simões & Dutra, 2004: 41).

Para ilustrar essas pistas, apresenta-se a questão da CESGRANRIO abaixo.

CESGRANRIO 2005

2- Aponte a opção em que se encontra um uso INACEITÁVEL de concordância

- (F) Uma e outra coisa merece nossa atenção.
- (G) Nem um nem outro candidato conseguiram se destacar.
- (H) O médico, com sua enfermeira, foi ao Congresso.
- (I) No relatório da OMS, tinham vários erros de tabela.**
- (J) Os cientistas haviam tido muito cuidado nos experimentos.

Para realizar esta questão, o candidato precisa reconhecer regras específicas de concordância verbal quais sejam: um e outro; nem um nem outro; sujeito seguido de adjunto adverbial de companhia (uso da preposição *com*); tempo composto com auxiliar *haver*.

Embora a questão peça para encontrar um uso inaceitável de concordância, a oração da opção D – apontada como gabarito – não apresenta desvio neste quesito, mas em inadequação vocabular, uma vez que faz uso do verbo *ter* no lugar de *haver*. Uma opção como esta desvia o foco de análise do candidato (pista desorientadora), que procura apenas por um erro de concordância.

A produção de enunciados de baixa iconicidade (segundo Simões, 2007) pode resultar de (1) inabilidade redacional ou (2) astúcia redacional. Como estamos analisando enunciados de questões de prova, descarta-se a inabilidade redacional, já que as provas são produzidas por docentes especializados. No entanto, ao admitir-se a astúcia redacional voltada para a desorientação do leitor, verifica-se um problema grave na constituição da questão em pauta, uma vez que é preciso haver resposta única para que o gabarito seja fechado, e se afaste a possibilidade de reclamações judiciais com recursos de anulação de questões.

É ainda SIMÕES (2008₁) quem alerta para o problema dos signos desorientadores:

(...) quando se propõe desorientar, a iconicidade levará o leitor ao equívoco (no mínimo, à ambiguidade), fazendo com que o leitor entre em conflito diante da possibilidade de mais de uma interpretação para o texto, ou parte dele, construindo-se então uma imagem obscura para um possível sentido.

Considerando que o texto responde a um projeto de dizer e que uma questão de prova deveria ter por projeto testar a capacidade de leitura e de solução de problemas estruturais da língua, vê-se como defeito grave a formulação de questões com respostas ambíguas ou equívocas. Quando assim o é, a prova se transforma

em armadilha, afastando-se de sua meta original que seria avaliar a competência verbal formal dos candidatos.

As conclusões dessa dissertação reforçaram a hipótese de que a iconicidade é a base da construção dos signos; e sendo o texto um signo, convém trazer para o âmbito da didática da língua os valores icônicos como dados relevantes para a aprendizagem da estruturação gramatical.

Seguindo conclusões de pesquisa de Simões (orientadora dessa dissertação), acreditamos na base icônica do pensamento e percebemos que a teoria da iconicidade verbal possa promover a facilitação da aprendizagem dos mecanismos gramaticais.

Admitimos que a participação de signos-icônicos na superfície dos textos é um fato garantidor do curso da leitura e que a tramitação da leitura se realiza pela persecução das pistas presentes no texto. Portanto, a produção de questões solucionáveis demanda, entre outras coisas, a produção de enunciados de alta iconicidade, para que sejam efetivamente compreensíveis e reste para os candidatos dificuldades exclusivas a um problema por vez, sem caráter de armadilha, de emboscada para capturar sujeitos e não para avaliar competências.

Assim como é possível identificar (nos textos) palavras e expressões que funcionam e como âncoras que definem temas ou eixos temáticos, há formas linguísticas que atuam como ícones ou índices de categorias ou mecanismos gramaticais. Por isso, um ensino da língua pautado nos valores icônicos e indiciais das formas da língua poderá contribuir para a assimilação das estratégias de estruturação verbal, possibilitando assim um ensino e uma aprendizagem efetivos e eficientes.

Buscamos assim ler semioticamente a estruturação sintática, seguindo a iconicidade diagramática no plano sintagmático, pois testamos e acreditamos que no que diz Simões (2007 – *Iconicidade e verossimilhança*):

o vocabulário ativado no texto (saindo do paradigmático para o sintagmático) organiza-se em pistas icônicas (representativas, fundadas na similaridade, de fundo analógico) e indiciais (indutoras, fundadas na contiguidade, consecutivas). Explicamos a estruturação sintática como o arranjo das peças icônicas e indiciais de cuja combinação formar-se-ão as imagens semântico-pragmáticas que subsidiarão a leitura e a compreensão.

Eis um exemplo também de Simões (2008₁):

b) Seu Irineu [Boaventura_A] [não era tão bem-aventurado assim_B], (...) (Stanislaw Ponte Preta, "A vontade do falecido", 1989) (Apud ROCHA, 2007)

Observe-se que os índices A e B marcam os dois pólos do enunciado, responsáveis pela produção do humor no texto.

As pistas icônicas e indiciais são marcas que a estruturação gramatical oferece e que através das quais se pode chegar a valores fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. No caso de um estudo da concordância verbal, são muitas as pistas que se pode trabalhar com o alunado, para facilitar-lhe a identificação dos fatos morfossintático-semânticos que operam na construção da concordância. As desinências verbais e nominais são formas indiciais que, quando lidas com presteza, garantem a formulação ou a identificação de enunciados adequados e compreensíveis.

9 Conclusão

Após análise dos dados da pesquisa com as provas de concursos do cópuz desta dissertação e confronto com o posicionamento dos teóricos aqui estudados, chega-se à conclusão de que o candidato que deseja se preparar com eficiência e atingir eficácia precisará adquirir vários livros de Gramática e proceder à comparação das regras expostas por cada autor. Não só isso, mas também deverá ler todas as regras a fim de complementá-las. Caso não queira fazê-lo sozinho, por, talvez, falta de expediente linguístico, este candidato acaba se matriculando num curso preparatório e depositando ampla confiança no professor, pensando que este possui a competência necessária e esperada para o objetivo a que se propõe.

Conforme se viu nesta exposição, os autores não comentam de todas as regras todos os casos. Assim, se o professor fixa seu estudo num só autor, estará negligenciando informações relevantes ao exercício das questões de provas. Portanto, este trabalho aqui apresentado serve de exemplo ao estudo que se deve realizar para a boa prática do ensino com fins preparatórios com qualquer tema ou matéria.

Depois de realizar um estudo comparativo a fim de homogeneizar as regras dos diversos autores e complementar as informações necessárias à apreensão da matéria, o professor precisa reformular o ensino da Gramática de modo que o aluno não seja levado a “decorar” as regras, mas a compreender os mecanismos da estruturação linguística componentes de cada evento da língua que concorre para a identificação da concordância verbal.

Nesse viés, um ensino de gramática com perspectivas semióticas, como se comprovou nesta dissertação, possui relevância assegurada na pedagogia moderna, uma vez que assim se pode operar segundo possíveis intenções comunicativas compatíveis com o projeto de texto, que a seu turno define gênero e variante linguística.

O professor que lida com turmas competitivas não pode mais pautar-se num ensino de gramática meramente decorada. A atitude diversificada das bancas exige do candidato não apenas a habilidade de identificar respostas pautadas em normas decoradas, mas sobretudo a capacidade de raciocinar sobre a língua e seus usos, levando e conta a relação entre o gênero textual e a variedade linguística privilegiada.

É claro que nos concursos, a norma padrão (ou culta) é a referência de domínio verbal. Entretanto, a competência ampliada ante a variação linguística se torna

uma exigência para o sucesso nesses certames. O candidato que é capaz de discutir um enunciado, aventando-lhe possibilidades estruturais estará mais bem preparado para enfrentar as sutilezas das questões que, por sua vez, representam a subjetividade das bancas.

Ademais, nossa contribuição técnico-didática com essa dissertação traz à cena a visão semiótica, a partir da qual, os signos linguísticos são observados como orientadores ou desorientadores. Com essa perspectiva, o professor poderá trabalhar as marcas estruturais (palavras, morfemas, posições etc.) que funcionam como pistas para a identificação da organização mais apropriada dos termos nos enunciados.

No caso do gênero questão de prova de concurso, há ícones e índices a observar para avaliar-lhes a adequação ou não à situação de produção: problemas sobre a estruturação linguística balizada pelo uso padrão da língua portuguesa do Brasil. A competência esperada discutida nesta dissertação é a de identificar o emprego adequado das formas verbais em enunciados no registro formal, assemelhados aos que se pode encontrar nos textos de documentos que tramitam na esfera pública e com os quais os aprovados no concurso irão lidar.

Fique claro, todavia, que a intervenção de componentes semióticos não deve ser entendida como malha teórica e nomenclatural complicadora do processo, senão dados estratégicos que devem ser usados como orientação metodológica na solução das questões, no caso, de concordância verbal.

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. Dificuldades da Língua Portuguesa . Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.
AZEREDO, José Carlos de. Fundamentos de Gramática do Português . Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
BARRETO, Mário. Novíssimos estudos da língua portuguesa . Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.
BECHARA, Evanildo. “A correção idiomática e o conceito de exemplaridade” In: AZEREDO, José Carlos de (org.). Língua Portuguesa em debate . Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
_____. Lições de Português pela análise sintática . Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.
_____. Moderna Gramática Portuguesa . Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.
BENVENISTE, E. “Ativo e médio no Verbo”. In: Problemas de Linguística Geral . São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp. 1976.
BORBA, Francisco S. Dicionário de Usos do Português do Brasil . São Paulo: Ática, 2002.
CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. Princípios de Linguística Geral . Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1989.
_____. Contribuição à estilística portuguesa . Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
_____. Dicionário de Linguística e Gramática . Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.
CEGALA, Domingos Paschoal. Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
COSERIU, Eugênio. Teoria da linguagem e linguística geral . Rio de Janeiro: Presença, 1987.
ELIA, Silvio. A unidade linguística do Brasil (condicionamentos geoeconômicos) . Rio de Janeiro: Padrão, 1979
GREIMAS, A.J. Dicionário de Semiótica . São Paulo: Cultrix, 1989.
HALLIDAY, MAK. An Introduction to Funtional Grammar . London & New York: Arnold, 1994.
HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia. A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática . Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

- HENRIQUES, Claudio Cezar. "Gramática e Cidadania em salas de aula brasileiras" In: (org.). In: SIMÕES, Darcilia & HENRIQUES, C. C. **Língua e Cidadania – novas perspectivas para o ensino**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2004.
- _____. **Sintaxe Portuguesa para a Linguagem Culta Contemporânea**. 5ª ed. atualizada. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KURY, Adriano da Gama. **Lições de Análise Sintática**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **Para falar e escrever bem o português**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.
- MACEDO, Walmirio. **Análise sintática em nova dimensão**. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- _____. **Gramática de ouro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1979.
- _____. **Método moderno e simples de Análise sintática**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1980.
- _____. **Elementos para uma estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- MATEUS, Maria Helena Mira. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Livraria Medina, 1983.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. "“Bárbaros à porta”: uma reflexão histórica sobre a língua portuguesa no Brasil da atualidade." Em ABRAÇADO, Jussara e RONCARATI, Claudia (orgs) **Português brasileiro (II)**. Niterói: EdUFF, 2008 [p. 392-398]
- MEILLET, A. **Linguistique Historique et Linguistic Générale**, Paris, 1921.
- MORETTO, Vasco Pedro. **Prova, um momento privilegiado de estudo**, Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. **A gramática histórica, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica no Século XX**. De Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. "Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade". In: SIMÕES, Darcilia & HENRIQUES, C. C. **Língua e Cidadania**

– novas perspectivas para o ensino . Rio de Janeiro: Editora Europa, 2004.
PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica . São Paulo: Perspectiva, 2005.
SILVA NETO, Serafim da. Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil . Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.
SILVEIRA, Olmar Guterres da. “Padrões Frasais do Português”. In: FREITAS, Horácio Rolim de, (org.). A Obra de Olmar Guterres da Silveira . Rio de Janeiro: Metáfora, 1996, p.22-41 & 42-7.
SIMÕES, Darcilia, DUTRA, Vania Lucia Rodrigues. A iconicidade, a leitura e o projeto do texto. In: Linguagem & ensino .7. p.37 - 64, 2004.
SIMÕES, Darcilia. “Se persistirem os sintomas, procure a gramática”. In: HENRIQUES C. C. & SIMÕES, D. Língua portuguesa, educação & mudança . Rio de Janeiro: Europa, 2008. [p. 180-188]
_____. “Seleção lexical e iconicidade diagramática”. Comunicação no Simpósio: Leitura e produção de textos: pesquisa e ensino. ABRALIN na SBPC – UFSC – 2006.
_____. “Âncoras textuais: iconicidade a serviço da leitura e da produção de textos”. Comunicação em Abralín em Cena - Piauí – 20081. Disponível em www.darciliasimoes.pro.br/textos/textos.htm
_____. “Comunicação em tempos de crise” In: (org.). Língua e Transdisciplinaridade – rumos, conexões, sentidos . São Paulo: Contexto, 2002
_____. “O discurso sobre a língua”. In: SIMÕES, Darcilia (org.) Língua portuguesa, ensino, pesquisa, pós-graduação e formação docente . Edição digital. Rio de Janeiro: Dialogarts. 20082. Disponível em www.dialogarts.uerj.br
_____. “Sobre Norma Culta e Ensino da Língua Portuguesa como língua nacional” In Caderno Seminal Ano 8, Nº 10, 2001. [p. 33-50]
_____. Iconicidade e verossimilhança . Semiótica aplicada ao texto verbal. Edição digital. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2007.
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. “Tipologia textual, ensino de gramática e o livro didático” In: (org.). Língua e Cidadania: novas perspectivas para o ensino . São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICE A - Estudo comparativo das questões por banca examinadora

BANCAS EXAMINADORAS 	CESGRANRIO	CESPE	NCE	ESAF	FCC
TIPOS DE QUESTÕES 					
Reconhecer um desvio de norma.	03		02		02
Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está incorreto.	01				
Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está correto.			02	04	
Identificar uma determinada regra de concordância	01				
Reconhecer a frase que contraria a lógica da matemática, apesar de estar de acordo com as normas de concordância.			01		
Reconhecer a opção que preenche as lacunas do texto de forma gramaticalmente correta e coerente				02	01
Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.		02	01	01	
Julgar se um verbo admite outra forma de concordância numa frase do texto.		05			01
Reconhecer a frase gramaticalmente correta.	01			06	05
Dentre todas as opções com frases corretas, identificar aquela que admite uma outra forma de concordância.	01				
TOTAL DE QUESTÕES AVALIADAS POR BANCA ENTRE 2005 E 2008	07	07	06	13	09

Fonte: Resultado tabelado de pesquisa realizada com questões de concursos públicos entre 2005 e 2008 das bancas FCC, NCE, ESAF, CESGRANRIO e CESPE.

APÊNDICE B - Planilha de resultados

	Questões fáceis					Questões intermediárias					Questões difíceis					Total	
	Nº do aluno	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14		15
NÍVEL SUPERIOR	052	x		x	x	x	x	x	x		x			x			9
	053	x	x	x		x		x	x		x		x				8
	054	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x					10
	055	x	x	x	x	x		x		x				x			8
	056	x		x	x		x	x	x		x	x					8
	057	x	x	x	x	x	x			x		x				x	9
	058	x	x		x	x		x	x	x	x			x			9
	059	x	x	x	x	x	x	x		x	x			x		x	11
	060	x	x	x		x	x		x	x	x					x	9
	061		x	x	x	x	x	x	x			x		x	x		10
	062	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x			x	11
	063	x	x	x	x	x	x	x		x		x		x			10
	064		x	x	x	x			x	x	x		x	x		x	10
	065	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			x	x	13
	066	x	x	x	x	x	x	x				x					8
	067		x		x	x		x	x	x	x			x		x	9
	068	x	x	x	x	x	x	x		x	x		x	x		x	12
	069		x	x	x	x	x	x		x	x	x	x			x	11
	070	x	x	x		x	x	x	x		x						8
	071	x	x	x	x	x		x	x	x			x	x		x	11
	072		x		x	x	x			x	x	x		x			8
	073	x		x	x	x	x		x		x	x				x	9
	074	x	x	x	x		x	x	x		x		x		x		10
	075	x			x	x	x	x		x		x		x			8
	076	x	x	x		x	x	x	x		x						8
	077	x	x	x	x		x		x	x	x			x		x	10
	078		x	x	x	x		x	x			x	x				8
	079	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			x		x	12
	080	x		x	x	x	x		x	x	x	x				x	10
	081	x	x		x	x	x	x		x	x		x		x	x	11
082	x		x	x	x		x	x		x						7	
083	x	x			x	x	x	x	x		x		x			9	
084		x	x	x	x		x	x		x			x		x	9	
085	x	x	x	x	x	x	x		x	x						9	
086	x	x	x		x	x		x	x	x		x				9	
087			x	x	x	x	x	x	x				x		x	9	
088	x	x	x	x			x	x	x	x		x				9	
089		x	x	x	x	x	x	x	x		x		x		x	11	
090	x	x		x	x	x	x		x		x		x		x	10	
	30	32	32	33	35	28	30	27	27	27	16	11	19	4	19		

Nº do aluno	Questões fáceis					Questões intermediárias					Questões difíceis					Total
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
001	x		x	x	x	x	x	x		x			x			9
002	x	x	x		x		x	x		x		x				8
003	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x					10
004	x	x	x	x	x		x		x				x			8
005	x		x	x		x	x	x		x	x					8
006	x	x	x	x	x	x			x		x				x	9
007	x	x		x	x		x	x	x	x			x			9
008	x	x	x	x	x	x	x		x	x			x		x	11
009	x	x	x		x	x		x	x	x					x	9
010		x	x	x	x	x	x	x			x		x	x		10
011	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x			x	11
012	x	x	x	x	x	x	x		x		x		x			10
013		x	x	x	x			x	x	x		x	x		x	10
014	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x			x	x	12
015	x	x	x	x	x	x		x			x					8
016		x		x	x		x	x	x	x			x		x	9
017	x	x	x	x	x	x	x		x	x		x	x		x	12
018		x	x	x	x	x	x		x	x	x	x			x	11
019	x	x	x		x	x	x	x		x						8
020	x	x	x	x	x		x	x	x			x	x		x	11
021		x		x	x	x			x	x	x		x			8
022	x		x	x	x	x		x		x	x				x	9
023	x	x	x	x		x	x	x		x		x		x		10
024	x			x	x	x	x		x		x		x			8
025	x	x	x		x		x	x		x		x				8
026	x	x	x	x		x		x	x	x			x		x	10
027		x	x	x	x		x	x			x	x				8
028	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			x		x	12
029	x		x	x	x	x		x	x	x	x				x	10
030	x	x		x	x	x	x		x	x		x		x	x	11
031	x		x	x	x		x	x		x					x	8
032	x	x			x	x	x	x	x		x		x			9
033		x	x	x	x		x	x		x			x		x	9
034	x	x	x	x	x	x	x		x	x						9
035	x	x	x		x	x		x	x	x		x				9
036			x	x	x	x	x	x	x				x		x	9
037	x	x	x	x			x	x	x	x		x				9
038		x	x	x	x	x	x	x	x		x		x		x	11
039	x	x		x	x	x	x		x		x		x		x	10
040	x		x	x	x	x	x		x		x		x		x	10
041	x	x	x		x		x		x	x	x				x	9
042	x	x	x	x		x		x	x	x		x	x			10
043	x			x	x	x	x			x	x				x	8
044		x	x		x	x		x	x	x		x	x			9
045	x		x	x		x	x	x	x		x		x		x	10
046	x	x	x	x	x	x	x		x	x		x				10

NÍVEL MÉDIO

Fonte: Planilha criada a partir do resultado do simulado aplicado em alunos de ensino médio e superior no Sistema Elite de Ensino e no curso Multiplus, Rio de Janeiro, RJ.

APÊNDICE C – Córpus da dissertação

OBSERVAÇÃO: 1- Os gabaritos estão destacados em amarelo.
 2- O TIPO de questão está destacado em azul.
 3- Crítica à questão.

CESGRANRIO

CESGRANRIO
 SEAD 2005

Aponte a opção em que se encontra um uso INACEITÁVEL de concordância

(A) Uma e outra coisa merece nossa atenção.

(B) Nem um nem outro candidato conseguiram se destacar.

(C) O medico, com sua enfermeira, foi ao Congresso.

(D) No relatório da OMS, tinham vários erros de tabela.

(E) Os cientistas haviam tido muito cuidado nos experimentos.

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Para realizar esta questão, o candidato precisa reconhecer regras específicas de concordância verbal:

Um e outro; nem um nem outro; sujeito seguido de adjunto adverbial de companhia (uso da preposição “com”); tempo composto com auxiliar “haver”.

Embora a questão peça para encontrar um uso inaceitável de concordância, a oração da opção D – apontada como gabarito – não apresenta desvio neste quesito, mas em inadequação vocabular, uma vez que faz uso do verbo “ter” no lugar de “haver”. Uma opção como esta desvia o foco de análise do candidato, que procura apenas por um erro de concordância.

CESGRANRIO
 Ministério da defesa 2006

2- Assinale o item correto, quanto aos comentários sintáticos.

(A) Em “via até a ponta das barbas brancas de Deus.”, o emprego da preposição destacada constitui caso de regência.

(B) Nas passagens “...que pareciam confetes e lantejoulas,” e “se os países poluentes

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está incorreto.

Os comentários desta questão se relacionam com os seguintes tópicos: regência nominal; predicação verbal; colocação pronominal;

continuarem sua obra sufocante.” , os verbos apresentam a mesma predicação.

(C) Em “...onde nos esturricaremos todos...”, a colocação do pronome oblíquo justifica-se pela exigência do pronome relativo.

(D) Em “que ainda existiam naqueles tempos,” , substituindo-se o verbo existir pela locução verbal dever haver, tem-se deviam haver.

(E) Nas passagens “...só havia vento...” e “os pescadores haviam aprendido...”, os termos destacados exercem a mesma função sintática.

CESGRANRIO

EPE 2006 (adaptada)

3- Em que passagem do texto lido o(s) verbo(s) NÃO se apresenta(m) de forma impessoal?

(A) “Treinar a memória equivale a treinar os músculos do corpo”

(B) “Há duas boas maneiras para fazer isso.”

(C) “porque gostar do assunto gera interesse,”

(D) “o desinteresse, ao contrário, é uma espécie de ‘sedativo’,”

(E) “Não dá para esperar o mesmo nível de retenção de informação...”

CESGRANRIO

Petrobras 2006

“Os mares parecem guardar a resposta sobre a origem da vida...”

4- Indique a opção que NÃO reescreve adequadamente a sentença acima, de acordo com

concordância verbal e identificação das funções de “sujeito” e “objeto direto” do verbo “haver”.

Para reconhecer a opção D como correta, o candidato precisa saber as regras de concordância dos verbos “existir” e “haver”, inclusive em locuções verbais.

TIPO: Identificar uma determinada regra de concordância.

A regra que se pretendeu avaliar, nesta questão, foi a de verbos em utilização impessoal. Além do conhecimento da nomenclatura de classificação dos verbos de acordo com seu papel sintático, o candidato necessita reconhecer, no texto, as orações que se enquadram nessa característica pela semântica verbal e pela concordância. O segmento de frase da letra D não possui verbo na forma impessoal porque tem sujeito (“o desinteresse”).

A questão apresenta, na letra C, um problema que poderia gerar dúvidas, uma vez que há dois verbos com formas diferentes: uma impessoal – gostar – e outra unipessoal – gera. O enunciado sugere que pode haver mais de um verbo nos itens

TIPO: Reconhecer o desvio de norma

Para identificar a reescrita inadequada da frase original, o candidato deve ter conhecimento das

a norma culta.

(A) Os mares parecem que guardam a resposta sobre a origem da vida.

(B) Os mares guardam – parece – a resposta sobre a origem da vida.

(C) Parecem os mares guardarem a resposta sobre a origem da vida.

(D) Parece que os mares guardam a resposta sobre a origem da vida.

(E) Que os mares guardam a resposta para a origem da vida parece.

CESGRANRIO

TCE/RO 2007

5- Todas as frases abaixo estão corretas quanto à concordância verbal. Uma delas, porém, admite uma outra concordância também correta. Assinale-a.

(A) Atende a diferentes propósitos o uso do computador.

(B) Precisa-se urgentemente de um novo computador.

(C) Nunca se venderam tantos portáteis.

(D) Malograram todas as suas tentativas.

(E) Sou eu quem dependo mais dele.

CESGRANRIO

INEA 2008

7- A concordância do verbo destacado está certa em

(A) Uma e outra soluções lhe desagradam.

(B) Nem uma, nem outra falaram a verdade.

(C) Os computadores, os *chips*, as placas – tudo são preocupação.

(D) Mais de um artigo faz alusão à necessidade de preservar o meio.

(E) Deu dez horas que eles saíram para comprar um novo computador.

várias possibilidades de concordância de locuções com o verbo “parecer” seguido de infinitivo.

TIPO: Dentre todas as opções com frases corretas, identificar aquela cuja frase admite outra forma de concordância.

O conhecimento necessário para a identificação da opção “E” como resposta é a concordância de verbos nas construções “sou eu que” e “sou eu quem” e suas possibilidades. Além desse conhecimento, para eliminar as outras opções, é necessário saber as regras envolvendo a palavra “se” como pronome apassivador ou como índice de indeterminação do sujeito. No mais, apenas a identificação do sujeito para relacioná-lo ao verbo e proceder à única concordância possível.

TIPO: Reconhecer a frase correta.

Um e outro; nem um nem outro; tudo é/são; mais de um; deu/deram x horas

Para chegar à opção D como gabarito desta questão, o candidato deve reconhecer a concordância adequada de estruturas como “um e outro”; “nem um nem outro”; “mais de um”, além das possibilidades

CESGRANRIO

Petrobras 2008

8- Há ERRO de concordância em:

(A) Pensou-se que faltava algumas pessoas importantes à reunião.

(B) Anexas ao relatório vão as duas vias deste documento.

(C) Podia haver várias divergências no recinto.

(D) Mais de um orador falou sobre desafios.

(E) Faz anos que ele comparece ao debate.

de concordância do verbo ser (com o sujeito “tudo” ou o predicativo) e o verbo dar expressando hora decorrida.

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Palavra se em voz passiva pronominal com sujeito oracional; haver em locução; mais de um; fazer com temporalidade

Nesta questão, procurou-se avaliar a habilidade do candidato em reconhecer a concordância verbal com a palavra se em voz passiva pronominal, tendo sujeito oracional. Ademais, reconhecer as concordâncias adequadas em estruturas como o verbo haver em locução; fazer indicando temporalidade e a expressão mais de um.

CESPE

CESPE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA 2005

Ouço distante o rumor de um bloco que passa lá na rua dos fundos. O Rio inteiro está mergulhado na folia, e é como se a aranha aproveitasse essa distração para cometer o seu crime silencioso. Por acaso, um dos habitantes da cidade — eu — ficou em casa, e com isso a aranha não contava. Sou a testemunha. Mais que isso: posso evitar o crime. Bastaria um gesto meu e a mariposa estaria salva. Devo fazê-lo?

1- Estaria também correta a flexão do verbo ficar na primeira pessoa do singular, em concordância com o pronome “eu”.

ERRADO (trata-se de apostro)

TIPO: Julgar se um verbo admite outra forma de concordância numa frase do texto.

Um dos + substantivo + verbo

Nesta questão o candidato poderia confundir-se com a solução, uma vez que, em princípio, a assertiva a respeito do caso estaria correta. No entanto, aqui, o candidato deve ater-se não só às regras de concordância, como também à coerência textual e à noção de discursividade, pois o enunciador não poderia mudar a voz da narração no meio de um período.

CESPE
ANCINE 2005

Da excelente dublagem de atores como Ewan McGregor e Robin Williams (não custa recomendar que se assista à versão original) à delicadeza de personagens como o pai de Rodney e Tia Turbina, uma senhora cujo traseiro só é menor que seu coração, o trunfo do desenho bolado por Wedge, Saldanha e pelo escritor e artista William Joyce é a habilidade com que se equilibram os aspectos técnicos e criativos em prol do enredo.

2- Constituiria erro de concordância o emprego no singular da forma verbal sublinhada em “é a habilidade com que se equilibram os aspectos técnicos e criativos em prol do enredo”.

CERTO

CESPE
ANS 2007

Ademais, a mentira piedosa, o engodo ou a não-verdade podem até redundar em escândalo, em atitudes ainda mais dramáticas, ou se revestirem de implicações de ordem legal. Nestes casos, admite-se, a verdade conhecida do médico deve se constituir também na verdade do paciente.

3- A substituição de “se constituir” por “representar” preserva a coerência textual e a correção gramatical porque mantém a concordância com o sujeito da oração, “a verdade conhecida do médico”, e a sinonímia é autorizada pelos dicionários.

CERTO

CESPE
ANS 2007

Veja – O senhor recomenda desconfiar até dos estudos que dizem que a exposição a ondas eletromagnéticas, como as da televisão e do telefone celular, não faz mal?

Montagnier – Erramos em fazer pouco desse assunto. Eu repito mesmo que o fator de risco seja fraco, ele se soma a outros. É necessário realizar mais pesquisas sobre os efeitos oxidativos das fontes de ondas eletromagnéticas. É possível comparar, por exemplo, o estresse oxidativo médio de um grupo que vive próximo de uma antena e o

TIPO: Julgar se um verbo admite outra forma de concordância numa frase do texto.

Voz passiva pronominal
O candidato deve conhecer as possibilidades de concordância do verbo com a partícula apassivadora se.

TIPO: Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.

Reconhecimento do sujeito para efetuar a concordância.

A ordem da questão cobra várias habilidades do candidato, entre elas reconhecer o emprego de vocábulos sinônimos e concordância verbal, após a identificação do sujeito da oração.

TIPO: Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.

Verbo haver e verbo existir.

Nesta questão, o candidato deve ser capaz de reconhecer a concordância adequada com o verbo haver (impessoal) e o existir (pessoal).

de outro que mora mais longe. Ainda que os efeitos do estresse oxidativo ocorram a longo prazo, a oxidação é quase imediata, e assim se poderia avaliar se há risco.

Aliás, acho que todos os fatores que potencialmente podem provocar doenças deveriam ser controlados, em nome da precaução, mesmo que o malefício não esteja cientificamente comprovado.

4- O verbo “há” seria mantido no singular mesmo que “risco” fosse empregado no plural, mas sua substituição pelo verbo existir manteria a coerência textual desde que seguisse a flexão de “risco” — no singular ou no plural — para que a correção gramatical fosse preservada.

CERTO

CESPE
FUNAG 2005

Os teóricos sociais, porém, há muito afirmam que, na verdade, não era. Realmente, tudo faz parte do sistema feudal — uma maneira de deixar os camponeses liberarem energia, brincar de rebelião, se desintoxicar, de modo a serem mais capazes de voltar a sua vida rotineira de labuta.

5- A forma verbal “liberar” poderia corretamente substituir a forma plural “liberarem”

NÃO (sujeito explícito)

CESPE
IBAMA 2005

A troca de conhecimento com os índios é, sem dúvida, enriquecedora. Além da convivência na aldeia — o ponto principal da viagem —, os passeios de barco e canoa pelo rio Von den Steinen são um deslumbramento. A mata preservada contrasta com o espelho formado na água, produzindo uma paisagem belíssima.

6- Preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao se substituir “são” (l.7) pela forma verbal “é”, pois a concordância com o verbo ser é facultativa: tanto pode se dar com o sujeito como com o predicativo

CORRETO

TIPO: Julgar se um verbo admite outra forma de concordância numa frase do texto.

Concordância com o verbo no infinitivo.

Nesta questão, cobra-se do candidato o conhecimento sobre o uso adequado do infinitivo flexionado.

TIPO: Julgar se um verbo admite outra forma de concordância numa frase do texto.

Concordância do verbo ser pode se dar tanto com o sujeito quanto com o predicativo.

O enunciado exige do candidato as várias possibilidades de concordância do verbo ser (seja com o sujeito, seja com o predicativo).

ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

ESAF

MINIST. PLANEJAMENTO - 2005

1- O trecho abaixo contém erros no que diz respeito ao emprego da norma gramatical padrão. Para saná-los, foram propostas seis alterações. Analise-as e responda ao que se pede.

Nas últimas décadas, a intensificação das pesquisas de opinião e a ampliação da divulgação, pelos meios de comunicação (dos quais merece destaque a televisão, em particular), do que acontece no cenário econômico serviu para mostrar que “as expectativas” dos indivíduos intervêm nos resultados das medidas econômicas. Se o trabalhador crê que a economia vai crescer, ele procura um emprego com vantagens superiores ao seu emprego anterior. Do mesmo modo, se o empresário acredita no crescimento futuro, faz investimentos para ampliar seu negócio.

Alterações propostas:

I - Substituir “dos quais” por: dentre os quais.

II - Conjuguar o verbo “servir” na 3ª pessoa do plural.

III - Inserir uma vírgula após o sintagma “cenário econômico”.

IV- Passar o verbo “ir” para o presente do subjuntivo.

V- Substituir a forma verbal “intervêm” por: interferem.

VI- Substituir a combinação “ao” por: as de.

As alterações que efetivamente contribuem para eliminar erros gramaticais do trecho são:

(A) I, II, IV, V e VI

(B) II e V

(C) II, IV, V e VI

(D) I, III, IV e VI

(E) III, IV e V

2- Assinale a opção gramaticalmente correta.

(A) O capital humano precisa ter as capacitações necessárias para competir, liderar e cumprir as expectativas de um mercado, hoje cada vez mais exigente. Naturalmente, as empresas líderes do setor, já perceberam isso, e alguns

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos e semânticos, reconhecer os que estão corretos.

Identificação do sujeito composto para efetuar a concordância

A questão exige do candidato capacidade de identificar o sujeito composto da oração, que se encontra afastado do verbo, e corrigir sua concordância. Além disso, reconhecer o sentido dos vocábulos empregados.

TIPO: Reconhecer a frase correta.

Identificação do sujeito para efetuar a concordância.

Erros de pontuação, emprego de a ou há e concordância inadequada

conhecem suas prioridades para a gestão de pessoas num mercado em disputa globalizada.

(B) Ao que tudo indica, pelo ritmo de investimento, aquelas empresas que tardarem em dar-se conta disso ficará irremediavelmente para trás.

(C) A ênfase em capital humano pode ser explicada, em parte, pela acelerada geração de novas tecnologias e de conhecimentos e pelas transformações vividas pela indústria de bens de consumo em todo o mundo.

(D) A administração de tais conhecimentos em contínuo desenvolvimento é e continuará a ser importante diferencial competitivo. A indústria de bens de consumo, assim como outros setores altamente competitivos, já superou a muito tempo o foco nos processos e nas transações.

(E) Hoje o setor se caracteriza, sim, por processos industriais complexos, alto investimento em pesquisa e desenvolvimento, mas é sobretudo em suas estratégias mercadológicas e de distribuição que se encontra os avanços mais notáveis.

(Adaptado de Francisco I. Roper Ramirez, *Gazeta Mercantil*, 22/6/2005)

ESAF
SRF 2005

A extrema diferenciação contemporânea entre a moral, a ciência e a arte hegemônicas e a desconexão das três com a vida cotidiana desacreditaram a utopia iluminista. Não faltaram tentativas de conectar o conhecimento científico com as práticas ordinárias, a arte com a vida, as grandes doutrinas éticas com a conduta comum, mas os resultados desses movimentos foram pobres. Será então a modernidade uma causa perdida ou um projeto inconcluso?

(Nestor Garcia Canclini, *Culturas Híbridas*, p. 33, com adaptações)

3- Assinale a opção que constituiria, de maneira coerente com a argumentação e gramaticalmente correta, uma possível resposta para a pergunta final do texto.

(A) A resposta poderia estar na sugestão de aprofundar o projeto modernista, inserindo-o com a prática cotidiana, renovando-o o sentido das

entre o verbo e o sujeito afastados pela inserção de oração adjetiva

Nesta questão, cobra-se a capacidade de o candidato julgar o enunciado correto, dentre vários erros gramaticais, como pontuação, emprego de há ou a, concordância verbal com o sujeito afastado devido a orações intercaladas.

TIPO: Reconhecer a frase correta.

A resposta à questão envolve o reconhecimento de diversos fatos da língua. Uma das opções erradas exige o conhecimento da concordância com verbo transitivo indireto acompanhado de índice de indeterminação do sujeito.

possíveis contradições.

(B) Para não considerá-la causa perdida, alguns teóricos sugerem encontrar outras vias de inserção da cultura especializada na práxis cotidiana, por meio de novas políticas de recepção e de apropriação dos saberes profissionais.

(C) Visando ao desenvolvimento de uma autonomia social e cultural, vários autores retomam uma tradição de pensamento que diz de que o moderno se forma nas cinzas do antigo e na luz que trouxe pelo novo.

(D) Segundo alguns pensadores modernos, não se tratam de projeções utópicas os empreendimentos culturais e sociais que renovam valores modernistas, enriquecendo saberes especializados.

(E) Nem causa perdida, nem projeto inconcluso: apenas a necessidade que o conhecimento e as relações sociais vêm a ser recolocados em novos patamares de dinâmica interna, criando novas relações entre os sujeitos.

5- Os fragmentos abaixo foram adaptados do texto O sentido do som, de Leonardo Sá, para compor três itens. Julgue-os quanto ao respeito às regras gramaticais do padrão culto da língua portuguesa para assinalar a opção correta a seguir.

I. A ausência de discurso é silêncio. O silêncio enquanto formador do discurso expressivo e entendido em sua forma dinâmica, em contraposição aquele que corresponde à ausência de discurso, ganha amplitude a gravidade quando passa a ser o perfil de comportamento, isto é, quando passa a ser uma atitude assumida por (e imposta a) segmentos sociais que não “discursam”, mas que apenas silenciam, que exercem a expressão em dimensão mínima e deixam projetarem-se no discurso de outrem como sendo o seu discurso.

II. Em um contexto como o do Brasil, no qual há uma perversa concentração de privilégios, e no qual o acesso aos meios disponíveis é restrito, outra vez coloca-se a questão que abordamos ao falar dos silêncios: apenas alguns segmentos sociais “emitem”, enquanto amplas maiorias tornam-se “silenciosas”, resultando daí que as imagens acústicas encontram suporte em meios

TIPO: Reconhecer a frase correta.

A resposta à questão envolve o reconhecimento de diversos fatos da língua. Uma das opções erradas exige o conhecimento da concordância de verbos principais no infinitivo em locuções verbais.

que, por razões tecnológicas e culturais, são inacessíveis às massas.

III. Por conseguinte, esse monólogo passa a gerar imagens sobre si mesmo, imagens de imagens, sem diálogo, produtos fortuitos que a indústria da cultura massifica, difunde, impõe, substitui, esquece, retoma, redimensiona, rejeita e reinventa.... As razões do "silêncio", portanto, são também razões sociais e econômicas. Neste silêncio, o que se absorve não são apenas imagens, mas também o imaginário em seu conjunto pré-delimitado, um imaginário que não identifica as fontes de suas imagens, que nem sequer se preocupa em identificá-las, que aos poucos as esquece.

Estão respeitadas as regras gramaticais apenas

- (A) no item I.
- (B) nos itens I e II.
- (C) no item II.
- (D) nos itens II e III.
- (E) no item III.

ESAF
ANEEL 2006

6- Estão transcritos abaixo trechos do artigo "O Brasil tem futuro?", de Jaime Pinsky. Assinale a opção que apresenta a paráfrase do segmento sublinhado que atende a estes dois requisitos: 1) mantém o sentido original e 2) constrói-se em linguagem escurrita.

(A) A pergunta cabe: nosso país tem futuro? Podemos, de fato, acreditar num Brasil diferente e melhor do que temos? Ou estamos condenados a servir de lastro para as naves do progresso que insistem em não se fixar por aqui? Ou estamos fadados a ser o peso morto que se alija das embarcações que para cá insistem em arribar, trazendo o progresso para nossos portos?

(B) Trata-se de pensar se o Brasil tem chances de chegar entre os mais bem colocados no campeonato mundial de desenvolvimento, justiça social, infra-estrutura, saúde e educação de qualidade para todos, estradas decentes, cidades organizadas, respeito ao cidadão e respeito do cidadão pelo coletivo. É o caso de se cogitar se nosso país disporá das oportunidades para estar entre os países campeões de desenvolvimento, ...

TIPO: Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.

Comentário: DÚVIDA!!!!!!

(C) Os brasileiros, quem somos, afinal? Uma turma de explorados pelo capital internacional, um povo sem vocação para o capitalismo moderno, um bando de incompetentes hipócritas, uma cambada de salafários hipócritas, um grupo irreversível de desunidos? Cabe perguntar sobre a identidade que no final iremos assumir.

(D) Nossa incoseqüência e baixo sentido de cidadania fazem com que sejamos radicais no discurso a respeito de temas sobre os quais temos pouca possibilidade de interferir, mas não passemos de comodistas com relação a situações cotidianas sobre as quais temos condições (além de direito e dever) de modificar. ... quando tratemos de assuntos cuja possibilidade de interferência a temos pouca, ...

(E) Mudanças ocorrem não por acaso, mas como fruto de vontade forte. Uma lembrança histórica: a escravidão se manteve no Brasil até quase o final do século 19 não apenas por que assim o desejavam meia dúzia de grandes latifundiários, mas por que estava largamente espalhada pelo país. ... devido não apenas à vontade de um pequeno grupo de proprietários de terras, mas também porque se alastrara por todos lugares.

7- Assinale o segmento morfossintaticamente correto, sobretudo quanto ao que estabelece a norma padrão da língua escrita nos capítulos da concordância e da regência.

(A) O projeto de lei que visa melhorar a regulamentação da interceptação, da interrupção, da escuta e da gravação de comunicações telefônicas e das que lhes são equiparadas não representa, de modo algum, uma forma de censura à imprensa.

(B) Como vem sendo noticiada, a captação de dados de informática têm sofrido ataques constantes de criminosos que, com avançados meios tecnológicos, tem perpetrado grampos e gravações ilícitas de conversas e comunicações de dados.

(C) O projeto de lei tem não só a preocupação de punir àquele que realiza o ato ilícito mas também quem, de qualquer forma, utiliza do que é obtido com esse crime.

(D) Não se punem apenas o ato de furtar ou roubar bens, mas também o receptor que, sem

TIPO: Reconhecer a frase correta.

Nesta questão, cobra-se do candidato a habilidade de julgar o enunciado correto dentre vários que apresentam erros gramaticais, como regência, acentuação gráfica, concordância verbal.

praticar o furto ou o roubo, se valem do bem (objeto do crime) para uso pessoal ou para obter lucro.

(E) A imprensa brasileira, que tem atendido tão honradamente com os princípios de legalidade, não vai querer anuir a sedução de incentivar os grampos ilegais para utilizar o produto desse crime como matéria-prima de seu trabalho.

(*Trechos adaptados de Maurício Z. de Moraes, "Avanço para proteger os cidadãos", Folha de S. Paulo, 21/01/2006, A3*)

8- A pichação é uma das expressões mais visíveis da invisibilidade humana. São mais do que rabiscos. São uma forma de estabelecer uma relação de pertencimento com a comunidade – mesmo que por meio da agressão – e, ao mesmo tempo, de dar ao autor um sentido de auto-identidade.

(*Gilberto Dimenstein, Folha de S. Paulo, 21/01/2006*)

Sobre esse trecho, são feitas quatro declarações. Analise-as e assinale, a seguir, a opção correta em relação a elas.

I. A norma escrita culta permite também uma outra forma de concordância na expressão partitiva da primeira linha, que é: uma das expressões mais visível.

II. Nos dois períodos iniciados pela forma verbal "São", a concordância verbal se faz com o predicativo do sujeito.

III. O verbo "dar", na penúltima linha, está empregado como bitransitivo, constando da frase seus dois objetos: o direto e o indireto.

IV. Os dois verbos antecidos de preposição: "de estabelecer..." e "de dar", coordenados entre si, estão subordinados ao mesmo termo. A opção correta é:

(A) São verdadeiras as quatro declarações.

(B) São verdadeiras apenas duas declarações: II e IV.

(C) Apenas III e IV são declarações verdadeiras.

(D) Três declarações são verdadeiras: II, III e IV.

(E) A I é a única declaração verdadeira.

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está correto.

O candidato deve ser capaz de jogar quais enunciados, sobre o texto, estão corretos. Cobra-se dele, então, o conhecimento de concordância verbal com estruturas como uma das e do verbo ser; transitividade e regência.

ESAF
CGU 2006

TIPO: Reconhecer a frase correta.

9- Assinale a opção gramaticalmente correta.

(A) Entre 2003 e 2004, a população ocupada aumentou 3,3%, percentual que é o dobro da taxa observada entre 2002 e 2003 (1,4%). Houve crescimento significativo dos empregados com carteira assinada (6,6%) e no percentual de ocupação na população feminina.

(B) A taxa de analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais caiu de 12,3% para 10,4% entre 1999 e 2004 e o nível de escolarização de crianças e adolescentes aumentaram.

(C) O nível de ocupação, na faixa de idade de 5 a 17 anos diminuiu, mostrando tendência de erradicação do trabalho infantil no País.

(D) O rendimento médio mensal real do trabalho das pessoas com 10 anos ou mais de idade permaneceu no mesmo patamar de 2003 (R\$ 733,00), estancando a trajetória decedente iniciada em 1997.

(E) De 2003 para 2004, as condições de habitação melhoraram segundo todos os indicadores de serviços de utilidade pública analisado. Houve crescimento do número de domicílios atendidos por esgoto sanitário (3,5%), abastecimento de água (3,4%), coleta de lixo (2,7%) e eletricidade (2,9%).

(Trechos adaptados do site http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/sof/051125_Nota_PNAD2004.pdf)

10- Julgue se os trechos do texto abaixo estão gramaticalmente corretos e responda ao que se pede:

TIPO: Reconhecer a frase correta.

I. Todos os modelos, em maior ou menor grau fracassaram. O socialismo, ao em vez de oferecer o paraíso, criou um inferno sob a forma de estados totalitários, baseados na repressão policial e na ação da polícia política.

II. O capitalismo, longe de criar oportunidades iguais para que todos os indivíduos pudessem competir entre si, criou mecanismos cruéis de concentração de riqueza nas mãos de poucos, expulsando da esfera do consumo milhões de seres humanos famintos e miseráveis.

III. Os modelos intermediários criaram algumas "ilhas de prosperidade" (como os países

A questão cobra do candidato a capacidade de julgar se os enunciados se apresentam conforme a norma culta da língua portuguesa. Entre os erros apontados estão concordância verbal e o uso da estrutura "ao invés de" ou "em vez de".

escandinavos), possíveis por circunstâncias muito específicas de sua história e cultura, mas não conseguiram oferecer uma alternativa séria a países grandes e pobres como o Brasil.

(José Arbex e Cláudio Júlio Tognoli, *Mundo Pós-moderno*, São Paulo: Scipione, p.17)

Estão corretos

(A) I e II

(B) II e III

(C) I e III

(D) I, II e III

(E) apenas a II

11-Assinale a opção que preenche as lacunas do texto de forma gramaticalmente correta e coerente.

O saldo da balança comercial (exportações menos importações) brasileira de 2005 alcançou US\$ 44,76 bilhões, valor ___1___ registrado na história do país. O resultado positivo, 33% maior que o atingido em 2004, ___2___ ao desempenho expressivo das exportações e importações. As vendas externas tiveram incremento ___3___ US\$ 24 bilhões no ano passado e fecharam 2005 com US\$ 118,3 bilhões. Já as importações totalizaram US\$ 73,545 bilhões no ano passado. Os resultados recordes mostram ___4___ apesar da valorização do real frente ao dólar, a corrente de comércio do país (exportações mais importações) não ___5___ de crescer com a diversificação de pauta exportadora, aumento do número de países que compram os produtos brasileiros e o crescimento da participação de estados com pouca tradição nas vendas externas.

(Em *Questão, Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, n. 390, Brasília, 06 de janeiro de 2006*)

	1	2	3	4	5
(A)	Não	Se devem	Demais de	-lhe	Deixa
(B)	Nunca antes	Devem-se	Mais que	-se	Para
(C)	Nunca	Deve-se	Superior a	Que	Pára
(D)	Não	Deveu-se	De mais de	Cujo	Cessa
(E)	nem	Devia-se	Maior que	qual	termina

12- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do texto.

TIPO: Reconhecer a opção que preenche as lacunas do texto de forma gramaticalmente correta e coerente

Cobra-se do candidato a habilidade de reconhecer vocábulos coerentes e estruturas sintáticas adequadas que preencham devidamente as lacunas. Entre essas estruturas estão o emprego do pronome relativo, do verbo parar e a concordância do verbo dever com a passiva pronominal.

TIPO: Reconhecer a

O prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio consiste em uma das estratégias adotadas pelo governo brasileiro para ___1___ administrações locais, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil no desenvolvimento de ações, programas e projetos que ___2___ efetivamente para que essas metas ___3___ atingidas. ___4___ três categorias disputadas: uma para ações de governos municipais, outra para iniciativas de organizações (entre as quais ___5___ órgãos públicos e privados e entidades não-governamentais) e a última para destaques individuais e coletivos (pessoas ou entidades públicas ou privadas).

(Em Questão, Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, n. 390, Brasília, 06 de janeiro de 2006)

opção que preenche as lacunas do texto de forma gramaticalmente correta e coerente

Cobra-se do candidato a habilidade de reconhecer os verbos adequados para preencher as lacunas. Exige-se seu conhecimento de concordância com a sujeito afastado e com verbos na voz passiva pronominal.

	1	2	3	4	5
(A)	dar estímulo a	contribuem	serem	São	enquadram
(B)	estimulando	contribuísem	forem	Seriam	enquadra
(C)	estimular	contribuam	sejam	Serão	se enquadram
(D)	estimularia	contribuem	são	Vão ser	enquadram-se
(E)	estimulasse	contribuam	serão	Seriam	enquadra-se

Uma das condições principais da pós-modernidade é o fato de ninguém poder ou dever discuti-la como condição histórico-geográfica. Com efeito, nunca é fácil elaborar uma avaliação crítica de uma situação avassaladoramente presente. Os termos do debate, da descrição e da representação são, com frequência, tão circunscritos que parece não haver como escapar de interpretações que não sejam auto-referenciais. É convencional nestes dias, por exemplo, descartar toda sugestão de que a “economia” (como quer que se entenda essa palavra vaga) possa ser determinante da vida cultural, mesmo “em última instância”. O estranho na produção cultural pós-moderna é o ponto até o qual a mera procura de lucros é determinante em primeira instância.

(David Harvey, *Condição pós-moderna*, p. 301, com adaptações)

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está correto.

13- Avalie as seguintes afirmações a respeito das estruturas lingüísticas do texto para assinalar a opção correta.

I. O singular do verbo da primeira oração do

texto deve-se à expressão “Uma das”; se, em seu lugar, fossem empregados termos que mantivessem o sujeito no plural, como por exemplo, Entre as, o verbo deveria ser flexionado necessariamente no plural.

II. A opção pelo verbo “parece”, iniciando a oração, exige o emprego de uma forma impessoal de verbo no seu desenvolvimento; daí o uso de singular em “não haver como escapar”.

III. O emprego da preposição de é obrigatória antes do pronome relativo “que”, pois aí se inicia uma oração subordinada que completa a idéia de “sugestão”.

IV. A palavra “mesmo”, empregada com valor adverbial de ainda que, sugere que o autor antecipa uma rejeição ao argumento que explicita na oração anterior.

A quantidade de itens corretos é

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3**
- (D) 4

As normas jurídicas embasadas nos valores éticos e que traduzem os procedimentos e as vivências mais fortes e consolidados da coletividade tendem a ter a adesão espontânea da maioria das pessoas que nelas se sentem representadas. É o sentimento de identidade nacional, de pátria, sem o qual a coesão social se esgarça e abre as portas para o caminho do individualismo, do salve-se quem puder, da corrupção, da violência. A consolidação desse sentimento pressupõe, além das leis, uma ação constante, coordenada pelo Estado, com a participação da sociedade, dos organismos intermediários e das famílias, num processo de educação cívica, nacional, patriótica.

(Adaptado de Patrus Ananias, Civilização pelo Estado, Correio Braziliense, 9 de janeiro de 2005)

14- Julgue as seguintes afirmações a respeito das relações de concordância entre os termos do texto:

I. A flexão de plural em “traduzem” justifica-se pelo plural em “valores éticos”.

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está correto.

II. Porque no termo “os procedimentos e as vivências”, há a inclusão de nome masculino, o termo “consolidados” precisa ser flexionado no masculino.

III. O emprego do feminino plural em “nelas” justifica-se pelo feminino plural de “pessoas”.

IV. O pronome indicativo de indeterminação de sujeito em “salve-se” exige que o verbo seja flexionado no singular.

A quantidade de itens corretos é

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (C) 3
- (E) 4

NCE

NCE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 2006

1- “sobressaem uma virtude e uma falha” também poderia ser escrita “sobressai uma virtude e uma falha”, mostrando uma possibilidade dupla de concordância; a frase abaixo em que NÃO ocorre essa possibilidade em relação ao termo sublinhado é:

- (A) O investidor e o empresário americano se uniram numa obra filantrópica;
- (B) A maior parte dos fundos provém de empresas privadas;
- (C) Ficaram contentes o empresário e o investidor com a ajuda prestada;
- (D) Nem o investidor nem o empresário ficarão nos EUA;
- (E) 1% das fundações filantrópicas colabora com o governo.

TIPO: Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.

Nesta questão, o candidato deve estar a par das várias possibilidades de concordância verbal, dependendo do tipo de sujeito (simples ou composto), da posição do verbo em relação ao sujeito, e de estruturas como “nem... nem”. Além da concordância com porcentagens.

NCE

ELETROBRAS - 2007

02 – “Compra-se ouro” / “Vendem-se cartões telefônicos”; nesses dois cartazes, o autor do texto mostra cuidado com a norma culta da língua. O cartaz abaixo em que esse mesmo cuidado NÃO se verifica é:

- (A) Alugam-se quartos para rapazes

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Cobra-se do candidato, nesta questão, o conhecimento sobre as possibilidades de

solteiros;

(B) Precisam-se de ajudantes para serviços domésticos;

(C) Contratam-se serventes de pedreiros;

(D) Consertam-se roupas;

concordância com a voz passiva pronominal, para que ele consiga chegar à opção B como gabarito.

NCE

BNDES - 2005

03-A língua portuguesa e os conhecimentos matemáticos nem sempre estão de acordo. A frase abaixo em que a concordância verbal contraria a lógica matemática é:

(A) 50% da torcida brasileira gostaram da seleção;

(B) mais de três jornalistas participaram da entrevista;

(C) menos de dois turistas deixaram de participar do passeio;

(D) são 16 de outubro;

(E) participaram do congresso um e outro professor.

TIPO: Reconhecer a frase que contraria a lógica da matemática, apesar de estar de acordo com as normas de concordância.

Para resolver a questão, o candidato deve perceber que a expressão "menos de dois", pelos conhecimentos matemáticos, é igual a "um". Sendo isso, a concordância do verbo da oração deveria ser feita com a idéia de singularidade. Contudo, pela norma gramatical, o verbo deve concordar com o numeral "dois", ficando no plural. É por isso que a concordância verbal, neste caso, contraria a lógica da matemática.

NCE

BNDES - 2005

04-"Senhor Presidente, Vossa Excelência não me tem permitido usar a palavra! – Senhor Deputado, Vossa Excelência poderá falar após dois outros colegas!". Esse diálogo, ouvido numa das CPIs do Congresso, mostra:

(A) a concordância verbal errada com "Vossa Excelência";

(B) a má colocação de pronomes pessoais oblíquos;

(C) a mistura indevida de "Senhor" com "Vossa Excelência";

(D) o uso inadequado do tratamento "Vossa Excelência" para deputado;

(E) o emprego adequado da norma culta da

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está correto.

Nesta questão, o candidato deve reconhecer o uso adequado dos pronomes de tratamento e sua concordância verbal gramaticalmente correta.

língua.

NCE
AGU – 2006

05-O item em que a passagem para o plural do segmento inicial traz um ERRO gramatical é:

(A) “Não poderia haver reivindicação mais justa” – não poderiam haver reivindicações mais justas;

(B) “Sabiamente, esse conceito evoluiu” – sabiamente, esses conceitos evoluíram;

(C) “Cobra-se, agora, o compromisso” – cobram-se, agora, os compromissos;

(D) “faça como eu, use” – façam como eu, usem;

(E) “a responsabilidade de pais e professores continua sendo intransferível” – as responsabilidades de pais e professores continuam sendo intransferíveis.

TIPO: Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.

Cobra-se do candidato a habilidade de reconhecer as possibilidades de concordância com locuções verbais cujo verbo principal seja impessoal (haver).

NCE
AGU – 2006

06-A frase abaixo com um ERRO de concordância (nominal ou verbal) é:

(A) No anúncio da ótica, o óculos estava quebrado;

(B) As crianças, por si mesmas, decidiram rabiscar o cartaz;

(C) O anunciante era um dos que deveriam falar naquele congresso;

(D) Nosso melhor guia devem ser a honra e o dever;

(E) O bando de crianças mancharam os cartazes da feira.

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Dentre as opções, o candidato deve ser capaz de reconhecer a que infringe às regras de concordância (nominal ou verbal), chegando, assim, ao gabarito, opção A, que é a que apresenta um uso recorrente, mas errado de um vocábulo da língua portuguesa.

NCE
MPE - ES 2007

07- “...os sentimentos de solidão parecem estar determinados...”;

a alternativa em que a concordância verbal dessa mesma construção está errada é:

(A) Os jornalistas parece estarem preocupados;

(B) Os jornalistas parecem estar

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Cobra-se do candidato a habilidade de reconhecer as possibilidades de concordância com locuções verbais cujo verbo auxiliar seja

preocupados;

(C) Os jornalistas parecem estarem preocupados;

(D) Parecem estar preocupados os jornalistas;

(E) Parece estarem preocupados os jornalistas.

o parecer.

NCE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – 2006

08- “Cerca de 75% do total de recursos doados nacionalmente vem de pessoas físicas”; a respeito da concordância verbal e nominal presente nesta frase, pode-se verificar que:

(A) a forma verbal concorda com a porcentagem;

(B) o adjetivo “doados” deveria estar no singular, concordando com “total”;

(C) a forma verbal concorda com “recursos”;

(D) a forma verbal concorda com a porcentagem ou com “total”;

(E) a forma verbal concorda com “total”.

TIPO: Dentre vários comentários sintáticos, reconhecer o que está correto.

Nesta questão, o candidato deve saber identificar como se dá a concordância adequada em enunciados cujo sujeito seja formada por numeral percentual.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

FCC

TRE – AMAPÁ – 2006

01-Quanto às normas de concordância verbal, está inteiramente correta a frase:

(A) As “operações” a que se aludem nessa crônica referem-se à redução de uma cabeça humana a proporções mínimas

(B) A violência contra os homens, a quem perseguia como se persegue animais, pareciam ao czar mais natural do que a dirigida contra borboletas e andorinhas.

(C) Subentendem-se, nas palavras do índio jivaro, que a morte e a redução da cabeça de alguém se dá como represália contra um inimigo.

(D) Quem informou ao czar que também se caçam borboletas e andorinhas talvez não suspeitasse que isso causaria reações de espanto.

(E) Não costumam os chamados homens civilizados considerarem que a caça de borboletas e de andorinhas representem um ato de selvageria.

TIPO: Reconhecer a forma correta.

Ao candidato cabe, nesta questão, julgar qual assertiva está totalmente correta, quanto às regras de concordância verbal. Para isso, ele deve ser capaz de analisar as possibilidades de concordância com verbos na voz passiva pronominal e identificar os sujeitos das orações, o que vai definir a concordância adequada.

FCC

TRT 2006

02-A concordância está correta na frase

(A) Alguns proprietários, que perceberam o potencial turístico da região, investiram em projetos voltados para atividades que não prejudiquem o meio ambiente

(B) As maravilhas da geologia, da fauna e da flora do Brasil Central representa um paraíso que não foram feitas para o turismo de massas de visitantes

(C) As visitas a algum santuário ecológico deve ser agendado com antecedência e feito em pequenos grupos de turistas, monitorados por guias treinados

(D) Romarias religiosas e festas folclóricas serve como atração a grande parte de turistas, que deseja visitar a região centro-oeste do Brasil

(E) O potencial turístico da região central do país abrangem atividades variadas, que justifica os novos e múltiplos investimentos no setor

TIPO: Reconhecer a forma correta.

Ao candidato cabe a tarefa de identificar o sujeito das orações, que, por vezes, se apresenta distanciado do verbo, para reconhecer a concordância adequada.

FCC

BANCO CENTRAL – 2006

03-Na proposta de uma nova redação para uma frase do texto, cometeu-se um deslize quanto à concordância verbal em

(A) Não teriam sido suficientes quatro ou cinco séculos para que se extinguissem de vez as manifestações de violência principiadas no século XVI?

(B) Fez-se necessária não só a criação, mas também a multiplicação de sujeitos descartáveis para que se caracterizassem as condições de um capitalismo globalizado

(C) Vendam-se os mesmos sabonetes ou filmes para todos, o principal requisito dos procedimentos neoliberais vai além disso, e atende a exigências que são de alta sofisticação

(D) Devem-se notar, comparando-se as massas do século XVI e os migrantes da globalização, um quadro de semelhanças que não exclui uma importante diferença

(E) Ao nos agraciar com sonhos de perfectibilidade, a máquina liberal inclui entre seus segredos estratégicos o sentimento da insatisfação

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Nesta questão, o candidato deve ser capaz de reconhecer as várias possibilidades de concordância com a voz passiva pronominal.

radical

FCC

UFT-FUND. – 2005

04- Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal na frase

(A) Acabou por causar má impressão no autor as palavras que lhe dirigiu o motorista.

(B) Deve-se aos sonegadores de impostos uma boa parcela do desequilíbrio econômico

(C) As três morais com que finalizam o texto não são muito animadoras

(D) Não costumam haver entre os corruptos quem admita a prática da corrupção

(E) Tanto as altas como as baixas esferas da política tem-se mostrado corruptas

TIPO: Reconhecer a forma correta.

Nesta questão, o candidato deve ser capaz de reconhecer as várias possibilidades de concordância com a voz passiva pronominal.

FCC

UFT-FUND. – 2005

05 - O tratamento pronominal adequado varia conforme a natureza da instituição e do cargo que *alguém* nela ocupa. Estarão corretos, por exemplo, a forma de tratamento e a concordância verbal na seguinte frase, dirigida a um senador da República

(A) Pediríamos que Vossa Excelência vos dignéis apreciar a proposta ora encaminhada.

(B) Gostaríamos que Vossa Eminência se dignasse apreciar a presente reivindicação

(C) Vimos solicitar a Sua Excelência que vos dignéis apreciar esta recomendação

(D) Solicitamos que Vossa Excelência se digne apreciar esta proposta.

(E) Vimos à presença de Sua Eminência para que consideres nossa proposta

TIPO: Reconhecer a forma correta.

Nesta questão, o candidato deve reconhecer o uso adequado dos pronomes de tratamento e sua concordância verbal gramaticalmente correta.

FCC

TRT 11ª REGIÃO 2005

06 - É injustificável a forma plural do verbo haver no caso da seguinte frase

(A) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las

(B) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca

(C) Que haverão eles cometido, para

TIPO: Reconhecer o desvio de norma.

Nesta questão, o candidato deve reconhecer as diferentes possibilidades de emprego do verbo haver e sua concordância adequada em cada caso.

despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?

(D) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?

(E) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.

FCC

BANCO CENTRAL-2006

07- O verbo indicado entre parênteses deverá ser obrigatoriamente flexionado numa forma do plural para preencher de modo correto a frase:

(A) Quanto mais interesses(haver) em jogo, mais contundentes serão as iniciativas da máquina neoliberal

(B) A não(ser) pelas miragens que alimenta, muitas pessoas não conseguiriam sustentar o ânimo de viver

(C) O que não lhes (dever) convir é abandonar todos esses sonhos que ajudam a viver

(D) Nunca me (sobrevir), como agora, os sobressaltos que cada sonho traz consigo

(E)se (dever) a essas miragens o esforço com que muitos conduzem seu trabalho

TIPO: Reconhecer a opção que preenche as lacunas do texto de forma gramaticalmente correta e coerente

Nesta questão, o candidato deve ser capaz de reconhecer quando um verbo é empregado de maneira impessoal, quando ele é auxiliar em uma locução, além de localizar seu sujeito, a fim de realizar a concordância adequada.

FCC

TCE – SÃO PAULO -2005

08 - A forma verbal, grifada nas frases abaixo, que poderia ter sido empregada corretamente também no plural, mesmo havendo certa alteração do sentido original, é:

(A) ... o governo brasileiro, sob monitoramento do FMI, passou a perseguir...

(B) ... para que se cumprisse o objetivo...

(C) O resultado ainda assim ficou aquém do total...

(D) " por uma política de juros que ampliou o endividamento...

(E) ... a relação entre o monitoramento da dívida e o PIB não retrocede...

TIPO: Julgar se um verbo em substituição a outro mantém a concordância adequada.

Nesta questão, o candidato obteve êxito se, além de conhecer as regras de concordância verbal, soube interpretar as diferenças de sentido criadas a partir do uso ou não de uma forma verbal no plural.

FCC

TCE – SÃO PAULO -2005

09 - E como na verdade a palavra folhetim designa muitas coisas, e, efetivamente, nasceu na França, há que ir ver o que o termo recobre lá na matriz

Substituindo a palavra folhetim, na frase acima, por "as palavras", estará em conformidade com a norma padrão culta a seguinte redação do segmento sublinhado

(A) há que irem ver o que o termo recobre lá na matriz.

(B) há que ir verem o que o termo recobre lá na matriz.

(C) hão que ir ver o que os termos recobrem lá na matriz.

(D) há que irem verem o que os termos recobre lá na matriz.

(E) há que ir ver o que os termos recobrem lá na matriz.

TIPO: Reconhecer a frase correta.

O candidato deve ser capaz de reconhecer que o verbo haver, na construção da questão, é impessoal. Por isso, não varia, quando o sujeito da primeira oração é passado ao plural.

Fonte: Questões de concursos públicos das bancas FCC, NCE, ESAF, CESGRANGRIO e CESPE entre 2005 e 2008.